

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN 85-85976-43-8

**DINÂMICA
SOCIODEMOGRÁFICA
DA BAHIA: 1980-2000
v. I**

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN 85-85976-43-8

**DINÂMICA
SOCIODEMOGRÁFICA
DA BAHIA: 1980-2002**

v. I



**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Salvador
2003



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Paulo Ganem Souto

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Armando Avena

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
Cesar Vaz de Carvalho Junior

GERÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS
Ângela Franco

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Angela Belas/Diva Maria Ferlin Lopes

EQUIPE DE ELABORAÇÃO
Angela Belas – bolsista FAPES
Cândida Ribeiro – bolsista FAPES
Daniel Sobreira de Magalhães – bolsista FAPES
Diva Maria Ferlin Lopes – bolsista FAPES
Ivana Tavares Muricy – bolsista FAPES
Luís André Aguiar Alves
Patrícia Chame Dias
Simone Araujo de Pinho – bolsista FAPES

NORMALIZAÇÃO
Gerência de Documentação e Biblioteca – GEBI

COORDENAÇÃO GRÁFICA
Dadá Marques

EDIÇÃO DE TEXTO
Valdomiro Santana

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS E ELABORAÇÃO DOS CARTOGRAMAS
Margarida Motta, Jorge Campelo e Moisés B. C. dos Santos

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS
Jair Sampaio Soares Júnior – bolsista FAPES

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002.
Salvador: SEI, 2003
2v (Série estudos e pesquisas, 60).

ISBN 85-85976-43-8

1. Demografia-Bahia. I. Título. II. Série.

CDU 314 (813.8)

SUMÁRIO

VOLUME I

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
ASPECTOS METODOLÓGICOS	11
NOVOS PADRÕES DE REPRODUÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA NA BAHIA	15
<i>Ivana Muricy</i>	
CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO EM CURSO NA BAHIA	45
<i>Angela de Oliveira Belas</i>	
BREVE HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA BAHIA EM TRÊS GRANDES ÁREAS	69
<i>Cândida Ribeiro Santos</i> <i>Simone Araujo de Pinho</i>	
DESEMPENHO DA ECONOMIA BAIANA NOS ÚLTIMOS 50 ANOS: UMA ANÁLISE COM BASE NAS GRANDES ÁREAS	81
<i>Luís André de Aguiar Alves</i>	
A BAHIA, NO NORDESTE E NO BRASIL: ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS 1980-2000	97
<i>Diva Maria Ferlin Lopes</i>	
GRANDES ÁREAS DA BAHIA – CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS GERAIS: 1980-2000	109
<i>Diva Maria Ferlin Lopes</i> <i>Patrícia Chame Dias</i>	
TENDÊNCIAS DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NAS REGIÕES ECONÔMICAS DA BAHIA ENTRE 1980-2000	119
<i>Patrícia Chame Dias</i>	

VOLUME II

APRESENTAÇÃO	149
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.....	151
REGIÃO LITORAL NORTE	169
REGIÃO RECÔNCAVO SUL	189
REGIÃO LITORAL SUL	209

REGIÃO EXTREMO SUL	229
REGIÃO NORDESTE	255
REGIÃO PARAGUAÇU	279
REGIÃO SUDOESTE	295
REGIÃO BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO	317
REGIÃO PIEMONTE DA DIAMANTINA.....	331
REGIÃO IRECÊ	349
REGIÃO CHAPADA DIAMANTINA.....	367
REGIÃO SERRA GERAL	387
REGIÃO MÉDIO SÃO FRANCISCO	405
REGIÃO OESTE	421
REFERÊNCIAS	441

APRESENTAÇÃO

Às transformações na dinâmica demográfica brasileira nas últimas décadas, a Bahia tem respondido seguindo as principais tendências do Nordeste, mas com especificidades em relação aos demais estados nordestinos e com enorme heterogeneidade de processos demográficos em suas regiões e municípios. Atenta a tais mudanças e visando suprir a escassez de análises demográficas em âmbito regional, a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia apresenta esse conjunto de estudos para a Bahia e suas regiões econômicas, referentes às décadas de 1980 e 90, com base nos Censos Demográficos do IBGE.

Este trabalho tem caráter único no âmbito do estado, dada a ampla gama de informações históricas, econômicas, sociais e demográficas que contemplam as diversas escalas geográficas: estadual, regional e municipal. Com isso, a SEI não apenas cumpre seu compromisso social de produzir e divulgar informações sobre o estado, como contribui, significativamente, para as atividades de planejamento – governamental ou não – e para os programas de desenvolvimento local e sustentável, em diferentes níveis, que vêm ganhando cada vez maior relevância.

A publicação se compõe de duas partes. A primeira é formada por artigos de vários autores que tratam especificamente de analisar diversos aspectos da dinâmica socioeconômica e demográfica da Bahia, considerada em sua totalidade e desagregada em grandes áreas. O objetivo é proporcionar uma visão de conjunto para que os interessados nas informações regionais e/ou municipais – constantes da segunda parte – possam encontrar, nos textos da primeira, os elementos que permitam uma contextualização espaço-temporal mais ampla. Na segunda parte são divulgadas análises sociodemográficas sobre cada uma das Regiões Econômicas e respectivos municípios.

Os anos oitenta e noventa do século XX indubitavelmente ingressam na história como anos de mudanças muito intensas, de grande profundidade, celeridade e extensão no cenário mundial, com três amplos processos – a reestruturação produtiva, a globalização, num sentido amplo, e o avanço neoliberal – comandando o ritmo e imprimindo um caráter de imperiosidade em termos da necessidade de adequação estratégica por parte de nações, instituições, empresas, indivíduos, aos novos requisitos e à lógica que define novas formas de relacionamento entre diferentes esferas da vida social.

Tais mudanças, que não são efetivamente objeto de estudo deste trabalho, são citadas porque ocorrem, em muitos países, sobre a base de transformações muito significativas na dinâmica e na estrutura de suas populações. Vários países na América Latina experimentam, desde os anos 1970, reversões em termos de tendências do crescimento demográfico e da conformação etária de suas populações, concomitantemente com uma intensificação do processo de urbanização, de metropolização e de alterações diversas no âmbito da distribuição e redistribuição espacial de suas respectivas populações.

As nações que compõem o bloco primeiro-mundista experimentaram com antecipação, em relação às latino-americanas, tanto as transformações de ordem econômica, política e social quanto as demográficas, atuando como protagonistas na gradual construção das bases técnicas para esses dois conjuntos de transformações e aprimorando, historicamente, dessa forma, tanto os mecanismos reprodutores dos novos elementos que passariam a integrar o modelo pós-fordista de acumulação de capital, o denominado modelo de acumulação flexível, quanto, no seu tempo, os mecanismos de reprodução dos elementos que integram os novos padrões reprodutivos da população.

Aos países terceiro-mundistas têm sido reservado, historicamente, de um modo geral, o papel de importadores dos avanços técnicos realizados no primeiro mundo e a absorção, em maior ou menor grau, dos conteúdos culturais e ideológicos associados aos contextos particulares onde se gestaram tais avanços. As transformações engendradas pela assimilação dos novos elementos acabam por condensar-se em espaços de tempo bem mais reduzidos – a exemplo da queda nos níveis de mortalidade, a partir da década de 1940, e da fecundidade, a partir de meados dos anos 1960 no Brasil e em diversos outros países –, o que impõe desafios adicionais ao planejamento e ao estabelecimento de políticas públicas, sobretudo levando-se em conta contextos que normalmente incluem, dentre outros aspectos caracterizadores, fortes limitações orçamentárias por parte dos estados e, ao mesmo tempo, quadros sociais críticos.

Embora não esteja entre os propósitos deste trabalho a discussão dos nexos entre tais macroprocessos, é importante salientar que existem relações essenciais entre essas duas dimensões, a social e a demográfica, apesar de a

dinâmica demográfica apresentar uma natureza distinta da social, possuindo, inclusive, temporalidade diferenciada, tal como evidenciado por CAMARGO¹ – o tempo da sociedade é o tempo histórico, e o da população passa pelo tempo dos seus indivíduos, das gerações, razão pela qual apresenta um limite biológico. A própria população é uma das pré-condições para a continuidade da vida social. Entretanto, a conjugação de padrões e níveis de mortalidade, fecundidade e migrações (componentes essenciais do crescimento demográfico) em contextos e momentos específicos, pode resultar num contingente e estrutura populacional “inadequados” para a reprodução do modelo de estruturação das relações sociais, econômicas e políticas predominante na sociedade em questão.

A construção de quadros compreensivos sobre a dinâmica demográfica é, portanto, muito relevante, dadas as relações específicas que essa dimensão guarda com outros aspectos da vida social – educação, mercado de trabalho, saúde, previdência, consumo, dentre outros – particularmente quando se tem por foco um contexto marcado por significativas alterações em termos de ritmo e padrões demográficos no País e, no estado da Bahia, o que produz novas circunstâncias cuja consideração é relevante para efeitos dos processos de definição das ações de planejamento e de estabelecimento de políticas públicas.

O estudo que integra esta publicação objetiva exatamente isso: contribuir para a constituição de um quadro compreensivo da dinâmica demográfica baiana através da análise das mudanças na estrutura etária e na composição por sexo da população do estado e de suas grandes áreas (litoral, semi-árido e cerrado); das tendências do crescimento demográfico de 1980 a 2000, para a Bahia, grandes áreas, regiões econômicas e municípios; da identificação de contextos espaciais de atratividade migratória, assim como de espaços expulsores de população, nos períodos considerados. Introduzem-se, ademais, na maior parte dos capítulos integrantes da publicação, considerações a respeito da distribuição espacial da população e da urbanização, numa perspectiva demográfica, em que se busca caracterizar, no estado e nas regiões, contextos com maior ou menor grau de urbanização e analisar a evolução das populações urbana e rural em municípios que não sofreram alterações de perímetro urbano ou que não tiveram criação de distritos na década de 1990.

A importância desta contribuição em particular deve ser enfatizada não só pelo seu caráter instrumental para o planejamento em geral, mas também porque o presente trabalho pode ser visto – seja pelo escopo temático, seja pela abordagem dinâmica, em que se enfatiza a detecção de tendências, de movimentos de continuidade e descontinuidade na evolução de aspectos diversos da dinâmica demográfica, seja, ainda, por oferecer análises e informações referentes às escalas estadual, regional e municipal – como um qua-

¹ CAMARGO, Cândido P. F. de Dinâmica populacional como processo histórico-social. In Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise. S. Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

dro referencial importante para desdobramentos posteriores em estudos que aprofundem aspectos específicos referentes aos padrões de reprodução da população do estado, análises comparativas, ou que focalizem contextos socioespaciais particulares dentro da Bahia.

Em termos operacionais, o estudo se assenta na análise das variações do volume populacional, e da participação percentual da população de contextos espaciais específicos em contextos maiores, envolvendo também a observação das taxas geométricas de crescimento médio anual; das taxas de urbanização (percentual de população urbana sobre a população total); das densidades demográficas (número de habitantes por km²); das proporções de população e taxas de crescimento populacional por grupos de idade e das razões de sexo (número de homens dividido pelo número de mulheres expresso por cem).

Quanto ao recorte espacial, as análises focalizam o total do estado; sua divisão territorial em 15 Regiões Econômicas, definidas pela SEPLANTEC, quais sejam: Metropolitana de Salvador (RMS), Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul, Extremo Sul, Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral, Médio São Francisco e Oeste; três grandes áreas territoriais definidas para efeitos deste trabalho por agregação das Regiões Econômicas, de modo a constituir a área do Litoral, que integra as cinco primeiras regiões citadas (da RMS ao Extremo Sul); a área do Cerrado, integrada apenas pela última região (Oeste), e o Semi-Árido dando conta das nove regiões restantes (citadas numa ordem que vai da Nordeste à Região Médio São Francisco). Finalmente, também se analisam os 415 municípios baianos existentes até a data de referência do Censo Demográfico de 2000. Desse modo, ficam de fora os municípios de Barrocas e Luís Eduardo Magalhães, posteriormente criados. Foi necessário, ademais, para efeitos de comparabilidade temporal, proceder-se à adequação dos dados do Censo de 1980 à base territorial de 1991, pois vários municípios foram criados durante a década de 1980 – portanto, não existiam quando da realização do Censo Demográfico de 1980. Tais municípios são normalmente assinalados para identificação nas tabelas e notas ao longo do trabalho.

O conceito de população urbana e rural adotado mantém correspondência com a definição do IBGE de situação domiciliar urbana e rural. Assim, a população considerada urbana corresponde à que residia no período de referência dos censos, em domicílios localizados em cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais). Em 2000 a definição passa a incluir a população residente em aglomerados urbanos isolados. A população rural corresponde à que não residia em tais contextos (inclui população residente em povoados). Consideram-se como urbanizados os municípios ou regiões em que mais de 50% da população residiam em áreas urbanas.

Tal conceito é alvo cada vez mais freqüente de críticas, tendendo, no fundamental, a superdimensionar a urbanização do estado. Além disso, a análise da evolução das populações urbana e rural, na maior parte dos municípios, não pode ser feita em função das alterações de perímetro urbano e do pro-

cesso de criação de novos distritos nos anos 1990, que terminam por superestimar o avanço da urbanização entre 1991 e 2000 ao anexar áreas anteriormente definidas como rurais, como sendo urbanas. Os municípios envolvidos em tais alterações recebem um sinal identificador, ao longo do trabalho, nas análises sobre a população urbana e rural.

Quanto à identificação de espaços de atração e de expulsão migratória, cumpre ressaltar que não parte de um estudo construído sobre estimativas de saldos migratórios (imigrações menos emigrações), em face da indisponibilidade de dados de migração do censo de 2000, por município. Do mesmo modo, não estavam disponíveis os dados de fecundidade e de mortalidade para essas unidades político-administrativas.

Partindo-se de estimativas de taxa de crescimento vegetativo da Bahia com base nos Censos Demográficos de 1980 e 1991 e nas PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – dos anos de 1992 e 1999, construiu-se, para cada período (1980-1991 e 1991-2000), uma faixa referencial de taxas de crescimento vegetativo em torno da estimada para o estado, sob a hipótese de que tal faixa daria conta, ou seja, contemplaria a variabilidade das (desconhecidas) taxas de crescimento vegetativo dos municípios baianos.

No fundamental considera-se, com base nas hipóteses que fundamentam os procedimentos adotados e que estão mais bem detalhadas no capítulo após esta introdução, que os municípios de maior atratividade migratória seriam aqueles que apresentaram, num dado período, taxas de crescimento mais elevadas do que a do limite superior da referida faixa referencial (de taxas de crescimento vegetativo que orbitam em torno da estimada para o estado). Por sua vez, seriam expulsores de população os municípios com taxas de crescimento abaixo do limite inferior da faixa de variabilidade do crescimento vegetativo do estado. Aqueles em que a taxa de crescimento estivesse dentro dos limites dessa faixa referencial, não teriam experimentado perdas ou ganhos migratórios líquidos expressivos.

Os dados trabalhados originam-se principalmente dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, realizados pelo IBGE. Eventualmente recorreu-se a Censos Demográficos anteriores, como os de 1940 e 1970. Além disso, explorou-se, também, a literatura pertinente aos temas tratados, presente nas notas bibliográficas ao longo dos textos e nas referências bibliográficas a eles anexadas.

O trabalho está estruturado em duas partes básicas. A primeira reúne artigos versando sobre aspectos mais gerais, estudos referenciais, na maior parte das vezes, para as análises por Região Econômica, integrantes da segunda parte.

Assim, compõe a primeira parte, inicialmente, um artigo de autoria de MURICY sobre as mudanças históricas nos padrões de reprodução demográfica da população baiana no século XX, no qual se discute a evolução

histórica da fecundidade, da mortalidade e, com menor acento, das migrações no referido século, sobretudo a partir de 1940. Abordam-se também, no mesmo texto, as diferenciações sociais da fecundidade e da mortalidade na infância; e nele, enfim, são tratadas questões fundamentais para a compreensão da dinâmica demográfica recente do estado, de suas regiões e municípios, tanto pelo lado das análises das tendências de crescimento quanto pelo da análise da estrutura etária da população.

As mudanças na estrutura etária da população da Bahia nas décadas de 1980 e 1990 e suas implicações são tratadas num segundo artigo, de autoria de BELAS, que, primeiro, situa historicamente as direções em que se deram as alterações na estrutura etária da população do estado nos períodos 1940-1970 e 1970-2000 e, depois, focaliza o período 1980-2000 comparando, em termos gerais, o processo de envelhecimento demográfico do estado com o do País e da Região Nordeste, e sua manifestação em subespaços dentro do território baiano (Litoral, Semi-Árido e Cerrado), e entre as populações masculina, feminina, urbana e rural.

O histórico do processo de ocupação do estado da Bahia e, particularmente, de suas três grandes áreas – Litoral, Semi-Árido e Cerrado –, outro referencial importante para a compreensão das especificidades que envolvem a dinâmica demográfica das regiões e municípios e, portanto, da heterogeneidade da dinâmica demográfica estadual, é objeto do terceiro artigo, de autoria de PINHO e SANTOS. A ele segue um texto de ALVES caracterizando economicamente o estado e suas grandes áreas integrantes, base fundamental para a interpretação da distribuição espacial da população e dos porquês de certas áreas serem atrativas de população e outras, repulsoras.

Os três últimos textos da primeira parte do trabalho versam, já, sobre a dinâmica demográfica do estado. No antepenúltimo, de autoria de LOPES, a análise centra-se nas tendências observadas para a globalidade do estado, a qual é focalizada a partir de comparações com a Região Nordeste e com o País. O penúltimo, de LOPES e DIAS, já começa a trabalhar a análise da heterogeneidade do estado no tocante à dinâmica demográfica, quando o recorta em três grandes áreas com vistas a estabelecer diferenciações em termos de tendências e de características sociodemográficas gerais. O último texto, de autoria de DIAS, oferece um panorama comparativo da dinâmica demográfica das 15 Regiões Econômicas do estado no que concerne a aspectos diversos, destacando-se, ademais, os principais municípios em termos de participação na população da Bahia, de urbanização, as maiores e menores populações urbana, rural, dentre outros elementos. A construção desse quadro panorâmico geral sobre as regiões foi imprescindível para introduzir o que é objeto da segunda parte do trabalho, que reúne os estudos sobre a dinâmica sociodemográfica de cada Região Econômica específica.

Vale, por último, chamar a atenção para o fato de que as referências históricas e econômicas nos textos por região são feitas de modo muito resumido,

por conta de que os textos gerais da primeira parte foram produzidos exatamente para dar o suporte necessário aos estudos das regiões. Nestes, apenas se salientam, de um modo geral, aspectos econômicos ou históricos particulares e se resgatam sinteticamente, elementos indispensáveis à compreensão da dinâmica sociodemográfica recente.

NOVOS PADRÕES DE REPRODUÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA NA BAHIA

IVANA MURICY*

A expansão demográfica baiana vem se realizando num ritmo bastante inferior aos patamares alcançados em períodos não tão distantes. Os cálculos baseados no mais recente levantamento realizado pelo IBGE, o Censo Demográfico de 2000, apontam um crescimento médio anual, entre 1991-2000, da ordem de 1,08% ao ano – ritmo de crescimento este que corresponde a cerca da metade daquele registrado entre 1980-1991, situado em torno de 2,09% ao ano, e do nível apresentado entre 1970-1980, da ordem de 2,35% ao ano.

Tal redução no ritmo de crescimento demográfico reflete uma série de transformações na dinâmica sociodemográfica baiana, que teve origem nas primeiras décadas do século XX e vêm se realizando, de forma descontínua e não linear, alcançando os primeiros anos do século atual. No que se refere aos mecanismos endógenos da reprodução demográfica, iniciou-se, nesse período, uma das mais importantes mudanças estruturais, convencionalmente designada pelos demógrafos de transição demográfica. Paralelamente a essas modificações também ocorreram redefinições nos mecanismos exógenos de reprodução com a emergência de novas tendências nos movimentos migratórios, que tradicionalmente exerceram forte impacto no crescimento demográfico do Estado da Bahia.

Para melhor compreensão dos significados e conseqüências desses processos, ainda em curso na sociedade baiana, é necessário considerar alguns princípios básicos que configuram a demografia enquanto ciência social e que, paradoxalmente, vêm sendo esquecidos em muitos dos discursos que fundamentam as ações de instituições governamentais e não-governamentais e, mesmo, de especialistas nos chamados “estudos populacionais”.

Primeiro, é importante lembrar que o crescimento de uma população aberta, isto é, sujeita à entrada e saída de pessoas, expressa o resultado líquido do jogo de influências multidirecionais entre quatro mecanismos demográficos – fecundidade, mortalidade, imigração e emigração – que, juntos, constituem os determinantes básicos tanto do ritmo quanto da forma de um determinado padrão de reprodução demográfica. Os dois primeiros componentes definem o processo de sucessão das gerações ou a dinâmica endógena da reprodução demográfica cuja velocidade de desdobramento é captada pelo conceito de crescimento vegetativo, resultante do jogo conjugado en-

* Socióloga, mestra em Ciências Sociais pela UFBA, bolsista da FAPES – Fundação de Administração e Pesquisa Econômico Social e professora das Faculdades Jorge Amado. ivana@sei.ba.gov.br

tre fecundidade e mortalidade; quanto aos componentes exógenos, estes definem o saldo migratório, resultante líquido dos movimentos de imigração (chegada de pessoas) e emigração (saída de pessoas), que interferem no crescimento da população, contribuindo para uma maior ou menor expansão¹.

Todos esses mecanismos demográficos se encontram, por sua vez, articulados a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais inerentes ao contexto social no qual esta população se encontra inserida e/ou articulada. Como demonstrou Souza (1996 e 1997), a reprodução sociobiológica que define o processo de sucessão das gerações envolve a realização combinada e encadeada dos seguintes mecanismos: I) procriação, II) preservação da sobrevivência e da saúde, III) exercício da sexualidade (dentro ou fora do casamento) e IV) criação-socialização dos filhos. Os dois primeiros mecanismos são propriamente demográficos e de natureza sociobiológica, enquanto os dois últimos são mecanismos propriamente sociais, e constituem pré-condições decisivas para a realização dos primeiros. Como cada um desses mecanismos é estruturado por relações sociais, Souza (1997) os conceitua enquanto dimensões da vida social mais ou menos configuradas em padrões. Esses padrões não são autônomos, mas inter-relacionados e articulados a processos mais gerais da sociedade, entre eles o circuito da produção e circulação de bens e serviços.

Diante do exposto, pode-se concluir que a manutenção dos padrões de reprodução demográfica requer uma certa estabilidade na vida social e que mudanças de diferentes intensidades podem desencadear ajustes ou redefinições nos sistemas de práticas que envolvem a procriação, a preservação da sobrevivência e da saúde, o exercício da sexualidade e criação-socialização dos filhos – mecanismos estruturantes do processo de sucessão das gerações ou da reprodução sociobiológica dos indivíduos de uma determinada sociedade, como demonstrou Souza (1996 e 1997).

A outra esfera da reprodução demográfica, que envolve os componentes exógenos – resultantes dos deslocamentos espaciais –, é mais facilmente perceptível como articulada a diversos circuitos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade, entre eles o da produção e circulação de bens e serviços. No entanto, é necessário ressaltar que não há uma relação de causa e efeito, uma determinação dessas esferas sobre a demográfica, mas uma relação de sobredeterminação entre eles, ou uma relação dialética – para usar uma linguagem marxista (talvez um tanto fora de moda, mas ainda eficaz como elemento analítico da realidade social). Assim, os movimentos migratórios bem como os diversos mecanismos que envolvem a reprodução endógena de uma determinada população não são meros reflexos da esfera econômica nem tampouco motivados por elementos exclusivamente biológicos, fruto de instintos e impulsos incontroláveis – como alardeiam alguns analistas de plantão que insistem em ver a reprodução demográfica, sobre-

¹ Crescimento (r) = r^v (crescimento vegetativo) + r^s (saldo migratório); crescimento vegetativo (r^v) = b (natalidade) + d (mortalidade); r^s (saldo migratório) = i (imigração) - e (emigração)

tudo dos estratos mais baixos da sociedade (sem acesso à educação, entre outros serviços elementares), como irresponsável e natural, ou seja, não sujeita a qualquer controle ou interferência de fatores sociais e culturais.

Os mecanismos que articulam e dão sentido à reprodução demográfica dos indivíduos numa determinada sociedade não são apenas influenciados pelas diversas esferas da sociedade: também exercem influência sobre elas. Assim, a forma, a intensidade e a velocidade com que se realiza a reprodução demográfica de uma determinada população possuem rebatimentos nos demais âmbitos da sociedade. Por exemplo, a diminuição do ritmo e da intensidade da reprodução demográfica endógena pode dificultar o circuito de produção e circulação de bens e serviços, devido à redução da oferta de mão-de-obra; esta, por sua vez, pode ser compensada pelos movimentos de imigração, que com certeza terão desdobramentos na esfera cultural, entre outras, mediante a incorporação de pessoas portadoras de novos *habitus* (Bourdieu: 1989). Tal fato pode implicar, entre outros aspectos, redefinições nos padrões dos diferentes mecanismos que envolvem a reprodução sociobiológica e no estoque de população disponível para dar continuidade ao processo de sucessão das gerações. E por aí vai num ciclo interminável de determinações e sobredeterminações, que não nos permite pensar nenhuma dessas esferas como autônomas e auto-suficientes. Longe, portanto, de se constituir num fenômeno meramente biológico, o crescimento demográfico (seja global ou vegetativo) de uma determinada população se pauta por mecanismos sociais, ao tempo em que traz implicações sobre os diversos âmbitos da sociedade na qual esta população se encontra inserida.

Assim, as redefinições nos padrões de reprodução demográfica encontram-se articuladas a modificações nas diversas esferas sociais e não existe um único padrão a ser seguido pelas sociedades, mas uma diversidade de padrões que se definem e ganham consistência nas multiplicidades das relações e interações sociais que os indivíduos estabelecem coletivamente e que dão sentido à sua existência. Nessa perspectiva, Souza (1996) nos fala que o processo comumente designado pelos demógrafos de transição demográfica implica a consolidação de padrões distintos dos que vigoravam anteriormente, sem que isso signifique a repetição de modelos vivenciados por outras sociedades ou a uniformização mediante a configuração de um único padrão.

A Bahia, assim como o conjunto do Brasil (evidentemente, com suas particularidades que envolvem diferenças de temporalidade, ritmo, forma, velocidade e intensidade), vivenciou ao longo do século XX transformações desse porte na estrutura demográfica – que, nunca é demais lembrar, é também social. A transição demográfica neste Estado vem se realizando mediante dois movimentos diferentes, não-lineares e não-contínuos, com transcurso temporais distintos, conforme demonstraram Souza e Muricy (2001).

O primeiro desses movimentos transcorreu desde as primeiras décadas do século XX até a metade dos anos 1960. Caracterizou-se pela combinação de

um declínio persistente da mortalidade, a partir de níveis muito altos, que se acelerou depois de 1940, com uma elevação dos níveis médios globais da fecundidade, que já eram altos anteriormente. Esta combinação de tendências dos componentes demográficos endógenos resultou tanto numa intensificação do ritmo do crescimento vegetativo – que atingiu um patamar próximo a 3% ao ano, na década de 1960 – quanto num rejuvenescimento da composição por idade da população, na qual se verificou a elevação da proporção de crianças entre 0-14 anos para além da marca dos 45% e a redução da proporção de indivíduos de 15-64 anos, como se verá em Belas (2002) nesta publicação. Com tais características, esse movimento de mudança sociodemográfica de largo curso significou a consolidação, com generalização para todas as camadas sociais e regiões da Bahia, de um padrão de reprodução demográfica acelerada ou de alguns padrões dessa natureza (SOUZA e MURICY: 2001).

O segundo movimento vem transcorrendo desde meados dos anos 1960, até este início do século XXI, caracterizando-se pela continuidade do declínio da mortalidade – que foi mais acentuado nos períodos 1970-1980 e 1980-1991, sobretudo entre crianças de 0-5 anos – combinado a um declínio persistente e acelerado da fecundidade, que atingiu níveis muito baixos em fins dos anos 1990. Uma tal combinação de tendências, por sua vez, vem implicando uma acentuada desaceleração do ritmo de crescimento vegetativo e um envelhecimento da composição por idade da população, com a redução da proporção de crianças de 0-14 anos para um patamar abaixo dos 38%, e o aumento da proporção dos indivíduos de 15-64 e 65 anos e mais. Assim, esse segundo movimento, cuja realização dependeu do transcurso do primeiro, expressa inequivocamente a emergência e consolidação de novos padrões de reprodução demográfica endógena ou de sucessão das gerações, envolvendo mudanças mais ou menos radicais, de uma geração a outra, nos sistemas de práticas sociais referidas à preservação da sobrevivência e da saúde, ao casamento e exercício da sexualidade, à procriação para a constituição de proles e à criação-socialização de filhos para a formação de descendências (idem).

Antes de examinar os níveis e as principais tendências dos mecanismos demográficos nos dois momentos descritos, é necessário situar em que contexto histórico baiano se realizaram tais redefinições para que seja possível perceber os fatores sociais econômicos, políticos e culturais que mais contribuíram para os desdobramentos ocorridos nos mecanismos demográficos.

DOIS MOMENTOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA: CIRCUNSTANCIAS HISTÓRICAS

Como destacam Souza e Muricy (2001), as tendências de redução da mortalidade e de elevação da fecundidade que configuraram o primeiro movimento da transição demográfica só se tornaram plenamente visíveis a partir do pós-guerra, embora tenham se iniciado entre fins do século XIX e começos do século XX. Nesse período, a Bahia vivenciou profundas transforma-

ções nas esferas sociais, econômicas e culturais que resultaram na constituição e consolidação de uma sociedade industrial e urbana, com uma conformação bastante diferente da que havia até então.

No primeiro período em análise, entre 1940-1970, as mudanças sociodemográficas, de largo curso, encontram-se relacionadas a uma certa melhoria das condições de vida e de sobrevivência, para amplos setores da sociedade baiana. Tais melhorias foram propiciadas pela retomada do crescimento econômico, após um longo período de estagnação, decorrente da retração das culturas de cana-de-açúcar e fumo, assim como da atividade de transformação associada a estes cultivos, que funcionavam como sustentáculo da economia baiana, em particular do Recôncavo. Neste período foram instaladas a Petrobrás no Recôncavo baiano, em meados dos anos 1950, e o Centro Industrial de Aratu (CIA), na década de 1960.

As mudanças sociodemográficas comentadas também são fruto dos investimentos básicos em infra-estrutura, educação, saúde e previdência social, demandados pela construção da nova estrutura capitalista-industrial e urbana na Bahia, assim como no conjunto do País. No campo da saúde, destacam-se as ações e investimentos governamentais direcionados para a implantação dos sistemas públicos de atenção à saúde das classes populares, inclusive os de proteção materno-infantil, apesar de suas restritas coberturas. Neste período, também se observa um forte incremento das ações e campanhas de saúde pública centradas sobretudo na educação sanitária, na difusão de novas práticas de higiene, na ampliação da cobertura das campanhas de vacinação e em medidas de saneamento (cf. SOUZA: 1996 e SEI-CRH: 1999).

Essas políticas e ações sociais foram se desdobrando gradativamente e implicando declínios continuados nos níveis de mortalidade aqui e ali, sobretudo entre crianças e mulheres em idade reprodutiva, e contribuíram, por sua vez, para a elevação nos níveis de fecundidade nas camadas populares, que eram majoritárias na população total da Bahia. As elites e camadas médias com maior acesso à escolarização e aos serviços de saúde já registravam declínios dos níveis de mortalidade e de fecundidade desde fins do século XIX ou do início da República, como demonstrou Souza (1996).

Além das possibilidades concretas de melhor preservação da saúde e da sobrevivência, os investimentos governamentais neste campo também resultaram num maior contato e numa conseqüente incorporação, por boa parte da população, do discurso médico vigente. Tal aspecto contribuiu de maneira significativa para modificações nos cuidados relativos à preservação da saúde e, em particular, nos cuidados das mães com sua prole, no processo de socialização dos filhos, e no próprio exercício da sexualidade.

Entre outros aspectos nos quais é possível se perceber a influência do discurso médico na modificação dos sistemas de práticas sociais articulados à reprodução demográfica, pode-se destacar as mudanças nos padrões etários

da fecundidade, ocorridas entre 1940-1970. Neste período, se observa a redução do nível de fecundidade no grupo de 45-49 anos e o aumento mais expressivo nos grupos etários de 20-34 anos – idades consideradas como mais adequadas ao exercício da procriação pelos critérios médicos que iam sendo progressivamente incorporados pela população. Como destacam Souza e Muricy (2001: p. 20/21), as alterações nas práticas de procriação efetivamente exercidas, verificaram-se em dois sentidos: 1º) no de uma postergação da idade ao casar e/ou de nascimento do primeiro filho para depois dos 20 anos (para a *maioridade* estabelecida pela República), fato mais corrente entre as mães de maior escolaridade; 2º) no de uma antecipação, socialmente muito generalizada, do encerramento das carreiras reprodutivas para antes dos 40 ou dos 35 anos de idade.

A mentalidade pró-natalista, que permeava várias das políticas sociais dirigidas às classes trabalhadoras até 1960, também contribui para as modificações nos sistemas de práticas sociais relacionados diretamente ao processo de sucessão das gerações. Entre essas políticas sociais, destacam-se as medidas do Governo Federal que, a partir de 1940, passaram a garantir direitos e benefícios sociais ao trabalhador assalariado de ambos os sexos, tais como: a criação das leis trabalhistas, a fixação do salário-mínimo, a montagem dos sistemas de Previdência Social e a criação do salário-família, do auxílio-natalidade e da licença-gestante. Essas medidas propiciaram melhorias das condições de vida para parcelas significativas da população, ao tempo em que funcionaram inicialmente como um suporte ou estímulo à formação de proles ou descendências muito numerosas (6 e mais filhos). Nos anos 1960 e 1970, vários desses direitos e benefícios foram estendidos aos trabalhadores autônomos e rurais, assim como às empregadas domésticas, ainda que vários desses benefícios tenham perdido o valor real, juntamente com o do salário mínimo (SOUZA:1996).

Apesar das modificações ocorridas nas diversas esferas da sociedade baiana, o Estado permanece eminentemente rural até 1970, quando a população urbana ainda era inferior a 50% da população total. Essa predominância da população rural contribuiu para que a transição demográfica baiana se realizasse com maior atraso em relação aos Estados do Sudeste e Sul do País, como relatam Souza e Muricy (2001:16):

Ocorre que o tipo de expansão econômica do período 1940-1970, mesmo implicando um crescimento da parcela assalariada da força-de-trabalho, não impediu a multiplicação de atividades econômicas estruturadas por formas não-assalariadas de trabalho, tais como a produção simples de mercadorias e a produção para o autoconsumo, que usavam mão-de-obra familiar. Embora esse fato não se constituísse num determinante da generalizada preferência por proles e descendências numerosas, com origem histórica bem antiga, possibilitava aos casais das classes populares e camadas médias a reprodução de múltiplos arranjos ou estratégias de sustentação de famílias com muitos filhos, tanto em áreas rurais como urbanas. Esses arranjos, entretanto, eram mais correntes nas áreas rurais, onde prevalecia uma pequena agricultura de subsistência, que se manteve expressiva na Bahia até fins dos anos 1960.

Tal situação começa a se modificar, de modo mais significativo, na década de 1970, com uma série de redefinições ocorridas na economia baiana, assim como no conjunto da brasileira, que passa a ser comandada pelo grande capital nacional e internacional e pelos grandes investimentos estatais. Os níveis de emprego se expandiram muito neste período – que se tornou conhecido como a fase do “milagre brasileiro” – em que pese o fato de as atividades implantadas terem sido de capital-intensivo. Na década de 1980, os efeitos negativos do modelo econômico adotado começam a se delinear mais claramente, dando início a uma crise generalizada que combinou momentos de retração das atividades produtivas com hiperinflação e rebaixamento do valor real dos salários, isso em amplos segmentos sociais, verificando-se momentos de controle inflacionário com desemprego estrutural.

Em razão dessa mudança no caráter do desenvolvimento foram realizados, entre 1965-1980, novos e importantes investimentos, privados e públicos, no campo da preparação da força de trabalho e da preservação da saúde dos trabalhadores, sobretudo para os empregados nos setores industriais, comerciais e de serviços mais modernos e dinâmicos. A expansão das formas regulares ou irregulares de assalariamento da força-de-trabalho, inclusive no campo, foi acompanhada pela extensão de direitos trabalhistas e da Previdência Social a diversas categorias de trabalhadores, envolvendo o acesso à atenção médica do INAMPS e do FUNRURAL e a possibilidade de aposentadoria por invalidez e velhice (SOUZA, 1996). Muitos trabalhadores mutilados e doentes ou precocemente envelhecidos pelas condições de vida e trabalho começaram a receber essa proteção do Estado, que aliviava os encargos partilhados entre os vários filhos, o que influiu na redução tanto da mortalidade adulta masculina quanto das expectativas de apoio dos filhos na velhice. Depois de 1986, porém, tal proteção estatal minguou, com a deterioração do valor real das aposentadorias e pensões e com a crise da Previdência Social. Mais recentemente, o processo de terceirização vem agravando as condições de vida das classes assalariadas, como ressaltam Borges e Druck (1993).

Entre os anos 1970 e 1980, expandem-se as possibilidades de trabalho assalariado para as mulheres, sobretudo as mais escolarizadas (Andrade, 1988, 1992), sendo que essas oportunidades, com o aprofundamento da crise, reduziram-se relativamente menos do que as dos homens. Tal tendência possibilitou uma elevação do nível de vida de uma parcela significativa da sociedade baiana, viabilizando a ampliação dos horizontes de sobrevivência das mulheres e seus filhos. Mas também implicou novas dificuldades domésticas para a criação de muitos filhos, o que estimulou uma rápida difusão de novas práticas de restrição da procriação, visando à constituição de proles bem pequenas.

A esses fatores se somaram as modificações relacionadas ao processo de urbanização, que envolvem aumentos significativos nos custos de habitação, de socialização e escolarização dos filhos. Estes, por sua vez, passaram a sobreviver em proporções maiores, o que reforçou as pressões ou estímu-

los para que os casais das classes populares abandonassem as velhas práticas de *deixar vir os filhos* até altas paridades ou idades avançadas e adotassem novas práticas de constituição de proles pequenas ou de encerramento das carreiras reprodutivas em idades mais jovens e em paridades bem baixas (1,2 ou 3 filhos, no máximo) (cf. SOUZA: 1996 e SEI-CRH: 1999).

Por fim, ocorre a substituição da mentalidade pró-natalista que permeava as políticas e ações governamentais dirigidas às classes populares pela concepção anti-natalista – que já era predominante entre as classes médias e altas da sociedade baiana entre 1940-1970, como demonstrou Souza (1996). As políticas sociais dirigidas a essas classes populares assumiram, neste período, um cunho anti-natalista e houve o surgimento e extensão de uma rede de serviços de saúde, públicos e privados, especificamente voltados para a restrição da procriação no seio das classes populares. Intensificaram-se as pressões diretas das empresas sobre as mulheres assalariadas, para que elas não tivessem filhos adicionais e/ou se esterilizassem desde cedo. Esses fatores contribuíram, de forma decisiva, para as transformações ocorridas na dinâmica demográfica baiana, particularmente para a generalização e aceleração do declínio da fecundidade ocorrido a partir de 1970 (Idem).

PADRÕES DE REPRODUÇÃO DEMOGRÁFICA: NÍVEIS E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

A redução dos níveis gerais de fecundidade é um dos aspectos mais enfatizados nas análises sobre a dinâmica demográfica baiana e brasileira na conjuntura mais recente (últimas três décadas). Com efeito, tal fenômeno é um dos principais elementos definidores da dinâmica atual; no entanto, ele não se encontra isolado das transformações ocorridas nos demais componentes demográficos: mortalidade, imigração e emigração. Ao contrário, esta tendência se insere no bojo de uma série de transformações, de longo prazo, ocorridas desde as primeiras décadas do século XX, e que caracterizam o que os especialistas denominam de transição demográfica. Como se viu anteriormente, a transição na Bahia envolve os desdobramentos de tendências demográficas de sentidos contraditórios, que se articulam em dois momentos históricos distintos.

Na Tabela 1 e no Gráfico 1 é possível perceber claramente esses dois momentos da transição demográfica baiana e nordestina e dimensionar a intensidade dos fenômenos abordados. Neles vê-se que a fecundidade apresentou uma intensificação progressiva entre 1940-1970, com uma pequena oscilação entre 1950-1960, e que esta atingiu seu patamar máximo tanto na Bahia como no conjunto da Região Nordeste, em 1970, quando a taxa registrada foi de 7,5 filhos por mulher. Apesar do nível atingido ser bastante elevado, a intensificação da fecundidade, entre 1940-1970, não foi tão expressiva: cerca de 10% na Bahia e um pouco inferior no Nordeste. Observa-se também que em todos os anos censitários, com exceção de 1980, a taxa de fecundidade baiana se manteve abaixo da nordestina. A partir de 1970 (ou melhor, do quinquênio de 1965-1970), os níveis gerais de fecundidade co-

meçam a apresentar significativa redução nos dois âmbitos socioespaciais analisados alcançando um patamar de 2,6 filhos por mulher na Bahia e 3,1 filhos por mulher no Nordeste em 1996. As maiores reduções ocorreram entre 1980-1991, momento em que as taxas, tanto do Estado como da Região, diminuem quase 50%. Ao longo do segundo período, entre 1970-1996, o declínio da taxa de fecundidade total (TFT) foi de -65,33% na Bahia e de -58,66% no Nordeste. Ou seja, a TFT das baianas reduziu-se em quase 2/3 e das nordestinas caiu mais da metade (1/2) em duas décadas e meia (26 anos).

Tabela 1

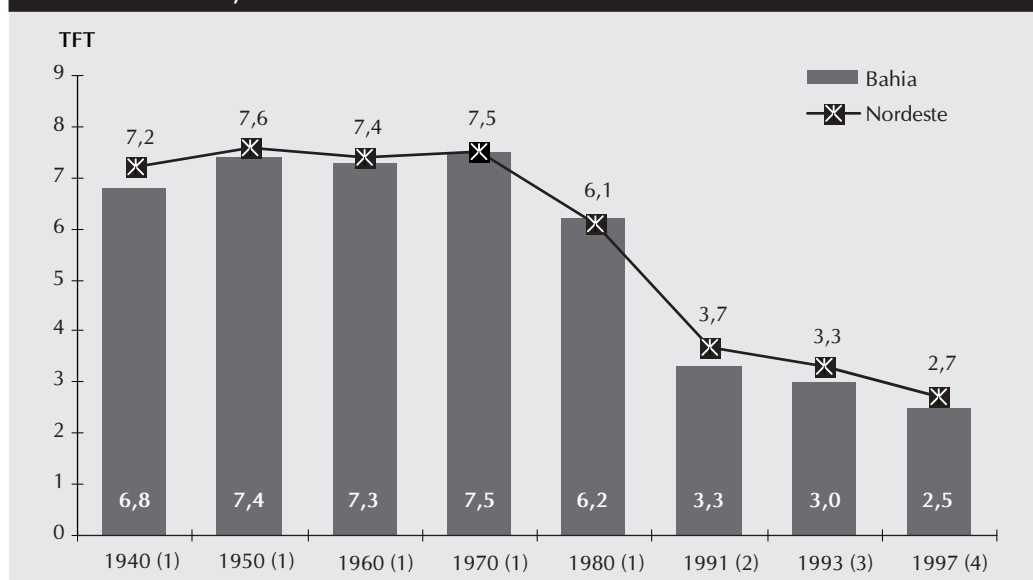
**Taxa de Fecundidade Total e Esperança de Vida ao Nascer
Nordeste e Bahia, 1940-1997**

Ano	Taxa de Fecundidade Total (TFT) % ao Ano		Esperança de Vida ao Nascer (ex)	
	Nordeste	Bahia	Nordeste	Bahia
1940	7,2	6,8	38,76	40,77
1950	7,6	7,4	38,96	40,99
1960	7,4	7,3	41,06	45,23
1970	7,5	7,5	45,55	49,23
1980	6,1	6,2	51,01	57,79
1991	3,7	3,3	62,71	64,74
1993	3,3	3,0	63,44	65,20
1997	2,5	2,7	66,76	64,83

Fonte: Souza e Muricy (2001)

Gráfico 1

**Variação da Taxa de Fecundidade Total
Nordeste e Bahia, 1940-1997**



Fonte: Souza e Muricy (2001)

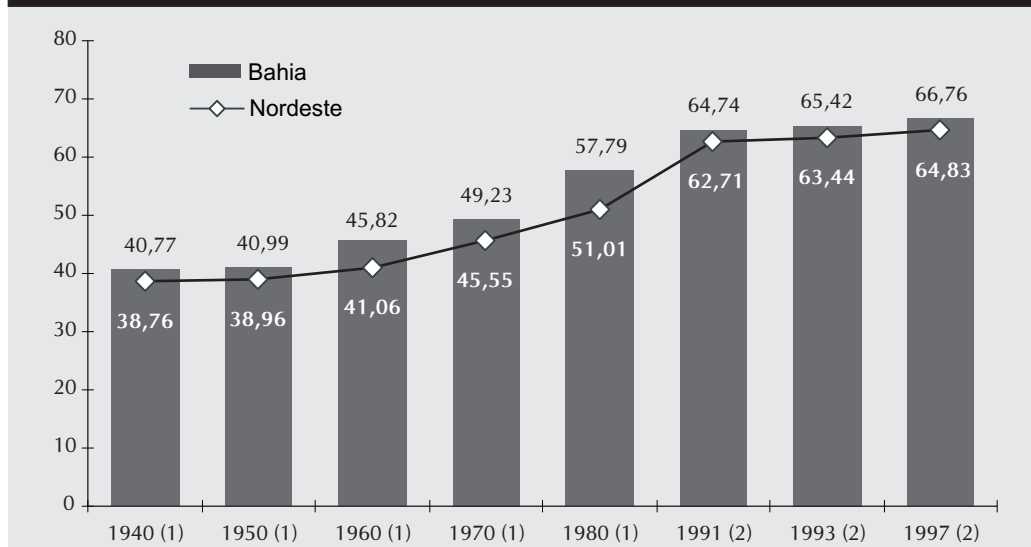
Assim, as séries históricas das TFT para as baianas e nordestinas de 15-49 anos de todas as camadas sociais comprovam que ocorreram efetivamente as duas tendências descontínuas das médias globais da fecundidade anteriormente comentadas – uma de moderada elevação e outra, subsequente, de redução acelerada – que demarcaram os momentos mais significativos do processo de transição demográfica na Bahia e no Nordeste.

No que se refere aos níveis e padrões de mortalidade, as novas tendências podem ser melhor avaliadas mediante as mudanças nos horizontes de sobrevivência ou de longevidade das gerações que vão se sucedendo. Tais aspectos são captados pelo indicador esperança de vida ao nascer, que expressa os patamares médios globais de sobrevivência dos indivíduos num determinado momento histórico e permite perceber os impactos da mortalidade no conjunto de uma população.

A Tabela 1 e o Gráfico 2 apresentam a variação da esperança de vida ao nascer para ambos os sexos na Bahia e no Nordeste ao longo de praticamente todo século XX. Neles, é possível perceber a sistemática redução da mortalidade, expressa nos aumentos gradativos da esperança de vida ao nascer ocorridos nos dois âmbitos socioespaciais analisados.

Gráfico 2

**Esperança de Vida ao Nascer
Nordeste e Bahia, 1940-1997**



Fonte: (1) Levy *et al* (1984), (2) SEI (1991).

Vê-se também que a esperança de vida ao nascer na Bahia, em 1940, era bastante baixa – de 40,77 anos – ou seja, os baianos das gerações nascidas em anos imediatamente anteriores a 1940 teriam uma expectativa de viver, em média, 40 anos, caso as condições de mortalidade permanecessem constantes. Se vários sobreviveriam para além dos 40 ou 50 anos de idade, uma parcela muito expressiva morreria na infância, antes dos 10 anos de idade, especialmente no primeiro ano de vida. Este nível de esperança de vida ao nascer era mais baixo que a média brasileira (que se situava entre 42 ou 43 anos), porém era mais elevado que a média para a Região Nordeste, de 38,76 anos.

Entre 1940-1950, houve uma elevação insignificante da esperança de vida ao nascer – de 0,22 anos no total da década – tanto na Bahia quanto no conjunto do Nordeste. Somente a partir da década de 1950 os ganhos de esperança de vida ao nascer se tornam realmente expressivos, sendo que os maiores ganhos são observados entre 1970-1980 e 1980-1991 – respectiva-

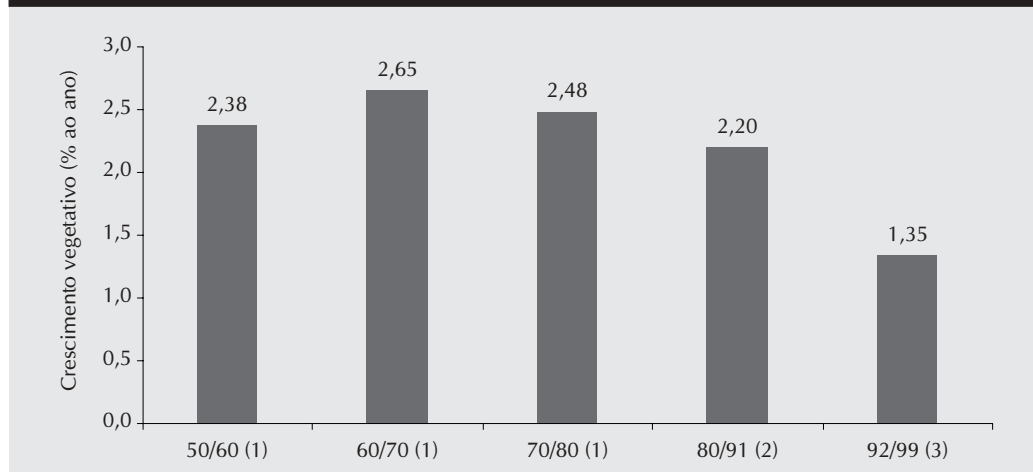
mente, de 8,6 anos (ou de 17%) e 7,0 anos (ou de 12%). Ao final do período analisado, em 1997, a esperança de vida ao nascer dos baianos havia atingido o patamar de 66,76 anos, segundo estimativas realizadas pelo IBGE em parceria com a SEI (SEI: 1999). Este patamar é um pouco superior à média nacional em 1990 (66,3 anos), indicada por Moura e Teixeira (1997: 110), ficando a dos nordestinos num nível mais baixo, de 64,83 anos. Assim, o aumento da esperança de vida ao nascer na Bahia, entre 1950-1997, foi de 25,8 anos (ou de 63%), e algo equivalente no conjunto do Nordeste.

No entanto, os patamares de esperança de vida ao nascer, para ambos os sexos, atingidos na Bahia (cerca de 67 anos) e no Nordeste (aproximadamente 65 anos), em 1997, ainda são relativamente baixos quando comparados aos de outros Estados ou regiões do País. Tal patamar já havia sido ultrapassado, em todas as regiões brasileiras, no início da década de 1990, como demonstram os indicadores de esperança de vida ao nascer, apresentados por Moura e Teixeira (1997: 110): 70,9 anos na Região Sul, 69,1 anos no Centro-Oeste, 68,8 anos no Sudeste e 68,4 anos no Norte.

Como consequência dos efeitos conjugados da fecundidade e da mortalidade, o crescimento vegetativo da Bahia apresentou duas tendências de sentidos contrários, ao longo do período analisado. No primeiro momento, entre 1950-1970, ocorre uma pequena elevação no ritmo de crescimento vegetativo baiano, que passa de um patamar de 2,38% para 2,65% ao ano, como demonstra o Gráfico 3. A partir de 1970, verifica-se uma desaceleração sistemática e contínua deste indicador, em função da força preponderante da redução da fecundidade, ou seja, a reprodução demográfica endógena baiana passa a se realizar numa velocidade cada vez menor. As maiores reduções foram registradas entre 1980 e 1990, momento em que o ritmo de crescimento vegetativo se reduz para cerca da metade e alcança um patamar de 1,35% ao ano, em 1999, segundo as estimativas realizadas pela SEI.

Gráfico 3

Crescimento Vegetativo
Bahia, 1950-1999



Fonte: (1) Souza (1986)
(2) Martine e Wong (1995)
(3) SEI. Cálculos realizados para este trabalho

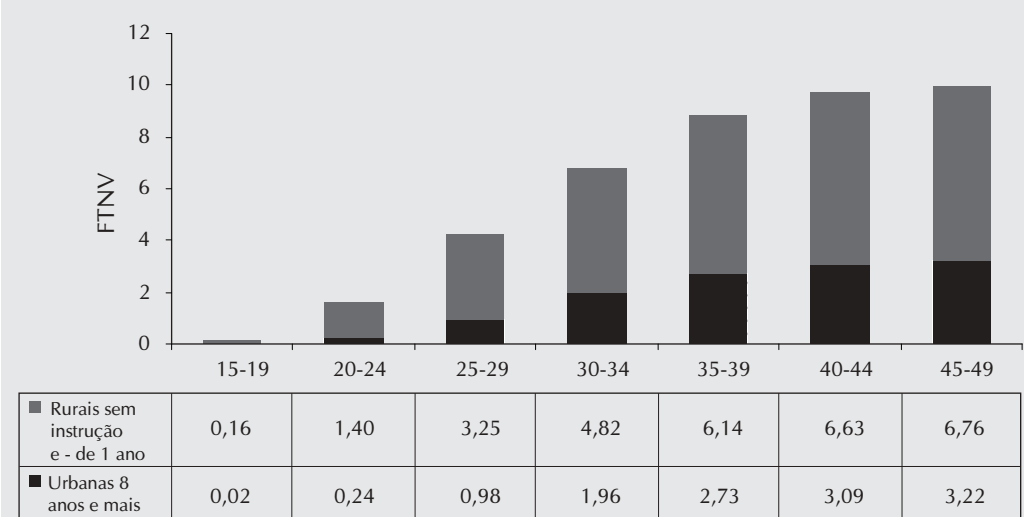
Ressalte-se que os indicadores aqui analisados expressam os níveis médios alcançados pelo conjunto da população baiana e, portanto, não permitem a percepção das diferenciações socioespaciais nem dos movimentos contraditórios em diferentes segmentos sociais ou espaços regionais. Tal aspecto é fundamental para uma melhor compreensão dos fenômenos em curso na sociedade baiana, uma vez que esses indicadores passam uma falsa impressão de que as transformações na dinâmica demográfica ocorreram de modo súbito na vida social – em duas ou três décadas ou a partir do quinquênio de 1965-1970 – e de que as tendências descritas são partilhadas pelo conjunto da população. No entanto, como demonstraram Souza e Muricy (2001), a transição demográfica baiana não é um fenômeno recente e tampouco existe um único padrão de reprodução demográfica.

Uma primeira e expressiva diferença de tendências desses componentes por grupos sociais distintos apresentada pelas autoras é a seguinte: entre 1940-1970, enquanto se elevavam os níveis gerais de fecundidade (que já eram altos antes de 1940) para o conjunto das baianas de 15-49 anos, as mulheres mais escolarizadas e com maior acesso aos serviços de saúde apresentavam reduções significativas no número médio de filhos tidos nascidos vivos (FTNV). Entre estas mulheres, que representavam uma pequena parcela da população baiana, a mortalidade dos filhos também declinava de modo mais expressivo do que entre os filhos das mulheres pouco escolarizadas ou sem escolarização.

Assim, os dados analisados por essas pesquisadoras mostram que os níveis médios de fecundidade e de mortalidade reduzem-se à medida que aumenta a escolaridade das mulheres. Em 1970, quando a TFT para a Bahia atingia seu nível máximo (7,55 filhos por mulher), as mulheres urbanas com oito anos e mais de estudo que se encontravam próximas ao final das carreiras reprodutivas ou com estas já encerradas – ou seja, com 40-44 e 45-49 anos – apresentaram um número médio de FTVN razoavelmente baixo – respec-

Gráfico 4

**Diferença de Número Médio de Filhos Tidos Nascidos Vivos (FTNV)
Entre Mulheres de Distintos Segmentos Sociais
Bahia, 1970**



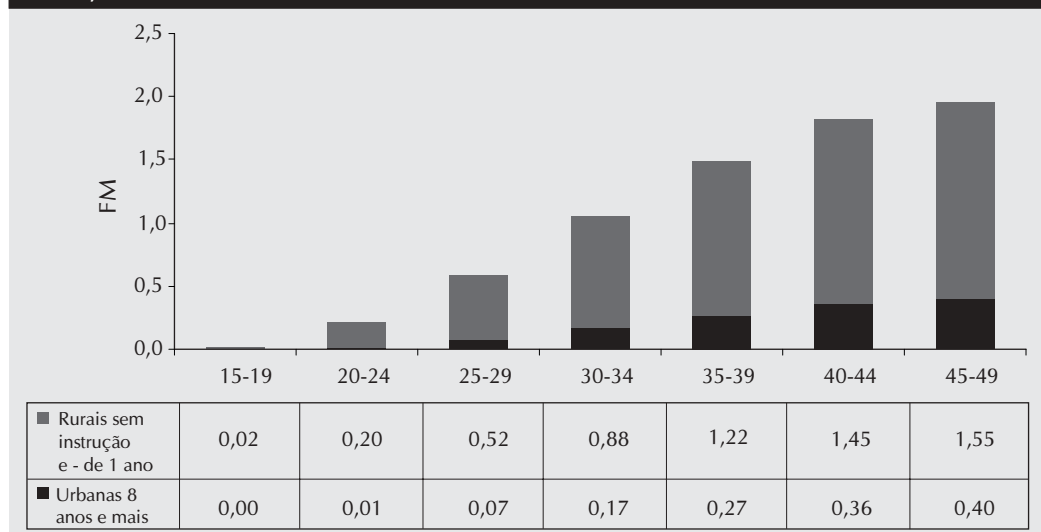
Fonte: Souza (1996)

tivamente, de 3,09 e 3,22 filhos por mulher. Considerando os grupos extremos de escolaridade analisados pelas referidas autoras, representados no Gráfico 4, observa-se que ao final da vida reprodutiva o número médio de FTVN das mulheres rurais sem instrução e com menos de um ano de estudo é cerca de duas vezes mais alto do que o das urbanas com oito anos e mais de estudo (cf. SOUZA e MURICY: 2001). Nas faixas etárias mais jovens, entre 15-19 anos, a diferença entre o número médio de FTVN desses dois grupos chega a ser de oito vezes.

Por outro lado, como demonstra o Gráfico 5, foram as mulheres mais escolarizadas e com menor fecundidade as que apresentaram um número médio de filhos mortos (FM) mais baixo. As mulheres urbanas com 40-44 e 45-49 anos de idade e oito anos e mais de estudo haviam perdido por morte, respectivamente, 0,36 e 0,40 filho por mulher até 1970. Já as mulheres rurais sem instrução e com menos de um ano de estudo, nessas mesmas faixas etárias, perderam por morte 1,45 e 1,55 filhos por mulher. Tal patamar de mortalidade é bastante elevado e significa que boa parte do esforço de reprodução sociodemográfica realizado por essas mulheres de gerações mais velhas foi perdido enquanto elas ainda completavam suas trajetórias reprodutivas. O nível de mortalidade dos filhos dessas mulheres sem ou com muito pouca escolarização chegou a ser quatro vezes mais elevado do que o das urbanas com oito anos e mais de estudo. Esses fatos reforçam a hipótese de que a redução da mortalidade dos filhos, ao longo das três décadas analisadas, foi bem pequena entre as mulheres que permaneceram pouco escolarizadas, com acesso muito restrito à atenção médica e vivendo em condições muito precárias, a despeito das melhorias ocorridas nesse período.

Gráfico 5

**Diferença de Número Médio de Filhos Mortos (FM)
Entre Mulheres de Distintos Segmentos Sociais
Bahia, 1970**

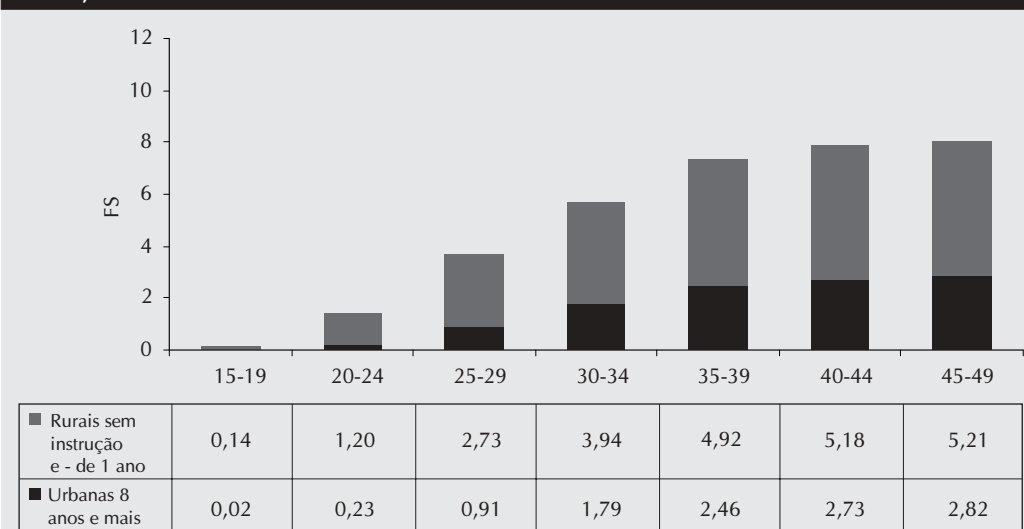


Fonte: Souza (1996)

Como consequência do maior nível de fecundidade e de mortalidade dos filhos entre as mulheres rurais sem instrução ou com menos de um ano de estudo, observa-se uma expressiva diferença entre o número médio de filhos sobrevi-

Gráfico 6

**Diferença de Número Médio de Filhos Sobreviventes (FS)
Entre Mulheres de Distintos Segmentos Sociais
Bahia, 1970**



Fonte: Souza (1996)

ventes (FS) dessas mulheres e o das mulheres com oito ou mais anos de estudo. A mortalidade mais intensa dos filhos das mulheres menos escolarizadas contribui para diminuir as discrepâncias observadas nos níveis de fecundidade. Assim, as mulheres rurais sem instrução e com menos de um ano de estudo chegaram ao final da vida reprodutiva, aos 40-44 anos e 45-49 anos, com uma média de 5,18 e 5,21 filhos por mulher, respectivamente, enquanto as urbanas com oito anos e mais de estudo nessas mesmas faixas etárias apresentam uma média de, respectivamente, 2,73 e 2,82 filhos por mulher. A razão entre o número de FS desses dois grupos de escolaridade distinta variou nas diferentes faixas etárias entre 1,8 e 7.

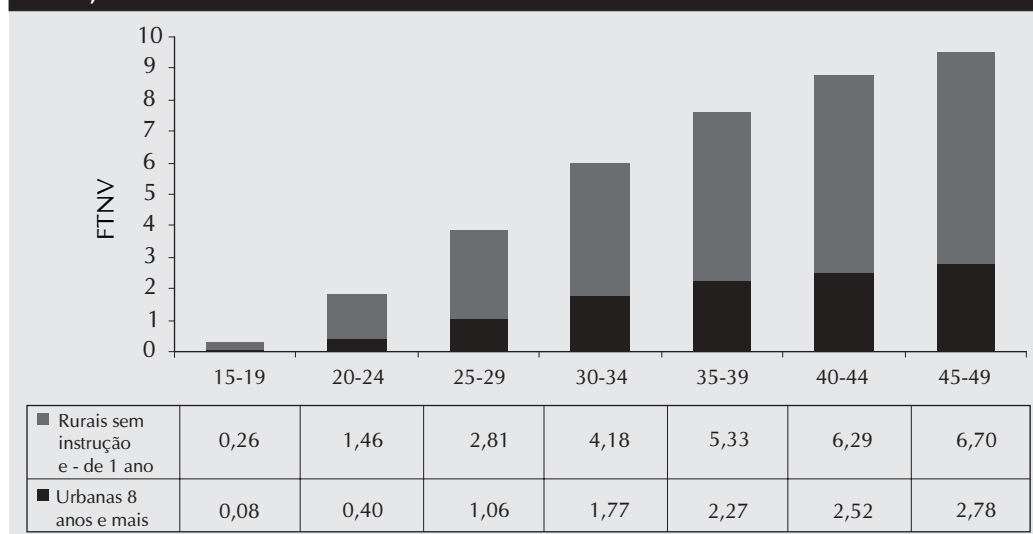
No período seguinte, entre 1970-1991, as discrepâncias entre os níveis de fecundidade e mortalidade dos filhos de mulheres com diferentes escolaridades se intensificaram ainda mais. Esta constatação, feita por Souza e Muricy (2001), aponta tanto para a coexistência de diferentes práticas sociais relativas aos desdobramentos dos diversos mecanismos sociodemográficos que envolvem a reprodução social como para o acesso diferenciado desses grupos aos serviços de saúde e educação.

O Gráfico 7 apresenta a variação de fecundidade acumulada entre mulheres de distintas faixas etárias pertencentes aos grupos extremos de escolaridade em 1991 (com oito e mais anos de estudo e sem instrução ou com menos de um ano de estudo). O número médio de FTVN das menos escolarizadas, e com 40-44 e 45-49 anos, foi de, respectivamente, 6,29 e 6,70 filhos por mulher em 1991. Tal patamar foi bem superior ao apresentado pelas mulheres com oito anos e mais de estudo, tanto em 1970 (3,09 e 3,22 filhos por mulher) como em 1991 (2,78 filhos por mulher). A discrepância entre o nível de fecundidade acumulada desses grupos extremos de escolaridade aumenta à medida que se passa de uma faixa etária a outra mais jovem. Assim, as maiores diferenças foram

encontradas nos grupos etários de 15-19 e de 20-24 anos, composto por mulheres que iniciaram sua vida reprodutiva em anos recentes. Neles o número médio de FTVN das que nunca freqüentaram a escola ou que cursaram apenas um ano de estudo era cerca de 3,5 vezes superior ao das mais escolarizadas, com oito e mais anos de estudo. Essa maior diferença no nível de fecundidade das mulheres mais jovens reflete o fato de aquelas com pouca ou nenhuma escolaridade costumarem iniciar suas carreiras reprodutivas em idades bem jovens, enquanto as que alcançam os mais altos níveis de escolaridade, freqüentemente protelam o início de suas carreiras reprodutivas para além dos 20-24 anos.

Gráfico 7

**Diferença de Número Médio de Filhos Tidos Nascidos Vivos (FNTV)
Entre Mulheres de Distintos Segmentos Sociais
Bahia, 1991**



Fonte: Souza (1996)

No entanto, Souza e Muricy (2001) chamam atenção para as transformações ocorridas, entre 1970-1991, no sistema de práticas sociais relativas à procriação e ao exercício da sexualidade que resultaram no rejuvenescimento do padrão de fecundidade. Os dados analisados apontam para uma intensificação dos níveis de fecundidade das baianas de 15-19 anos em praticamente todos os patamares de escolaridade analisados, o que sugere a reincorporação por parte dessas mulheres de velhas práticas de procriação precoce que estavam sendo substituídas entre o começo do século XX e os anos 1960. Sobre esse processo as referidas autoras tecem a seguinte análise:

A ampliação da prática de início precoce do processo de constituição de prole entre jovens mais escolarizadas, muitas vezes associado a um casamento² em idade abaixo da maioridade, indica que, apesar da grande difusão de técnicas contraceptivas e de outros meios reversíveis de evitar filhos, assim como da aceitação do uso dos mesmos em relações extraconjugais, muitas(os) jovens bem escolarizadas(os) e informadas(os) sobre esses meios técnicos não haviam, ainda, incorporado a prática de evitar uma gestação, nas suas primeiras relações sexuais. Por isso mesmo, a primeira gestação de muitas mulheres bem jovens continua a ser freqüentemente referida como algo “inesperado” ou “imprevisto” (SOUZA e MURICY, 2001: 68-69).

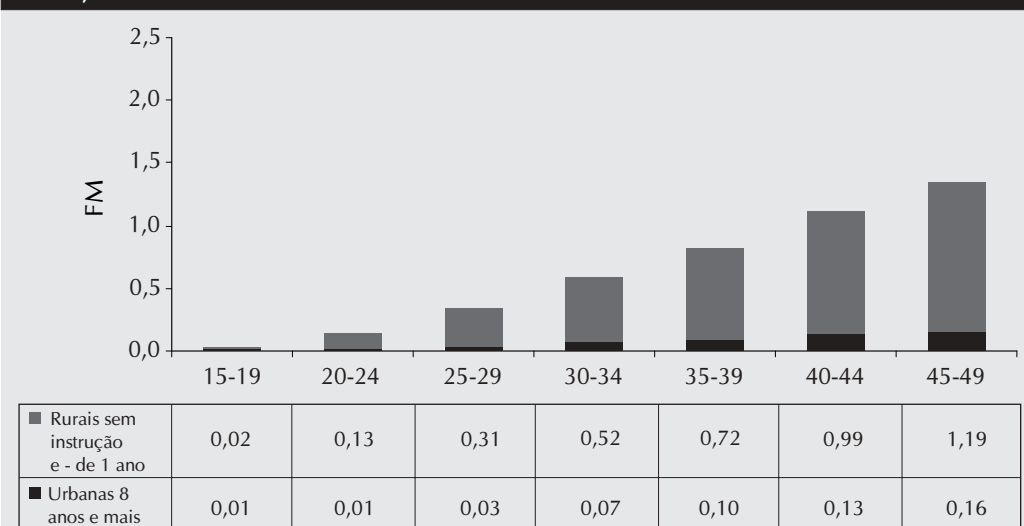
² União conjugal de diferentes tipos.

Em relação aos níveis de mortalidade dos filhos, o estudo citado constatou que as grandes disparidades sociais não foram sendo sistematicamente eliminadas entre 1970-1991, com o declínio generalizado deste componente demográfico. Assim como se viu no período anterior, em 1970, os desníveis na intensidade da mortalidade entre os distintos segmentos são ainda mais acentuados do que aqueles verificados entre a fecundidade.

Como demonstra o Gráfico 8, no caso específico das mulheres que se encontram próximas ao final da vida reprodutiva, 40-44 e 45-49 anos, a média de filhos mortos (FM) daquelas que nunca freqüentaram a escola ou cursaram apenas um ano de estudo é cerca de 7, 4 vezes superior à média das que cursaram oito anos e mais de estudo.

Gráfico 8

**Diferenças de Número Médio de Filhos Mortos (FM)
Entre Mulheres de Distintos Segmentos Sociais
Bahia, 1991**



Fonte: Souza (1996)

As discrepâncias persistem mesmo nos grupos mais jovens que iniciaram suas carreiras reprodutivas mais recentemente. Nos grupos acima de 20 anos as discrepâncias entre os níveis de mortalidade dos filhos das mulheres mais e menos escolarizadas são extraordinárias, chegando a ponto de o número médio de filhos mortos entre as mulheres de 20-24 e 25-29 anos sem instrução e com menos de um ano de estudo ser mais de dez vezes superior ao das mulheres com oito anos e mais de estudo. Nas faixas etárias de 30-49 anos a média de filhos mortos das mulheres sem instrução e com menos de um ano de estudo é mais de sete vezes superior à das mulheres com oito anos e mais de estudo.

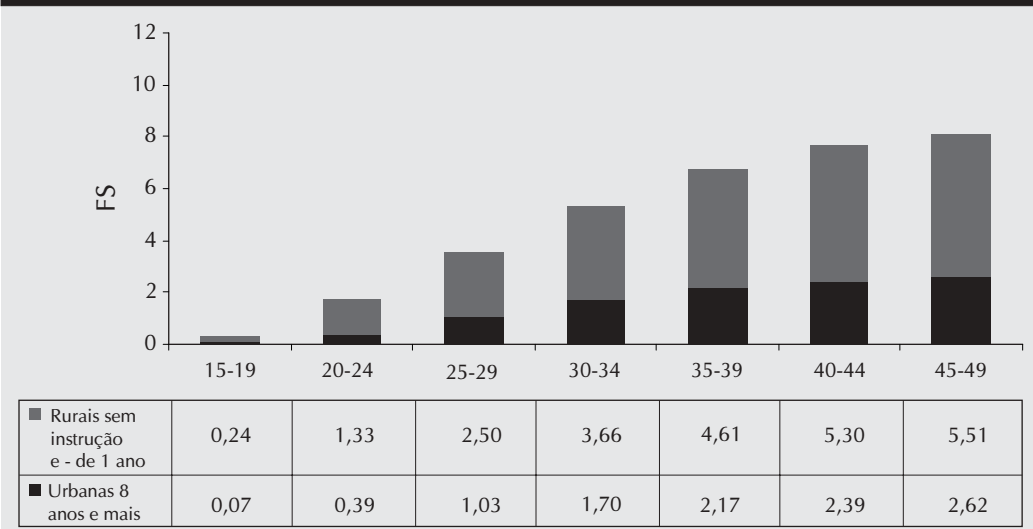
Na faixa etária mais jovem, 15-19 anos, na qual a ordem de grandeza dos filhos mortos é evidentemente menor do que nas faixas de idade mais avançadas, o desnível entre os dois segmentos sociais extremos, sem instrução e menos de um ano de estudo e oito anos e mais de estudo, é menos intenso do que nas demais faixas etárias. Vê-se pelo Gráfico 8 que nesse primeiro grupo a média de filhos mortos por mulher é de 0,02 filho, enquanto no

segundo grupo esta média se reduz para 0,01 filho por mulher. Portanto, a experiência de morte entre os filhos das mulheres sem instrução e com menos de um ano de estudo corresponde a cerca de 1,7 vezes à das mulheres com oito anos e mais de estudo.

O Gráfico 9 apresenta a variação do número médio de filhos sobreviventes (FS) entre as mulheres situadas nas faixas extremas de escolaridade em 1991. Nele se percebe que o tamanho das proles efetivamente constituídas pelas mulheres sem ou com muito pouca escolarização é significativamente superior ao das mulheres mais escolarizadas. As maiores variações entre o número médio de filhos sobreviventes desses dois grupos ocorreram nas faixas etárias mais jovens, entre 15-24 anos.

Gráfico 9

**Diferenças de Número Médio de Filhos Sobreviventes (FS)
Entre Mulheres de Distintos Segmentos Sociais
Bahia, 1991**



Fonte: Souza (1996)

É importante destacar que a redução nos níveis de fecundidade e de mortalidade dos filhos em diferentes segmentos sociais ocorreu numa conjuntura de expansão dos níveis de escolaridade da população baiana. Portanto, o peso relativo das mulheres com menor escolaridade, justamente as mais prolíficas, diminuiu significativamente ao longo do período analisado, como se observa na Tabela 2 e Gráfico 10.

Tabela 2

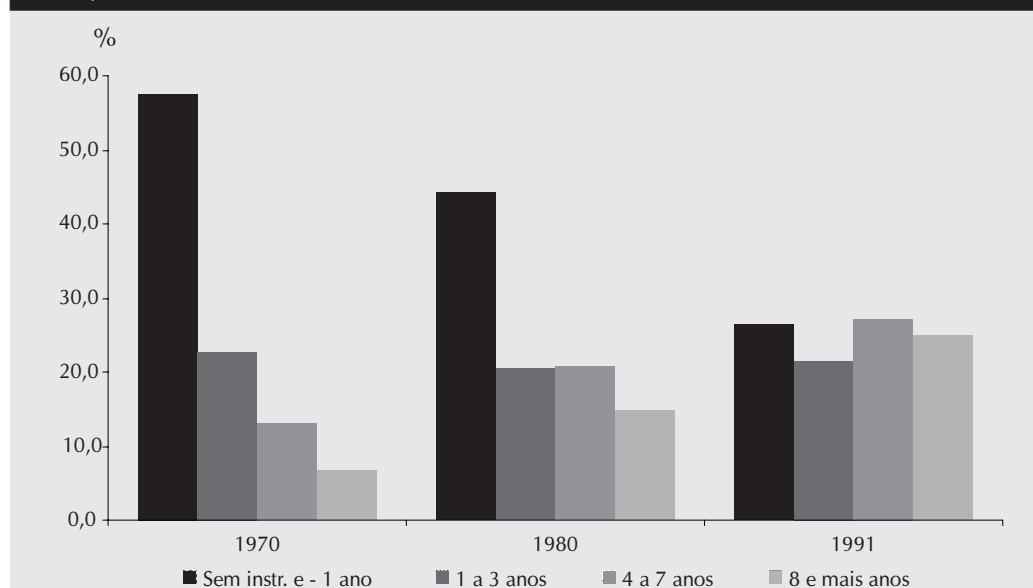
**Distribuição Relativa das Mulheres de 15-49 Anos Segundo Anos de Estudo
Bahia, 1970-1991**

Anos de Estudo	Distribuição Relativa das Mulheres de 15-49 (%)			Variação % (1970-91)
	1970	1980	1991	
Sem instr. e - 1 ano	57,50	44,18	26,42	-54,05
1 a 3 anos	22,63	20,38	21,43	-5,31
4 a 7 anos	13,15	20,71	27,17	106,61
8 e mais anos	6,72	14,73	24,98	271,76
Total	100,00	100,00	100,00	
	1.672.491	2.070.569	2.636.963	964.472

Fonte: Souza e Muricy (2001)

Gráfico 10

Distribuição Relativa das Mulheres de 15-49 Anos segundo Anos de Estudo Bahia, 1970-1991



Fonte: Souza e Muricy (2001)

A melhoria no perfil educacional baiano se deu, sobretudo, nos níveis mais baixos de escolarização, que apresentaram significativa redução. Em 1970, mais da metade (57,50%) das mulheres em idade potencialmente fértil, 15-49 anos, nunca tinham freqüentado a escola ou possuíam menos de um ano de estudo; em 1980, este grupo passa a representar um pouco menos da metade (44,18%) dessa população e, em 1991, corresponde a 26,42% do total de mulheres nesta faixa de idade. Em termos percentuais o número de mulheres de 15-49 anos sem instrução e com menos de um ano de estudo reduziu-se 54,05% entre 1970-1997.

A proporção de mulheres de 15-49 anos com um a três anos de estudo também registrou uma redução ao longo do período investigado, só que numa ordem de grandeza bastante inferior à do grupo anterior e com tendências diferenciadas nos dois subperíodos analisados. Em 1970, este grupo correspondia a 22,63% da população feminina de 15-49 anos; em 1980, sua participação se reduz para 20,71%; em 1991, aumenta para 21,43%. Ou seja, houve uma redução da proporção de mulheres neste grupo, entre 1970-1980, e uma posterior elevação na década seguinte, 1980-1991, sendo a variação, ao longo do período analisado, da ordem de -5,31%.

Como consequência lógica desse processo, observa-se um progressivo aumento na proporção de mulheres com escolaridade igual ou superior a quatro anos de estudo no conjunto de mulheres baianas de 15-49 anos. A proporção de mulheres com 4-7 anos de estudo passou de 13,15%, em 1970, para 20,71%, em 1980, alcançando, em 1991, 27,17% do total de mulheres baianas de 15-49 anos, o que corresponde a um crescimento de 106,61% entre 1970-1997. No entanto, o maior crescimento relativo ocorreu entre as mulheres com oito anos e mais de estudo, ou seja, as que

provavelmente conseguiram se escolarizar até ou para além do 1º grau (ou ensino fundamental). Estas dobraram sua participação relativa no conjunto da população feminina de 15-49 anos, entre 1970-1980, passando de um patamar inferior a 7% para quase 15% em 1980. No período seguinte, entre 1980-1991, o crescimento também foi bastante expressivo, passando este grupo a representar cerca de 25% da população feminina em idade reprodutiva. Ao longo do período analisado, o crescimento desse grupo foi de 271,76%.

Apesar da melhoria verificada, o nível global de escolaridade das mulheres baianas nestas faixas de idade ainda é relativamente baixo, pois quase a metade delas (47,85%) não possuía, em 1991, nenhuma escolaridade ou tinha até três anos de estudo. Segundo a pesquisa da BEMFAM/DHS (1992), a situação da Bahia em termos de escolarização é mais desfavorável do que a dos demais Estados nordestinos. Estes, ressalte-se, mais pobres do que o Estado da Bahia. Souza (1996) destaca que entre as baianas de 15-49 anos que nunca frequentaram escola ou só tiveram entre um a três anos de estudo, muitas se escolarizaram fora das redes públicas, em escolas filantrópicas ou alternativas (criadas por entidades que apoiavam os movimentos sociais) e em circunstâncias muito precárias. Provavelmente, boa parte destas era de analfabetas funcionais, que perderam o pouco que aprenderam numa alfabetização incompleta. Esse fato teve conseqüências nefastas em suas vidas, inclusive porque as que não tinham curso primário completo, dificilmente conseguiam emprego melhor remunerado, mesmo quando tinham poucos filhos.

Essas mulheres sem instrução ou com pouca escolarização permaneceram sem usufruir plenamente do direito à assistência médica pública ou com acesso a uma atenção à saúde de má qualidade, tanto para si próprias como seus filhos e cônjuges. A pesquisa da BEMFAM/DHS (1992) relativa à Região Nordeste, citada por Souza (1996), fornece uma visão aproximada da precariedade da assistência médica para este segmento social específico.

Segundo essa pesquisa, entre os filhos das nordestinas sem escolarização, nascidos em 1987, apenas 22,1% tiveram assistência de médico ao nascer, 70,2% nasceram com a assistência de enfermeiras ou parteiras (sem informação sobre a qualificação destas) e 7,6% foram assistidos por parentes e amigos ou ficaram sem assistência. No total desses partos, 41,1% foram realizados em domicílio, cifra equivalente aos partos em domicílio de Salvador, em 1967, sendo que em 35,6% dos casos as mães não fizeram nenhuma consulta pré-natal. Em contrapartida, entre as nordestinas com cinco, oito e nove anos ou mais de estudo os percentuais de partos hospitalares, no mesmo período, foram de, respectivamente, 93,0% e 96,1%, indicando uma cobertura quase total. No conjunto das baianas de 15-49 anos em todos os graus de escolaridade, 70,1% dos partos no mesmo período ocorreram em hospitais e quase 30% fora de hospitais (SOUZA 1996).

Estes dados de 1991 sugerem, como destacam Souza e Muricy (2001), que as políticas (estatais e não-estatais) destinadas a acelerar a redução da

fecundidade nas classes populares e a manter uma tutela institucional permanente sobre as condições de procriação nessas classes, no Nordeste e na Bahia, a partir de 1965-1970, obtiveram resultados mais intensos entre as mulheres que cursaram mais de três anos de estudo e desfrutaram de acesso a algum serviço básico de saúde, inclusive para seus filhos, ou a serviços médicos com assistência mais abrangente que a mera atenção à anticoncepção ou à esterilização. Isto é, influíram mais sobre as mulheres que, ainda na infância ou na adolescência, conquistaram de fato direitos básicos de cidadania garantidos em diversas Constituições do País, para além do novo direito de usar anticoncepcionais modernos na vida adulta. Parece que foi bem mais difícil difundir as novas regras de conduta face à procriação, impondo-as ou conquistando a adesão às mesmas, nos segmentos sociais menos beneficiados ou mais prejudicados pelo tipo de progresso social ocorrido no período.

OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NOS DOIS MOMENTOS CONSIDERADOS

Ao tempo em que se processavam as transformações nos mecanismos endógenos da reprodução demográfica, comentadas ao longo do texto, a Bahia vivenciava modificações significativas nos movimentos migratórios, os quais apresentaram importância crescente na determinação da expansão demográfica baiana desde pelo menos a década de 1940. Nesse período, a Bahia registrou saldos migratórios negativos, indicando que a saída de pessoas do Estado foi superior à entrada de novas pessoas no conjunto da população baiana. Esse fenômeno, também denominado de emigração líquida, contribuiu de maneira significativa para arrefecer o ritmo de crescimento total da população baiana, como se verá mais adiante.

Conforme destaca Souza (1985:33), a emigração de baianos para outros Estados brasileiros assume proporções mais significativas em anos que antecederam a 1940, pois nesse ano já era expressivo a quantidade de naturais do Estado da Bahia recenseados em outras unidades da Federação. Tomando por base o número de baianos residentes em outros Estados brasileiros, Souza estima que, entre 1940/1980, deixaram a Bahia para residir em outras unidades da Federação pelo menos 1.566.814 pessoas. Assim, em 40 anos, a Bahia perdeu um contingente populacional equivalente ao da cidade de Salvador em 1980, sendo que 40% desta emigração acumulada se verificou na última década. A distribuição dos emigrantes baianos entre as várias décadas do período, assim como o incremento relativo em cada década e a composição por sexo dos fluxos migratórios acumulados encontram-se relacionadas na Tabela 3.

Como se observa na Tabela 3, o volume da emigração se expandiu sistematicamente, ao longo do período analisado, embora numa velocidade cada vez menor. Os contingentes acumulados da emigração revelam uma predominância masculina, que vem se reduzindo a cada ano censitário. Tal fato reflete as alterações na composição por sexo dos movimentos decenais, nos

quais a proporção masculina vem decaindo sistematicamente, chegando na década de 1970 a registrar uma predominância feminina, a qual se intensifica na década seguinte. (SOUZA 1985: 51).

Tabela 3

Emigração Acumulada Até a Data do Censo e Estimativa de Emigração em Cada Década Bahia, 1940-1980

Ano Censitário	Emigração Acumulada						Estimativa da Emigração na Década		
	Total	Homens		Mulheres		Incremento Relativo		Período	Número
		Número	%	Número	%	Período	%		
Até 1940	-338.685	-195.652	57,76	-143.033	42,23				
Até 1950	-425.806	-248.679	58,40	-177.127	41,60	40/50	25,7	40/50	-87.121
Até 1960	-809.165	-446.351	55,16	-362.814	44,84	50/60	90,0	50/60	-383.359
Até 1970	-1.274.831	-677.635	53,15	-597.196	46,85	60/70	57,6	60/70	-465.666
Até 1980	-1.905.499	-967.237	50,76	-938.262	49,24	70/80	49,5	70/80	-630.668
								40/80	-1.566.814

Fonte: Souza (1985)

No que se refere à composição etária dos emigrantes baianos, há uma predominância dos grupos situados entre 15-50 anos, que constitui o principal período de vida ativa e reprodutiva dos indivíduos. No entanto, a representatividade desses grupos se reduziu, entre 1940/1980, com o envelhecimento sistemático dos fluxos emigratórios, expresso no aumento da proporção dos grupos etários acima de 50 anos (idem: p.50).

A grande maioria desses emigrantes baianos se dirigia para o Sudeste brasileiro, sobretudo para São Paulo, o que fez com que a Bahia se tornasse o principal centro nordestino emissor de população para essa região. Tomando por base o contingente total de emigrantes entre 1940 a 1980, que corresponde à emigração acumulada, Souza (1985:34) observa que o Sudeste concentrava a maioria dos emigrantes baianos recenseados em outros Estados, numa proporção que oscilou entre cerca de 74% a 68% em cada ano censitário. Entre os residentes no Sudeste, a representatividade de São Paulo variou entre 61% e 75%. Assim, em 1980, São Paulo chegou a incorporar individualmente 55,86% de todo o contingente de emigrantes saídos da Bahia (emigração acumulada), correspondendo a 1.064.446 indivíduos. Depois de São Paulo, os Estados que incorporaram as maiores proporções de emigrantes baianos foram o Rio de Janeiro (incluindo o atual Estado do Rio de Janeiro e o antigo Estado da Guanabara), Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (incluindo os atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

O desenvolvimento industrial do Sudeste brasileiro, deslanchado nos anos 1930, é um dos fatores explicativos comumente apontados pelos especialistas para a intensa transferência de baianos para essa região. A diminuição da imigração internacional também é referida por alguns autores (a exemplo de Souza: 1985). No entanto, a emigração não pode ser entendida apenas pelos fatores externos, já que é necessário situá-la no contexto das transformações sociais e econômicas ocorridas na Bahia, sobretudo em suas áreas rurais, de onde partiu a maioria dos fluxos migratórios com trajetórias circunscritas ao interior do Estado ou dirigidas a outras unidades da Federação.

Conforme as considerações iniciais, os movimentos migratórios não são meros reflexos da economia local, mas encontram-se relacionados a processos mais gerais da sociedade que envolvem tanto a esfera econômica como a social, a cultural e a política. Souza e Muricy (2001: p.9) lembram que, em muitas circunstâncias, como a vivida pela Bahia na época em estudo, a emigração pode funcionar como uma válvula de escape: *“um mecanismo de alívio a pressões ou contradições geradas pela aceleração do crescimento demográfico de modo desproporcional com a expansão dos meios de vida”*.

Assim, percebe-se que as relativas melhorias na estrutura econômica do Estado, efetivadas a partir da segunda metade do século XX, não foram suficientes para compensar as contradições inerentes ao modelo econômico vigente e estimular a permanência da população no território baiano. As transformações ocorridas resultaram, entre outros fatores, numa profunda desestruturação do sistema produtivo das áreas rurais do Estado, onde se concentrava a maioria da população residente. Esse processo acabou por inviabilizar a permanência no campo de um contingente significativo de pessoas, que, sem outra alternativa, se vêm impelidas a mudar de local de residência em busca de melhores oportunidades de trabalho e de qualidade de vida.

Os movimentos de saída de pessoas do Estado da Bahia para fixar residência em outras unidades da Federação deram o tom da dinâmica exógena do crescimento demográfico baiano, entre as décadas de 1940 a 1980. Entretanto, isso não significa que os movimentos no sentido contrário – incorporação de novas pessoas ao conjunto da população baiana – fossem inexpressivos. Ao contrário, a transferência de pessoas para o Estado da Bahia desempenhou um papel significativo na dinâmica demográfica baiana, nem tanto por causa dos volumes de movimentos imigratórios, mas, sobretudo, por suas repercussões sociodemográficas no conjunto da população baiana.

Em 1980, foram recenseadas na Bahia cerca de 480 mil pessoas não nascidas no Estado, o que representava 5% da população residente naquele ano. Esse percentual relativamente pequeno se refere não ao conjunto de pessoas que imigraram para o Estado, mas, sim, àquelas pessoas que fixaram residência e permaneceram no território baiano até a data do Censo de 1980. Trata-se, portanto, de um contingente residual resultante de fluxos originados em outros Estados, no qual não estão computados os que deixaram a Bahia depois de ter aqui residido por um tempo e os que faleceram antes da data do Censo. Assim, pode-se afirmar que os movimentos de imigração foram mais intensos do que revelam os saldos acumulados.

Além disso, tais dados não incorporam a imigração de baianos que residiam fora do Estado, a chamada imigração de retorno. Embora não existam informações quantitativas seguras sobre esses movimentos, Souza (1985) avalia que a Bahia incorporou, entre 1970/1980, aproximadamente 288.858 pessoas, sendo 189.076 naturais de outros Estados e 99.782 naturais da Bahia, volume este equivalente à população do município de Itabuna em 1980.

Os maiores volumes de imigração foram registrados na década de 1970, quando cresce muito a proporção de imigrantes para a Bahia. Nessa década imigraram 189.076 pessoas, que representam 50,7% do contingente residual e acumulado dos imigrantes transferidos para a Bahia entre 1940 e 1980. Essa maior intensidade da imigração para o Estado em 1970 parece ser decorrente não apenas da dinamização da economia baiana, mas também do fechamento de alternativas para a incorporação de migrantes ocorrido em outros Estados brasileiros, como sublinha Souza (1985). A Tabela 4 mostra a imigração acumulada e a estimativa da imigração em cada década entre 1940/1980.

Tabela 4

Imigração Acumulada Até a Data do Censo e Estimativa de Imigração em Cada Década Bahia, 1940-1980

Ano Censitário	Imigração Acumulada					Incremento Relativo	Estimativa da Imigração na Década
	Total	Homens	%	Número	%		
1940	107.071	56.387	52,7	50.684	47,3		
1950	143.263	77.259	53,9	66.004	46,1	33,8	36.192
1960	231.859	119.845	51,7	112.014	48,3	61,8	88.596
1970	290.792	149.145	51,3	141.647	48,7	25,4	58.933
1980	479.868	243.839	50,8	236.029	49,2	65,0	189.076

Fonte: Souza (1985)

Os principais fluxos migratórios para a Bahia se originaram no interior da Região Nordeste e, em menor escala, no Sudeste brasileiro. A contribuição relativa do Nordeste nos movimentos de imigração oscilou, no período analisado, entre 57% e 62% do total de imigrantes, ao passo que a proporção de pessoas procedentes do Sudeste se elevou em 1960, reduzindo-se um pouco nas décadas seguintes, à medida que a imigração de outros Estados tornou-se mais expressiva, embora sem qualquer equivalência com as duas regiões comentadas anteriormente.

A imigração dos Estados nordestinos para a Bahia foi tão intensa que o Estado apresentou saldos positivos nos movimentos intra-regionais, ou seja, ganhou população nas trocas com os demais Estados nordestinos. Na região destacaram-se, como origem dos fluxos em direção à Bahia, os Estados de Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Alagoas e Ceará, sendo que a predominância entre eles variou de uma década para a outra. No Sudeste, os Estados que mais se destacaram como áreas de origem dos imigrantes residentes na Bahia foram Minas Gerais e São Paulo. A maioria dos imigrantes (cerca de 60%) residia anteriormente nas áreas urbanas dos Estados, predominando o sexo masculino. A idade mediana desses imigrantes era de 35-39 anos, embora as mulheres da zona rural fossem mais jovens (30-34 anos).

Esses imigrantes se dirigiram em sua maioria (66,5%) para as áreas urbanas, em particular para a capital baiana, cuja microrregião concentrava 26% dos imigrantes de outros Estados recenseados em 1980. Para aí também convergia uma expressiva quantidade de imigrantes provenientes do interior da Bahia, sobretudo de suas áreas rurais e de cidades de menor porte. Muitas

vezes a imigração para Salvador representava uma etapa na trajetória empreendida pelo migrante rumo ao Sudeste do País. Assim, Salvador registrou, ao longo do período analisado, ritmos de crescimento bastante superiores aos do conjunto do Estado e demais municípios baianos³.

Além da microrregião de Salvador⁴, as que receberam os fluxos de imigrantes mais volumosos durante todo o período analisado foram a Litorânea do Extremo Sul (39.284 pessoas), Sertão de Paulo Afonso (38.850 pessoas), Corredeiras do São Francisco (39.979 pessoas) e Cacaueira (30.397 pessoas). Foram também expressivos os contingentes de imigrantes residindo nas microrregiões interioranas do Extremo Sul (7.309), Chapada Diamantina Setentrional (24.849 pessoas) e Feira de Santana (22.529 pessoas) (SOUZA, 1985: 18).

Considerando-se a taxa de imigração de cada microrregião, em 1980, isto é, a relação entre imigrantes oriundos de outros Estados vivendo na microrregião sobre a população total, percebe-se que o impacto da imigração oriunda de outros Estados assume uma grande expressividade nas seguintes microrregiões: Sertão de Paulo Afonso (26,51%), Corredeiras do São Francisco (18,15%), Litorânea do Extremo Sul (16,58%) e Interiorana do Extremo Sul (15,37%). A imigração vinda de outros Estados causou também certo impacto na Chapada Diamantina (8,99%) e Salvador (6,94%) (idem:19).

Assim, observa-se que os movimentos de imigração, embora fossem bem menos expressivos do que os de emigração, contribuíram para o processo de urbanização do Estado da Bahia e para transformações sociodemográficas em determinadas subespaços regionais. Na área rural do Estado, o impacto da imigração também foi significativo, como ressalta Souza (1985) ao apontar a substituição de população que estaria ocorrendo nessas áreas na década de 1970, quando se intensificou a perda líquida de população rural e um contingente expressivo de pessoas vindas de outros Estados (33,5% do total de imigrantes) passou a residir nessas áreas. Tal processo encontra-se relacionado às mudanças sociais e econômicas que vêm se processando neste âmbito da realidade baiana, e que foram particularmente aceleradas nessa década, na qual se observa um maior dinamismo em algumas áreas interioranas.

O aumento expressivo dos movimentos de imigração para o Estado da Bahia associado ao menor ritmo de crescimento dos movimentos de saída de baianos para outras unidades da Federação propiciou uma redução da razão entre os movimentos de emigração e imigração no Estado. Assim, o volume da imigração – que chegou a ser oito vezes menor do que o volume de

³ Sobre o crescimento demográfico de Salvador e da RMS, ver SEI: 1999 e parte relativa às Regiões Econômicas do Estado da Bahia nesta mesma publicação.

⁴ O IBGE divide o Estado da Bahia em 6 mesorregiões e 32 microrregiões homogêneas. Tais delimitações são diferentes daquelas utilizadas pelo Governo do Estado que trabalha com a noção de Regiões Econômicas.

emigração entre 1960/1970 – passou a ser três vezes inferior ao volume de saídas de baianos para outros Estados entre 1970/1980 (Souza, 1985: p. 53).

Como consequência da articulação entre esses movimentos de sentidos contrários, observa-se um arrefecimento do ritmo de crescimento dos saldos migratórios, entre 1950/1980, a ponto de o saldo registrado na última década desse período ter sido apenas um pouco superior ao da década anterior, como demonstra a Tabela 5. No entanto, as perdas demográficas líquidas continuaram bastante expressivas, tendo passado de um volume inferior a 250 mil pessoas em 1940 para quase 1 milhão e 500 mil pessoas em 1980.

Tabela 5

Saldos Migratórios Acumulados Por Sexo e Saldos Migratórios da Década Bahia, 1950-1980

Ano (até)	Total	Sexo		Incremento Relativo (%)	Década	Estimativa da Migração na Década
		Masculino	Feminino			
1940	-231.614	-139.265	-92.349			
1950	-282.546	-171.420	-11.126	21,99	40/50	-50.932
1960	-577.306	-326.506	-250.800	104,32	50/60	-294.760
1970	-984.039	-526.490	-374.420	70,45	60/70	-406.733
1980	-1.425.631	-723.398	-720.233	44,88	70/80	-441.592

Fonte: Souza, 1985.

Os impactos dos movimentos migratórios se expressam, entre outros fatores, na elevação sistemática da Razão de Sexo da população baiana ocorrida entre 1950/1980. Esta razão, que era baixa na década de 1950 – 94,8 homens para cada 100 mulheres, condizente com uma emigração líquida predominantemente masculina – passou para 97,5 homens para cada 100 mulheres em 1980, atingindo um nível considerado próximo ao equilíbrio entre os sexos. Segundo Levy (1984: p.63), a redução da predominância masculina nos saldos migratórios pode estar relacionada a uma significativa imigração de retorno ao Estado. As diferenças entre as razões de sexo rurais e urbanas também constituem um efeito dos movimentos migratórios, uma vez que há uma predominância feminina nos fluxos da cidade-campo, fluxos estes que se intensificam nas faixas etárias acima de 15 anos.

Com as estimativas obtidas sobre os saldos migratórios pode-se perceber que o crescimento vegetativo foi o principal componente a definir o ritmo geral de expansão demográfica baiana. Esta expansão teria sido maior se as perdas líquidas não implicassem reduções de contingentes populacionais num ritmo de -0,36% ao ano entre 1950/60, de -0,26% ao ano entre 1960/70 e de -0,13% ao ano entre 1970/80.

Como demonstra a Tabela 6 o crescimento vegetativo, resultante do jogo conjugado entre a fecundidade e a mortalidade, se manteve superior ao crescimento total da população baiana ao longo de todo o período analisado. Assim, se não fossem as perdas demográficas líquidas interestaduais a Bahia teria crescido num ritmo anual de 2,38% a.a. entre 1950/60, de 2,65% a.a. entre 1960/70 e de 2,48% a.a. entre 1970/80, e teria alcançado o contingente próximo de 11 milhões de habitantes em 1980. Mas o crescimento obser-

vado a partir dos censos foi de 2,04% a.a. entre 1950/60, de 2,39% a.a. entre 1960/70, e de 2,35% entre 1970/80, e a população recenseada em 1980 foi de 9.454.346 habitantes. A diferença entre essas duas taxas pode ser atribuída às perdas migratórias líquidas de cada década, que até 1980 correspondem a 1.425.631 pessoas (SOUZA: 1985).

Tabela 6

**Taxas de Crescimento Total e Crescimento Vegetativo
Bahia, 1950-1980**

Período	Crescimento Médio Anual Total (% ao ano) (*)	Crescimento Vegetativo Médio Anual (% ao ano)
1950/1960	2,04	2,38
1960/1970	2,39	2,65
1970/1980	2,35	2,48

Fonte: Souza, 1985.

(*) Estimativa feita com base no crescimento da população natural da Bahia.

Ainda não se dispõem de estimativas precisas sobre quais os componentes demográficos que estariam atuando de maneira mais incisiva na expansão demográfica baiana na conjuntura mais recente, entre 1991-2000. Sabe-se que os componentes endógenos da reprodução demográfica – fecundidade e mortalidade – continuam a registrar tendências declinantes. Os estudos de projeção da população baiana realizados pelo IBGE em parceria com a SEI apontam que a fecundidade estaria situada, no ano 2000, num patamar de 2,3 filhos por mulher, e que esta tenderia a diminuir para 1,98 filhos por mulher em 2015.

No que se refere aos movimentos migratórios, há uma grande carência de informações sobre a realidade baiana na última década. Os estudos realizados sobre esse período se reportam mais à Região Nordeste como um todo, ou ao conjunto do Brasil. Esses estudos apontam uma série de modificações nos movimentos migratórios, tais como o fim da expansão das fronteiras agrícolas, a redução dos movimentos de imigração para as grandes metrópoles brasileiras, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, e o crescimento da emigração nestes grandes centros com destino ao Nordeste, fenômeno designado como imigração de retorno.

No entanto, alguns dados e análises ainda são contraditórios e a Bahia é vista como um caso não muito típico nem no conjunto do Nordeste nem entre as regiões metropolitanas. Os saldos migratórios da década de 1990 sugerem uma pequena expansão das perdas migratórias líquidas, e o crescimento da Região Metropolitana se mantém um pouco acima do das demais regiões metropolitanas, embora apresente tendências em comum a estas, tais como a periferização, como se verá na segunda parte desta publicação.

Sobre a distribuição espacial interna da população por regiões econômicas, os estudos anteriores da SEI já indicavam o surgimento de novos centros de convergência migratória, com destaque para o Extremo Sul, região que apresentou pela primeira vez um ritmo de crescimento superior ao da RMS.

Apesar das limitações existentes, pode-se inferir sobre quais os componentes que estariam influenciando mais decisivamente o crescimento total do Estado e de seus subespaços entre 1991-2000. Para tanto, convém observar que o crescimento global de uma população aberta reflete a correlação entre os quatros componentes demográficos – fecundidade, mortalidade, imigração e emigração –, sendo definido como a soma do crescimento vegetativo com o saldo migratório ($r = r^v + r^m$).

Tomando por base as estimativas preliminares para o crescimento vegetativo na Bahia, e sabendo-se que o crescimento total da população baiana, entre 1991-2000, foi de 1,08% ao ano, pode-se levantar a hipótese de que o crescimento vegetativo ($r^v = b - d$) esteve variando entre 1 e 1,99% ao ano no período 1991-2000. O limite inferior desta faixa, 1% ao ano, leva em conta estimativas preliminares de crescimento vegetativo para a Bahia, em torno de 1,35% a.a.⁵ e parece compatível com o crescimento da população total da Bahia, de 1,08% ao ano, na mesma conjuntura, sabendo-se que a Bahia é um Estado com emigração líquida.

Portanto, pode-se admitir com base nesta hipótese que os municípios que apresentaram uma taxa de crescimento médio anual entre 1 e 1,99% ao ano, estariam na faixa estipulada para o crescimento vegetativo no Estado, indicando que os movimentos migratórios não foram significativos para a expansão demográfica dos municípios, ou seja, os movimentos de imigração (chegada de pessoas) devem ter sido compensados pelos de emigração (saída de pessoas).

Os municípios que apresentaram taxas de crescimento demográfico médio anual de 2% ao ano e mais devem estar submetidos a saldos migratórios positivos ou à imigração líquida, com significado tanto maior quanto mais alta a taxa de crescimento ($r = r^v + r^m$).

E, finalmente, os municípios que registraram taxas de crescimento demográfico médio anual inferior a 1% ao ano, estiveram submetidos a saldos migratórios negativos ou emigração líquida com significado tanto maior quanto mais baixa a taxa correspondente. As taxas de crescimento médio anual negativas, ou inferiores a 0,0% ao ano, expressam perdas absolutas de população nos municípios. Já as taxas situadas entre 0,0% e 1,0% ao ano indicam que a emigração líquida não foi capaz de anular completamente a expansão demográfica resultante da reprodução endógena da população – ou seja, apesar das perdas populacionais decorrentes dos movimentos migratórios, a população apresentou um aumento absoluto no período intercensitário.

⁵ Estimativa realizada pela equipe da SEI com base no crescimento demográfico da população natural do estado da Bahia.

Quadro 1

Hipóteses Sobre os Movimentos Migratórios

Crescimento Global	Situação
< 0,0	Emigração líquida com perdas absolutas
0,0 – 0,99	Emigração líquida sem perdas absolutas
1,0 – 1,99	Crescimento vegetativo
≤ 2	Imigração líquida

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, E. S. F. *As condições de participação da mulher na PEA, por diferentes categorias de escolaridade (Bahia, 1970-1980)*. Salvador: CRH/UFBA, 1988. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq datilografado).

_____. *Somando papéis sociais: trajetórias femininas e seus conflitos*. 1992, Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BEMFAM/DHS. *Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste-Brasil*: 1991. Rio de Janeiro: BEMFAM 1992.

BORGES, A.; DRUCK, M. G. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, n. 19, p.22-45. 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CAMARANO, Ana A. Envelhecimento da população brasileira: problema para quem? *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v. 10, n. 4, p:36-48, mar. 2001.

_____.; *et. al.* A dinâmica demográfica recente da Região Nordeste. (mimeo)

CUNHA, José M. P.; BAENINGER, Rosana. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v. 10, n. 4, p.79-106, mar. 2001.

LEVY, Maria S. (Coord.). *Dinâmica do crescimento e redistribuição espacial da população baiana, 1950-1980*. Salvador: CRH-UFBA/FINEP. 1984. Relatório da pesquisa Dinâmica do crescimento e redistribuição espacial da população baiana, 1950-1980. Mimeografado.

_____. PAGLIARO, Heloísa. *A população da Bahia*. Salvador: CRH-UFBA/FINEP. 1983. Relatório da pesquisa Dinâmica do crescimento e redistribuição espacial da população baiana, 1950-1980. Mimeografado.

MOURA, Hélio; TEIXEIRA, Pery. Tendências recentes do crescimento populacional. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, n. 29, p.95-126, 1997.

POSSAS, C. *Saúde e trabalho: a crise da Previdência Social*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

SOUZA, Guaraci A. A. *O processo de sucessão das gerações*. Salvador: UFBA/FFCH, 1997. Notas de aula (não publicado).

_____. *Sucessão das gerações na Bahia: reencontro de uma totalidade esquecida*. 1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas.

_____. *Tendências da emigração e imigração na Bahia 1950/80*. Salvador: CRH-UFBA/FINEP. 1985. Relatório da pesquisa Dinâmica do crescimento e redistribuição espacial da população baiana, 1950-1980. Mimeografado.

SOUZA, Guaraci A. A.; MURICY, Ivana T. *Mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade na infância na Bahia (1940-1997)*. Salvador: SEI, 2001. 86 p. (Série Estudos e Pesquisas, 52)

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONOMICO E SOCIAIS DA BAHIA. *Projeções de População por Sexo e Idade: Bahia 1991-2020*. Salvador: SEI, 1991. 40 p. (Série estudos e pesquisas, 44)

_____.; *Mudanças sociodemográficas recentes: extremo sul da Bahia*. Salvador: SEI, 1998. 120 p. (Série Estudos e Pesquisas, 40).

_____.; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/CENTRO DE RECURSOS HUMANOS. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: SEI/UFBA-CRH, 1999. 66 p. (Série de estudos e pesquisas, 41).

CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO EM CURSO NA BAHIA

ANGELA DE OLIVEIRA BELAS*

Conforme destacado no capítulo anterior, as mudanças nas tendências dos componentes demográficos do crescimento, em função das alterações nos níveis de mortalidade, fecundidade, imigração e emigração definem, na sua combinação, não apenas o ritmo de crescimento da população estudada, como também sua estrutura etária. A referência à estrutura etária remete-se às características assumidas pela distribuição da população por idade ou grupos de idade. Este último ponto é o objeto de especial interesse do presente texto.

As mudanças na estrutura etária, que mais recentemente se expressam em termos de um progressivo envelhecimento da população, introduzem questões e desafios de ordem prática da maior relevância, posto que interferem tanto no volume total das demandas por serviços públicos nas diversas áreas (saúde, educação, previdência, lazer) e por emprego, quanto na caracterização e na estrutura dessas demandas, introduzindo, ademais, descontinuidades em termos de sua evolução, ou seja, em termos de tendências.

Desse modo, para efeitos do estabelecimento e balizamento das políticas públicas envolvendo grupos-alvo de população, é muito importante munir-se da compreensão dos movimentos e tendências demográficas – em termos de causa e direção – e dos seus desdobramentos, quantitativos e qualitativos, dentro de uma ótica prospectiva.

O que se propõe aqui, em particular, é efetuar uma análise de caráter mais descritivo das mudanças na estrutura etária baiana, ou seja, na distribuição da população residente no Estado por idade, nas últimas duas décadas. Embora o foco analítico esteja mais voltado para o conjunto da população, introduz-se uma breve análise da espacialização do fenômeno, considerando as três grandes áreas integrantes do território baiano, definidas como um dos recortes espaciais adotados no âmbito do estudo ao qual está circunscrito este capítulo: Litoral, Semi-Árido e Cerrado.

São ressaltadas, ademais, as expressões singulares desse processo de mudanças na estrutura etária, nos contextos urbano e rural, e as características que tal processo imprime nas populações masculina e feminina.

* Bolsista da Fundação de Administração e Pesquisa Econômico-Social (FAPES), especialista em estudos demográficos, professora da UNEB, mestranda em Geografia (UFBA) e membro da atual diretoria da ABEP. abelas@sei.ba.gov.br.

A abordagem metodológica adotada envolve, ainda, a colocação de uma certa ênfase na distinção de heterogeneidades e uniformidades quanto às composições etárias dos respectivos contextos, sobretudo, graus diferenciados de aprofundamento e rapidez do processo de envelhecimento demográfico.

O envelhecimento populacional é aqui observado a partir, sobretudo, de diminuições na participação percentual de crianças e adolescentes (população de 0 a 14 anos) no total da população e da redução das taxas de crescimento desse segmento da população entre 1980-1991 e 1991-2000.

Estabelece-se neste trabalho que o grupo de 0 a 14 anos de idade corresponde ao segmento populacional de crianças e de parcelas mais jovens de adolescentes; entretanto, ao longo do texto, por uma questão de comodidade, o grupo é simplesmente referido como o de crianças e adolescentes; o de 15-64 anos corresponde à população em idade ativa, integrando uma maioria de grupos etários correspondente a idades adultas e uma minoria de grupos correspondente a segmentos adolescentes da população. Ao longo do texto o grupo é chamado como o segmento de população adulta ou ainda como o segmento de população em idade ativa. Finalmente, o último grupo, 65 anos ou mais de idade, corresponde à população idosa.

Uma vez esclarecidos os aspectos principais de ordem metodológica, pode-se retomar a questão da definição da estrutura etária e dos processos que sobre ela incidem, alterando-lhe as características básicas.

É fundamental o entendimento de que a conformação da estrutura etária numa população aberta, sujeita à entrada e à saída de pessoas através de movimentos migratórios, depende fundamentalmente de como se conjugam os mecanismos determinantes do ritmo de crescimento demográfico – fecundidade, mortalidade, imigração e emigração. Em outros termos, “[...] a estrutura por idade e sexo de uma população em um momento dado é o resultado de um efeito conjunto dos nascimentos, das mortes e das migrações que foram ocorrendo nos cem anos anteriores” (BERQUÓ, 1980:21).

Entre os componentes demográficos, os mais efetivos na definição dos contornos básicos da estrutura etária da população são a fecundidade e a mortalidade. Os níveis de fecundidade estabelecem o tamanho das novas gerações que vão se constituindo, já os de mortalidade demarcam as possibilidades de sobrevivência dos indivíduos de diferentes gerações. Os movimentos de imigração e de emigração, por seu turno, acentuam ou atenuam a influência dos dois outros componentes, tanto sobre o ritmo de crescimento quanto sobre a estrutura por idade e sexo.

Desse modo, uma dada estrutura etária reflete a ação do jogo combinado dos componentes mencionados e suas tendências passadas e mais recentes, desde o momento de constituição das gerações – cujos sobreviventes foram registrados pelos levantamentos censitários dos anos de 1980, 1991 e 2000

e classificados segundo a idade que possuíam então – até sua passagem pelos diferentes ciclos, ou estágios, de sua trajetória de vida.

A leitura da pirâmide etária¹, revelando padrões históricos de fecundidade e mortalidade, requer, portanto, a compreensão das circunstâncias sociais e históricas que envolveram a emergência e socialização das gerações constituintes e sobreviventes da população, particularmente, do quadro histórico da dinâmica demográfica do contexto socioespacial analisado – estado, região, município – que evidencie nos, aproximadamente, últimos cem anos, as mudanças mais relevantes para a interpretação da estrutura etária recente.

No caso da Bahia, um esforço interessante de reconstituição histórica dos padrões demográficos vigentes no Estado, embora não com o propósito de focalizar o estudo da evolução da estrutura etária da população, foi levado a cabo no âmbito do trabalho de doutoramento de Souza (1996), que identifica momentos, gerações e grupos sociais que começaram a adotar novas práticas relacionadas à procriação (sobretudo constituindo proles mais restritas) e à sobrevivência, as quais foram, ao longo do tempo, generalizando-se.

Assim, antes da análise dos dados censitários relativos à distribuição etária da população, é pertinente efetuar-se uma rápida apreciação dos principais movimentos ocorridos no último século nos componentes integrantes da dinâmica demográfica baiana, tomando o mencionado trabalho como referência, mas focalizando os impactos de tais movimentos nas tendências de rejuvenescimento ou envelhecimento da população.

TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DOS COMPONENTES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA BAIANA NO SÉCULO XX: EFEITOS SOBRE A ESTRUTURA ETÁRIA

Ao definir a transição demográfica baiana como o processo através do qual emergem e se consolidam novos padrões de reprodução demográfica no estado, diferentes dos predominantes até a primeira metade, aproximadamente, do século XX, Souza e Muricy (2001) a situa, atualmente, num estágio bastante avançado, após ter-se, historicamente, desdobrado em dois grandes movimentos, não lineares, e com diferentes características e transcurso temporais. Tais movimentos, caracterizadores de mudanças estruturais na dinâmica demográfica estadual, constituem, respectivamente, dois modos gerais e distintos de articulação entre os elementos componentes do crescimento vegetativo e migratório cujos traços gerais são apresentados de maneira simplificada no Quadro 1.

¹ Gráfico de Barras que representa a composição de uma população por idade e por sexo num dado ano. Cada retângulo representa o número ou proporção de pessoas de um dado sexo e idade, no total populacional.

Quadro 1

Visão Panorâmica e Simplificada da Transição Demográfica Baiana

Etapas	Taxas de Crescimento (r)	Crescimento Vegetativo			Migração	Estrutura Etária	Faixas Etárias Aproximada das Gerações de Sobreviventes Nascidos em Cada Etapa		
		(r')	Componentes				Em 1980	Em 1991	Em 2000
			Fecundidade	Mortalidade					
De 1940 a 1970	Altas e Crescentes	Em Elevação	Alta e em Elevação	Em Declínio (Mais Acentuado a Partir de 1945)	Crescentes Saldos Migratórios Líquidos Negativos	Em Rejuvenecimento	10 a 40 anos	21a 51 anos	30 a 60 anos
De 1970 em Diante	Declínio Acentuado	Em Declínio	Declínio Acentuado	Em Declínio	Atenuação dos Saldos Migratórios Líquidos Negativos	Em Envelhecimento	0 a 10 anos	0 a 21 anos	0 a 30 anos

Elaboração Própria

De 1940 até 1965/70

Apesar da antiguidade do início da transição demográfica baiana, remetida pelo menos ao começo do século XX, os impactos mais expressivos na estrutura etária só se verificam a partir da década de 1940; portanto, para efeito da constituição de um quadro sintético e aproximado das principais alterações na estrutura etária por conta da transição demográfica, toma-se como ponto de partida o ano de 1940. Assim, as tendências da fecundidade e da mortalidade no período 1940-1970 impactuam sobre as gerações de mais de 30 anos de idade em 2000, numa mesma direção, ou seja, no sentido de aumentar sua expressão numérica no conjunto da população residente baiana. As gerações cujos sobreviventes, em 2000, possuíam idades superiores a 30 anos, aproximadamente, foram concebidas num quadro em que a dinâmica demográfica baiana de então reproduzia altos níveis de mortalidade e fecundidade, vigorando entre segmentos sociais de menor expressão numérica, e maior escolaridade, níveis de fecundidade e mortalidade mais baixos.

Desde pouco antes de 1940, até aproximadamente 1970, prevaleceu uma composição etária muito jovem em função do comportamento da fecundidade e da mortalidade já analisado no capítulo anterior.

A partir de 1920 houve um aumento persistente da fecundidade em que o número de nascimentos tendeu a ser cada vez maior ao longo do período. O declínio da mortalidade infantil e geral, por sua vez, garantiu índices de sobrevivência cada vez mais altos. Em consequência, as gerações de sobreviventes que chegaram em 2000 com idades de 40 a 44 anos, por exemplo, (nascidas entre 1956 e 1960) tenderam a ser mais numerosas do que as gerações que alcançaram tais idades em 1980 ou em 1991. O mesmo raciocínio pode ser aplicado a todos os grupos etários com idades superiores a 30 anos em 2000.

O mesmo não se pode dizer em relação à tendência da migração no estado, que contribuiu para o arrefecimento dos efeitos (positivos) sobre o tamanho das gerações, produzidos pelas tendências da fecundidade e da mortalidade do período.

Em suma, os movimentos dos componentes do crescimento demográfico – fecundidade, mortalidade e migrações –, principalmente de 1940 a 1970, não definem apenas a tendência de elevação das taxas de crescimento demográfico e, em especial, do crescimento vegetativo, mas produzem alterações na própria estrutura etária da população residente no estado, que passa a experimentar um processo progressivo de rejuvenescimento, exibindo proporções de crianças de 0-14 anos de mais de 45% e apresentando reduções significativas no peso de jovens e adultos de 15-64 anos no conjunto da população, que se vê reforçada pela acentuação da emigração para fora do estado, sobretudo de pessoas em idade ativa, com destaque para as do sexo masculino. As pirâmides etárias da Bahia nos anos 1940 e 1970, que refletem tais características (Gráficos 2 e 3), podem ser apreciadas no final do próximo item.

Segundo movimento da Transição Demográfica: a partir de, aproximadamente, 1965/70

Um segundo movimento, ainda em curso, ocorre a partir da segunda metade da década de 1960, firmando-se, sobretudo, a partir de 1970, quando são concebidas as gerações cujos sobreviventes, em 2000, possuíam, em termos aproximados, idades inferiores a 30 anos. A partir de então, verifica-se uma tendência de declínio persistente das taxas de crescimento demográfico do estado que resulta, principalmente, da queda continuada das taxas de crescimento vegetativo, por conta da trajetória declinante das taxas de fecundidade. Os níveis de mortalidade seguem seu percurso de queda, mais acentuado entre 1970 e 1991, e o componente migratório passa a esboçar uma tendência à constituição de saldos migratórios negativos progressivamente menores. Desse modo, diminui a emigração líquida do estado, em oposição à tendência a sua intensificação no período de 1930 a 1970.

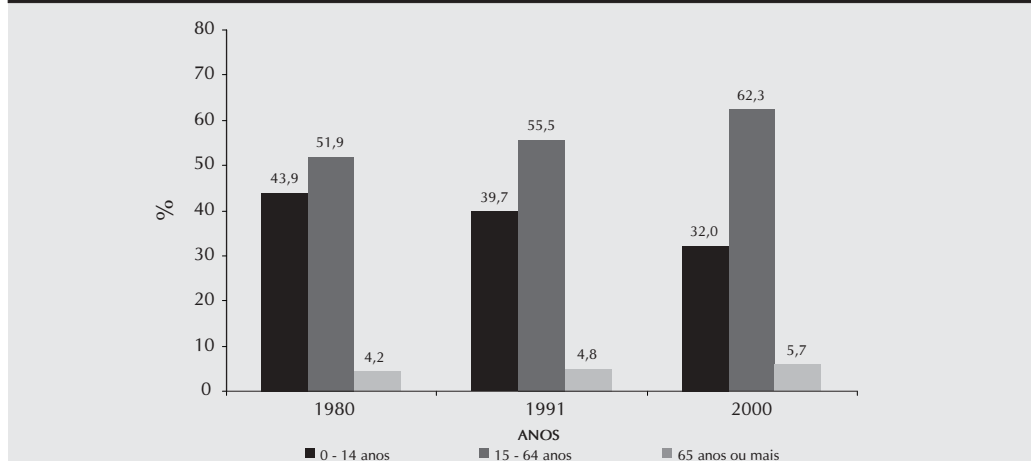
Em decorrência particularmente do impacto da rápida redução nos níveis de fecundidade, a composição etária da população baiana começa a passar, sobretudo a partir da década de 1980, por um processo de envelhecimento, contrariamente à tendência ao rejuvenescimento do período 1940-70. Esse processo se revela na redução do peso de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos na população, conforme o Gráfico 1 (43,9%; 39,7% e 32% em 1980, 1991 e 2000, respectivamente), particularmente mais acentuada entre 1991-2000, e no aumento das proporções das populações, adulta em idade ativa (51,9%; 55,5% e 62,3%, em 1980, 1991 e 2000, respectivamente) e idosa (4,2%; 4,8% e 5,7%, em 1980, 1991 e 2000, respectivamente). Observe-se que os aumentos mais significativos em termos de participação das populações em idade ativa e idosa ocorrem nos anos 1990.

O declínio acentuado dos níveis médios de fecundidade do estado, desde 1970, produz uma diminuição sistemática do tamanho das novas gerações. Tal diminuição só não é mais significativa por causa do arrefecimento dos fluxos de emigração para fora do estado, que retiravam da Bahia um bom número de adultos jovens. Como o declínio da fecundidade vem se verificando de modo mais rápido nas áreas urbanas, especialmente nas maiores

cidades, a aceleração do processo de urbanização, depois de 1970, trouxe um reforço à radicalização desse movimento amplo de transformação demográfica estrutural.

Gráfico 1

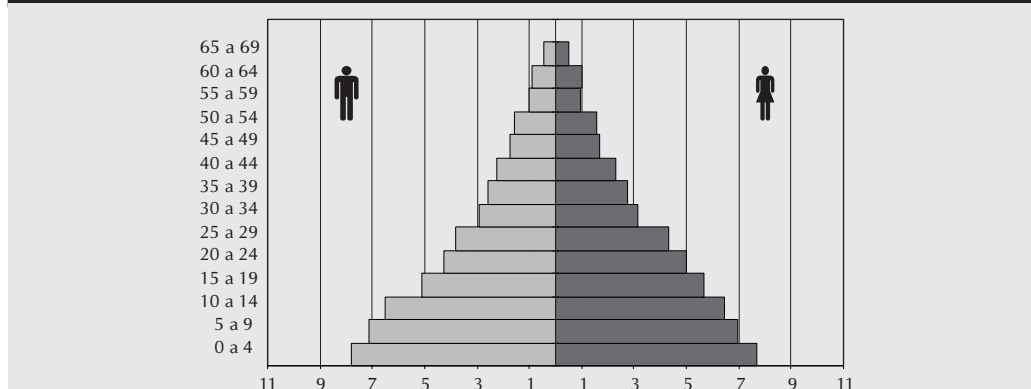
Proporção de População dos Grandes Grupos Etários
Bahia, 1980-2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000

Gráfico 2

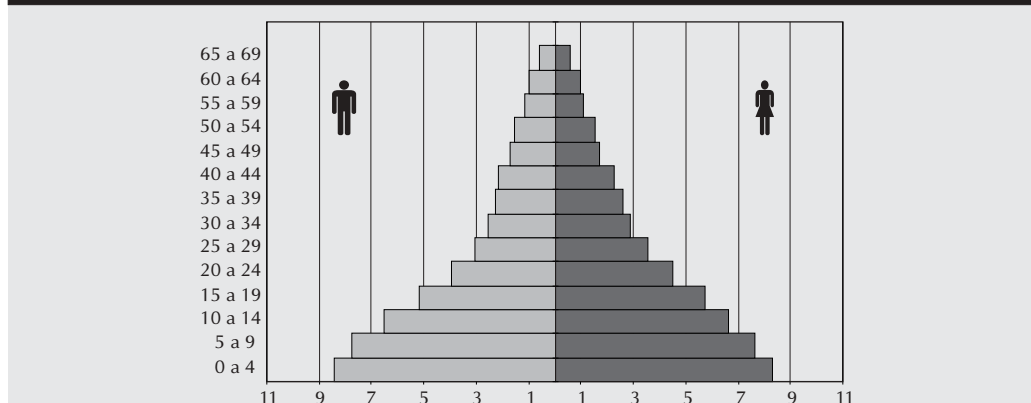
Pirâmide Etária da População Total
Bahia, 1940



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1940

Gráfico 3

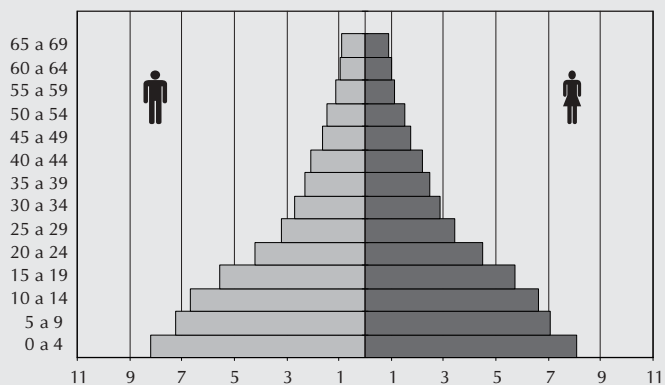
Pirâmide Etária da População Total
Bahia, 1970



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1970

Gráfico 4

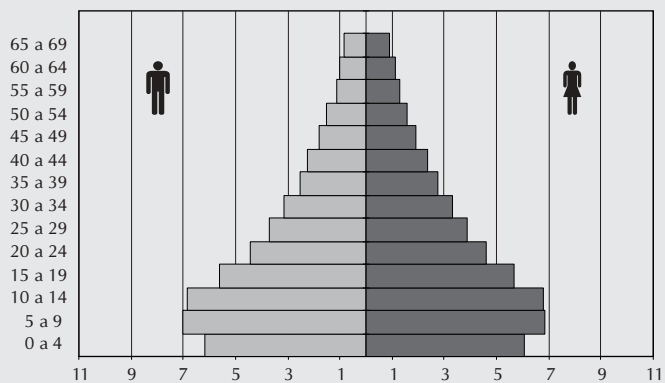
Pirâmide Etária da População Total Bahia, 1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980

Gráfico 5

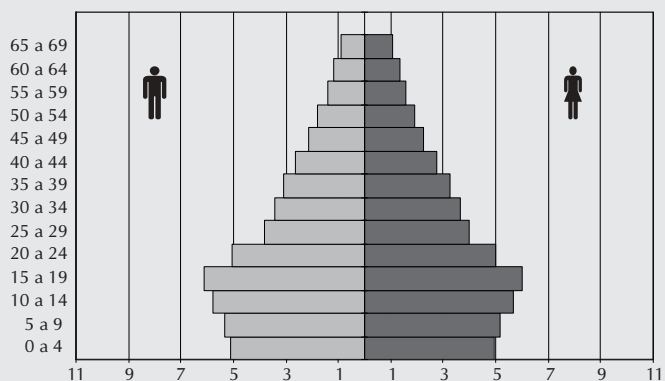
Pirâmide Etária da População Total Bahia, 1991



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991

Gráfico 6

Pirâmide Etária da População Total Bahia, 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

De 1940 até 1980 a pirâmide do Estado vinha mantendo certa estabilidade, apresentando basicamente a mesma forma: ampla em sua base e estreita no topo. Ao longo desse período e, particularmente até 1970, tal forma vai, inclusive, se acentuando.

Perde-se tal estabilidade a partir da década de 1980, quando a redução no tamanho das novas gerações que nascem no período vai expressar-se, na pirâmide de 1991, no estreitamento da base. A esse respeito, lê-se em um estudo recente:

Na estrutura etária, as modificações iniciam-se pelo grupo de recém-nascidos e vão se projetando progressivamente a grupos etários imediatamente mais velhos, revelando dessa forma, um processo de envelhecimento populacional. Em suma, a desestabilização da estrutura etária inicia-se pela base da pirâmide, atingindo, ao longo do tempo, sucessivamente os grupos etários mais velhos.

[...] a estrutura etária jovem e estável cede lugar à convivência simultânea entre duas estruturas distintas, em que se distinguem as gerações mais velhas, anteriores à queda da fecundidade, portanto, de base numerosa, que permanecem crescendo a taxas elevadas, e as gerações nascidas no processo de redução da fecundidade, coortes de nascimentos de menor tamanho, que se representam graficamente em bases mais estreitas na pirâmide etária, as quais passam a crescer a taxas oscilantes de tendência declinante, pouco consistente com a distribuição das gerações mais velhas.

A divisão entre as gerações nascidas antes e depois da queda da fecundidade, com o tempo, vai se verificando em patamares etários mais velhos, as mulheres das novas gerações passam a constituir-se em parcelas crescentes do contingente de mulheres em idade reprodutiva, levando a uma nova desaceleração no número de nascimentos e na participação relativa de jovens na população (BELAS 1999: 222 apud MARTINE e CARVALHO).

O FENÔMENO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NA BAHIA: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA COM O PAÍS E REGIÃO NORDESTE

A Tabela 1 possibilita uma avaliação comparativa do grau de envelhecimento das populações dos estados brasileiros a partir da consideração das proporções de população de 0 a 14 anos de idade. Assim, para facilitar a análise, as unidades da Federação foram ordenadas crescentemente, na tabela em apreço, de acordo com as proporções apresentadas de população do referido segmento etário, de forma que se possa pensar em três situações gerais em termos de grau de envelhecimento populacional atingido em 2000: Populações mais envelhecidas (com menos de 30% de crianças e adolescentes; Populações medianamente envelhecidas (com proporções de crianças e adolescentes entre 30% a 33%) e Populações jovens (com mais de 33% de população de crianças e adolescentes).

Reproduz a primeira situação, de população mais envelhecida, um grupo de UFs que envolve todos os estados integrantes das regiões Sudeste e Sul do País, com destaque para o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo que, exibiram em 2000, os mais baixos percentuais de população na referi-

da faixa etária (25,2%, 26,1% e 26,3%, respectivamente). Ademais, integram, ainda, tal grupo o Distrito Federal (28,4%) e o estado de Goiás (29,3%), ambos do Centro-Oeste do País.

Tabela 1

Distribuição da População Residente do Brasil Por Grandes Grupos de Idade, Segundo Unidade da Federação, em 2000

Brasil/Unidade da Federação	Distribuição por Grupos de Idade (%)			População Total
	00 a 14	15 a 64	65 anos ou Mais	
Brasil	29,6	64,5	5,9	169.799.170
Rio de Janeiro	25,2	67,4	7,4	14.391.282
Rio Grande do Sul	26,1	66,7	7,2	10.187.798
São Paulo	26,3	67,6	6,1	37.032.403
Santa Catarina	28,2	66,4	5,4	5.356.360
Minas Gerais	28,4	65,4	6,2	17.891.494
Distrito Federal	28,4	68,3	3,3	2.051.146
Espírito Santo	28,7	65,8	5,5	3.097.232
Paraná	28,7	65,6	5,7	9.563.458
Goiás	29,3	66,0	4,7	5.003.228
Mato Grosso do Sul	30,6	64,4	5,0	2.078.001
Pernambuco	31,1	62,8	6,1	7.918.344
Paraíba	31,5	61,3	7,2	3.443.825
Rio Grande do Norte	31,6	62,0	6,4	2.776.782
Mato Grosso	31,8	64,6	3,7	2.504.353
Bahia	32,0	62,3	5,7	13.070.250
Sergipe	33,4	61,5	5,1	1.784.475
Ceará	33,5	60,3	6,2	7.430.661
Piauí	33,6	60,7	5,7	2.843.278
Rondônia	34,5	62,2	3,3	1.379.787
Alagoas	35,1	60,0	5,0	2.822.621
Tocantins	35,2	60,3	4,5	1.157.098
Pará	37,1	59,1	3,8	6.192.307
Maranhão	37,3	57,8	4,9	5.651.475
Roraima	38,5	58,9	2,6	324.397
Acre	38,8	57,5	3,7	557.526
Amazonas	38,9	57,9	3,3	2.812.557
Amapá	39,4	57,9	2,7	477.032

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

A segunda situação, de populações medianamente envelhecidas envolveria os dois outros estados do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, o primeiro com uma proporção de crianças e adolescentes inferior ao do segundo) e os estados nordestinos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia, citados em ordem crescente de proporção de população com 0 a 14 anos de idade.

Por fim, com estruturas populacionais ainda bastante jovens, destacava-se um conjunto de 12 UFs, que envolve todos os sete estados da Região Norte (Rondônia, Tocantins, Pará, Roraima, Acre, Amazonas e Amapá, em ordem crescente de proporção de população de 0-14 anos) e os cinco estados restantes da Região Nordeste (Sergipe, Ceará, Piauí, Alagoas e Maranhão).

Em suma, a Bahia, com 32% de população de menos de 15 anos de idade, figura com a 15ª maior proporção de crianças e adolescentes do País e com a 4ª maior da Região Nordeste.

Com a Tabela 2 podemos acompanhar no tempo, de 1970 a 2000, a dinâmica do envelhecimento populacional do Estado, sem perder a ótica comparativa, posto que se apresentam dados para a globalidade da Região Nordeste e do País.

Tabela 2

Distribuição da População Por Grandes Grupos de Idade Brasil, Região Nordeste e Bahia, 1970-2000				
Grupos Etários	População Total e Distribuição Por Grupos Etários (%)			
	1970	1980	1991	2000
Brasil	93.134.846	119.002.706	146.825.475	169.799.170
0 a 14	42,0	38,2	34,7	29,6
15 a 64	54,7	57,7	60,4	64,5
65 ou +	3,3	4,1	4,8	5,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Nordeste	28.111.551	34.815.439	42.497.540	47.741.711
0 a 14	45,2	43,4	39,4	33,0
15 a 64	51,5	52,1	55,5	61,2
65 ou +	3,3	4,5	5,1	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Bahia	7.493.437	9.454.346	11.867.991	13.070.250
0 a 14	45,3	43,9	39,7	32,0
15 a 64	51,5	51,8	55,5	62,3
65 ou +	3,2	4,3	4,8	5,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Assim, a análise da trajetória das proporções nos diferentes âmbitos socioespaciais recortados permite concluir que foi generalizado o processo de redução das proporções de crianças e adolescentes de 1970 em diante (segundo momento da transição demográfica), em resposta, sobretudo, à redução dos níveis de fecundidade que, no período mais recente – entre 1992 e 1999 segundo dados da Sínte –, foi mais intenso na Bahia do que no Nordeste e no conjunto do País, contrariamente ao que teria ocorrido antes.

Nas regiões Sul e Sudeste do País o impacto maior da queda de fecundidade no declínio das proporções de crianças e adolescentes ocorreu nas décadas anteriores, sobretudo nas de 1970 e 80. A evolução das proporções para o conjunto do País é sensível aos movimentos tendenciais dessas duas regiões, dado seu alto peso demográfico, daí que se analisando as diferenças de percentuais de população infantil e adolescente da região e do estado em relação à do País (Tabela 3), delineiam-se duas tendências distintas:

- a primeira, entre 1970-1980, em que as diferenças em pontos percentuais entre a proporção de população com 0-14 anos da região e do estado em relação ao País tendeu a aumentar, em função de o Brasil refletir a maior

aceleração do processo de envelhecimento populacional nas regiões Sul e Sudeste, expresso no declínio significativo nas proporções entre 1970 e 1980 desse segmento populacional no País (os declínios nas proporções da Região Nordeste e do estado foram mais tímidos)

- a segunda tendência corresponde à diminuição dessas diferenças nos períodos posteriores.

Tabela 3

Diferenças nas Proporções de População com Menos de 15 Anos Bahia, Nordeste e Brasil, 1970-2000				
Referências Espaciais de Comparação	Diferenças nas Proporções de População de 0 a 14 Anos			
	1970	1980	1991	2000
Nordeste-Brasil	3,2	5,2	4,7	3,4
Bahia-Brasil	3,3	5,7	5,0	2,4
Nordeste-Bahia	-0,1	-0,5	-0,3	1,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

A maior acentuação da queda de fecundidade na Bahia, no período mais recente, pode explicar o fato de que a proporção de crianças e adolescentes do estado que era mais alta do que a da região até 1991, em 2000 já se apresente menor.

Assim, em resumo pode-se dizer que, além de uma tendência geral à redução da proporção de crianças e adolescentes de 1970 a 2000, observa-se, a partir de 1980, uma tendência à diminuição da diferença nos percentuais de crianças e adolescentes entre o País, o estado da Bahia e a região Nordeste, o que representa uma reversão da tendência anterior, delineada no período 1970-1980 de aumento dessas diferenças.

Contrariamente ao que ocorreu com o grupo de crianças e adolescentes, as populações em idade ativa e idosa tenderam a ter aumentadas as suas respectivas participações no total populacional nos três âmbitos analisados (Tabela 2). Em relação à população em idade ativa, a comparação da região e do estado com o País tem como complicador o elemento migratório, que concorre, inclusive, para que a participação da população em idade ativa do País tenda a superar as do Nordeste e da Bahia, dada a característica dos estados nordestinos de apresentarem historicamente saldos migratórios negativos. A emigração, conforme se sabe, atinge principalmente a população em idade ativa no sentido de reduzi-la no estado que origina o fluxo de saída de população.

O aumento da participação no período deve-se à incorporação, nesse grande grupo etário, de gerações de base numerosa, nascidas na primeira fase da transição demográfica e que se beneficiaram da redução generalizada dos níveis de mortalidade, combinada com certo desaquecimento do processo de emigração dos Estados nordestinos depois do decênio de 1970.

RITMOS BAIANOS DE CRESCIMENTO DAS POPULAÇÕES INFANTIL-ADOLESCENTE E ADULTA

Neste item se propõe o acompanhamento do crescimento de grupos etários específicos na Bahia, com base nos dados da Tabela 4.

Tabela 4

Distribuição da População Residente Por Grupo de Idade e Taxa Média Geométrica de Crescimento Médio Anual Bahia, 1970-2000											
Grupos Etários	População (em mil)				Distribuição %				Taxas de Crescimento		
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970/ 1980	1980/ 1991	1991/ 2000
0 a 4	1.263,5	1.538,7	1.450,6	1.316,9	16,86	16,28	12,22	10,08	1,99	-0,53	-1,07
05 a 9	1.145,8	1.354,6	1.641,5	1.367,6	15,29	14,33	13,83	10,46	1,69	1,76	-2,01
10 a 14	986,5	1.257,3	1.618,1	1.494,4	13,17	13,30	13,63	11,43	2,45	2,32	-0,88
0 a 14	3.395,8	4.150,7	4.710,2	4.179,0	45,32	43,90	39,69	31,97	2,03	1,16	-1,32
15 a 19	822,1	1.067,4	1.341,8	1.584,7	10,97	11,29	11,31	12,12	2,65	2,10	1,87
20 a 24	643,7	819,1	1.074,0	1.314,4	8,59	8,66	9,05	10,06	2,44	2,49	2,27
25 a 29	490,6	628,7	899,2	1.019,0	6,55	6,65	7,58	7,80	2,51	3,31	1,40
30 a 34	405,6	523,8	761,5	924,2	5,41	5,54	6,42	7,07	2,59	3,46	2,17
35 a 39	364,2	451,6	628,8	829,8	4,86	4,78	5,30	6,35	2,17	3,06	3,13
40 a 44	327,3	406,4	545,5	707,0	4,37	4,30	4,60	5,41	2,19	2,71	2,92
45 a 49	256,4	318,0	435,2	569,6	3,42	3,36	3,67	4,36	2,18	2,89	3,04
50 a 54	228,3	283,8	365,3	478,2	3,05	3,00	3,08	3,66	2,20	2,32	3,04
55 a 59	173,7	214,3	289,4	386,5	2,32	2,27	2,44	2,96	2,12	2,77	3,27
60 a 64	147,8	184,9	250,2	328,0	1,97	1,96	2,11	2,51	2,27	2,79	3,06
15 a 64	3.859,7	4.898,1	6.591,0	8.141,4	51,51	51,81	55,54	62,29	2,41	2,74	2,38
65 a 69	92,8	171,8	203,9	251,6	1,24	1,82	1,72	1,92	6,35	1,57	2,36
70 e +	45,1	233,8	362,8	498,3	1,94	2,47	3,06	3,81	4,88	4,08	3,59
65 ou +	238,0	405,6	566,7	749,9	3,18	4,29	4,78	5,74	5,48	3,09	3,16
BAHIA	7.493,4	9.454,3	11.868,0	13.070,3	100,00	100,00	100,00	100,00	2,35	2,09	1,08

Fonte: IBGE. Censos Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.

O segmento de 0-14 anos de idade

Este chegou a representar mais de 45% da população do Estado em 1970. A população em termos absolutos evoluiu de modo crescente até 1991, embora o percentual de participação fosse claramente decrescente (45,32%, 43,90% e 39,69% em 1970, 1980 e 1991, respectivamente), dada a evidente atenuação no ritmo do crescimento, tal como indicado pelas taxas cada vez menores do período: 2,03% a.a. entre 1970/1980 e 1,16% a.a. entre 1980-1991.

Em 1991, a população com idades entre 0 a 14 anos do estado totalizava cerca de 4,710 milhões de crianças e adolescentes; em 2000, este contingente se reduzia a 4,179 milhões, evidenciando:

- uma descontinuidade no movimento ascendente do volume da população, que passa então a exprimir um movimento declinante;
- uma acentuação na perda de participação percentual deste segmento no total da população residente, que cai de 39,69% em 1991 para 31,97% em 2000 (vinha caindo de modo mais gradual, antes, conforme visto);

- profundo declínio no ritmo de crescimento, com apresentação de taxa negativa no período mais recente (-1,32% a.a. entre 1991-2000) que significa, efetivamente, uma retração no volume de população integrante do segmento.

Quando considerada a evolução dos três grupos quinquenais do segmento, observa-se o seguinte:

- os grupos de 0-4 e 5-9 já apresentavam diminuição nos percentuais respectivos de participação desde o início do período até o seu final. Entre 1970-1980 apresentavam taxas de crescimento positivas, indicando que continuavam tendo aumentos no seu quantitativo populacional.
- Em 1991, a população de 0-4 anos de idade era menor do que a de 1980. Em 2000, a população desse grupo diminuiu ainda mais (passando de 1.430,6 milhões para 1.316,9 milhões de pessoas). A taxa de crescimento é negativa (-0,53% a.a.).
- O grupo de 5-9 manteve, então, entre 1980-1991, taxa positiva de crescimento (1,76% a.a.). Entre 1991-2000 a taxa de crescimento deste grupo se negativiza, situando-se num nível ainda mais baixo do que a do grupo de 0-4 anos de idade: -2,01% a.a..
- Já o grupo de 10-14 anos de idade tinha participação crescente entre 1970-1980, o que foi mantido até 1991 (13,17% em 1970, 13,30% em 1980 e 13,63% em 1991), quando sua participação percentual no total da população residente do Estado começa a declinar, e sua taxa de crescimento passa a ser negativa, tal como nos dois grupos etários anteriores (-0,88% a.a.).
- Assim, no intervalo 1991-2000 todos os três segmentos tiveram participação decrescente no total populacional e taxas negativas de crescimento, indicativas de diminuição nos seus respectivos volumes de população.

O segmento de 15-59 anos de idade

Por ser muito amplo, este segmento envolve gerações nascidas antes e durante a fase de descenso da fecundidade no estado.

- Todas as gerações com menos de 35 anos de idade em 2000 são afetadas pelo declínio da fecundidade. Tenderam a um tamanho menor do que as gerações com as mesmas idades em 1991, 1980 ou 1970. Quanto mais jovens as idades desse conjunto de gerações, mais afetadas foram elas pelo movimento de queda da fecundidade. Apesar de ter tido aumentos em termos de participação, suas taxas tenderam a declinar entre 1980-1991 e 1991-2000, justamente porque os que apresentaram essas idades em 2000 se originavam de coortes de nascimentos ou, em outros termos, de gerações de nascidos vivos, menos numerosas.

- As gerações que em 2000 tinham idades de aproximadamente entre 35 a 59 anos tenderam a ser mais numerosas do que as gerações com essas mesmas idades no passado, pois foram constituídas no período de ascenso da fecundidade (que vai de 1940 a aproximadamente 1965/70) e da queda da mortalidade, beneficiando-se, ademais, dos aumentos até 2000, na esperança de vida. São tanto mais numerosas quanto mais próximas de 1970 tenham nascido, ou seja, quanto mais jovens forem dentro do grupo etário referido.

Assim, as taxas desse grupo tenderam a ser ascendentes do primeiro período para o segundo (de 1970/1980 para 1980/1991) e mantiveram a mesma tendência crescente do segundo para o terceiro (de 1980/1991 para 1991/2000).

Segmentos etários com mais de 60 anos em 2000

- Finalmente, quem possuía mais de 60 anos em 2000 já não se originava de coortes de nascimentos muito numerosas, pois foram afetados pela alta mortalidade e pelo baixo crescimento vegetativo do período anterior a 1940 no estado. A alta taxa do grupo com 65 a 69 anos entre 1970/1980 pode estar representando o efeito conjunto de uma série de fatores, como uma expressiva melhora na esperança de vida no período, afetando essa população (a esperança de vida entre 1970-1980, na Bahia, salta de 49,2 anos para 57,8 anos), associada a uma possível intensificação da migração de retorno.

DIFERENCIAIS NA ESTRUTURA ETÁRIA BAIANA POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

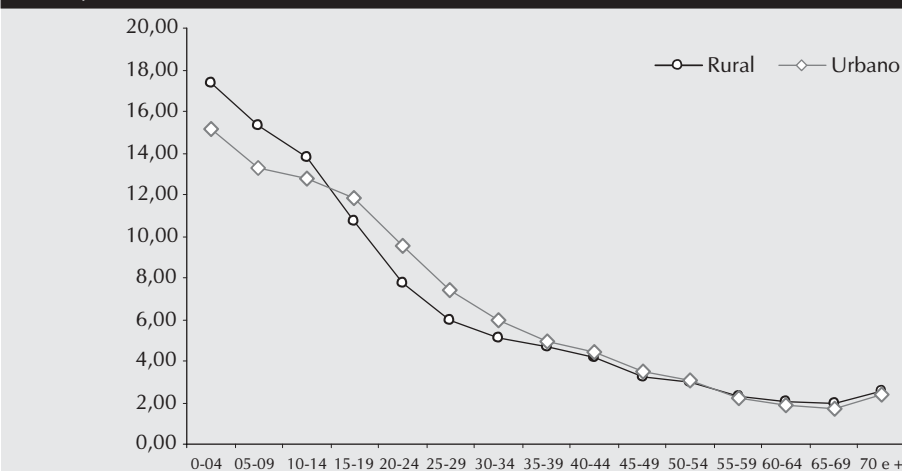
Até então se analisou a estrutura etária do Estado considerando-se, exclusivamente, os dados para o total da população, sem qualquer recorte do tipo socioespacial, o que é bastante importante que seja efetuado, tendo em vista a marcante heterogeneidade que caracteriza a Bahia nas esferas econômica, cultural, política e, também, sociodemográfica – sobretudo as importantes diferenças que se evidenciam quando se comparam as estruturas etárias das populações urbanas e rurais do estado.

Os Gráficos 7, 8 e 9 auxiliam esta análise comparativa e a verificar se, com o processo de envelhecimento populacional estendendo-se aos dois contextos, aumentam ou se atenuam as diferenças nas respectivas estruturas etárias.

As estruturas etárias urbana e rural tendem a ser bastante diferenciadas pelo fato de que os dois contextos experimentam, em tempos díspares e com intensidades distintas, os processos sociodemográficos, particularmente o de generalização da redução dos níveis de fecundidade que alcança, inicialmente, segundo o que se tem verificado na experiência brasileira, as áreas mais urbanizadas, espalhando-se, posteriormente, para os nichos rurais.

Gráfico 7

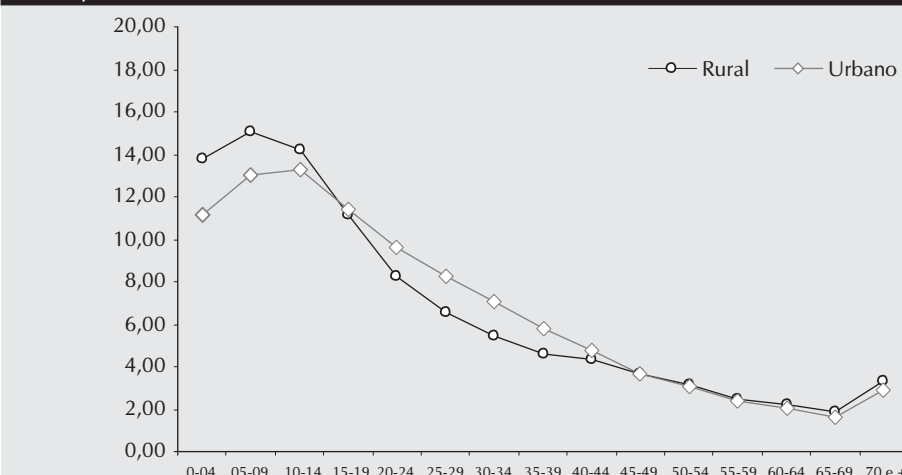
Diferencial Urbano-rural da Composição por Idade Bahia, 1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980

Gráfico 8

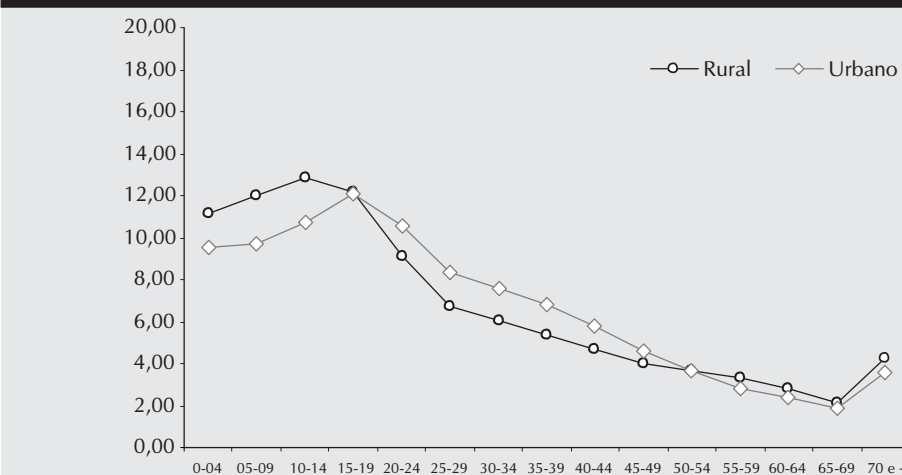
Diferencial Urbano-rural da Composição por Idade Bahia, 1991



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991

Gráfico 9

Diferencial Urbano-rural da Composição por Idade Bahia, 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Tomando-se como indicativo de ocorrência de um processo de envelhecimento populacional as diminuições nas proporções de população com idades inferiores a 15 anos, as duas estruturas etárias, da população urbana e rural, vêm notadamente experimentando um processo desse tipo, fenômeno tornado visível graficamente entre 1980-1991, quando o gráfico deixa de reproduzir, em 1991, uma linha claramente descendente entre todos os tramos etários representados em sua abcissa (tal como em 1980) para evidenciar a partir de 1991 um movimento ascendente, tendo como ponto de inflexão da curva, nesse ano, o grupo etário de 10 a 14 anos de idade e, em 2000, o grupo etário de 15 a 19 anos. No caso da população rural, a curva das proporções de população por idade é ascendente até o grupo etário de 5 a 9 anos em 1991, estendendo-se até o grupo de 10 a 14 em 2000.

Isso sugere que, já a partir da segunda metade da década de 1970, estariam sendo reproduzidas, nas áreas urbanas, coortes de nascimentos ou gerações de menor porte demográfico.

Saliente-se que a estrutura etária da população urbana já era em 1980 mais envelhecida do que a da rural, considerando-se as proporções de crianças e adolescentes, o que tem a ver com os níveis mais elevados de fecundidade entre a população rural, e com os padrões migratórios predominantes que envolvem majoritariamente deslocamento de população adulta para as áreas urbanas (embora tais movimentos migratórios contribuam para elevar a fecundidade nos contextos urbanos). Com o avanço da transição demográfica, o distanciamento em termos de grau de envelhecimento populacional, nos dois âmbitos, se acentua ao longo do tempo à medida que se aprofundam os efeitos da redução da fecundidade sobre a composição etária da população. Isso que é visível no progressivo maior espaçamento entre as linhas representativas das proporções de população urbana e rural nos primeiros tramos etários.

Observando-se o gráfico referente ao ano de 2000, pode-se dizer que, se a população infantil e adolescente é proporcionalmente mais significativa nos contextos rurais do que nos urbanos, a população em idade ativa, particularmente de 20 a 49 anos de idade, tem um maior peso relativo nos espaços considerados urbanos. Já a participação percentual da população de 55 anos e mais de idade tende a ser maior no âmbito rural que, no fundamental, em termos gerais, concentra mais crianças e idosos, ao passo que o urbano concentra mais população em idade ativa.

Outro aspecto chama a atenção na leitura dos gráficos citados e complementa a constatação anterior: tanto nos tramos iniciais de idade quanto nos centrais (referentes às idade de trabalho) é possível se observar que as diferenças urbano-rural de proporções de população vão alcançando, progressivamente, ao longo do tempo, faixas etárias mais avançadas.

Em 1980, por exemplo, as diferenças urbano e rural mais significativas nas proporções de população nos primeiros grupos etários restringiam-se às duas primeiras faixas: 0-4 e 5-9 anos. Em 2000, as diferenças estendem-se à faixa

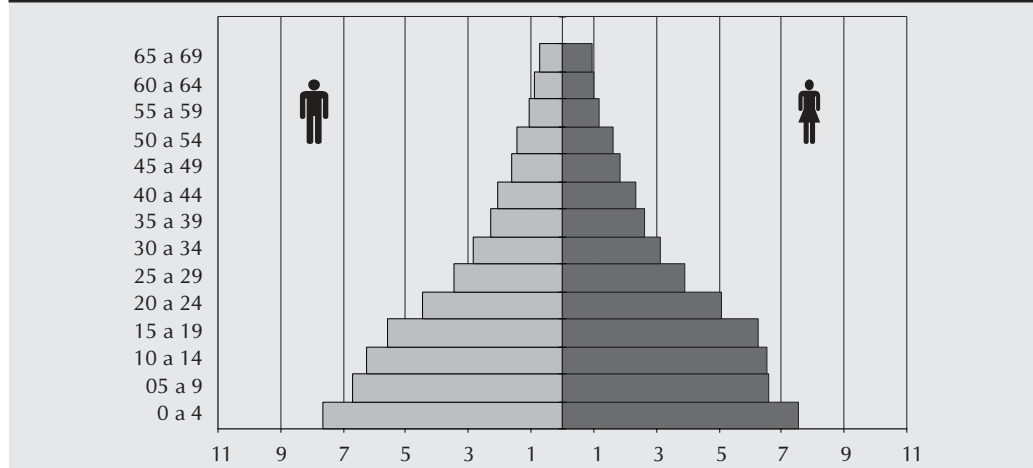
de 10-14 anos de idade. No que toca à população adulta, ressaltavam em 1980 as diferenças urbano-rural nas proporções de população nos intervalos compreendidos entre as idades de 20 e 29 anos. Em 2000, tais diferenças se estendem até grupos etários mais avançados (40-44 anos).

Por último, sublinhe-se que a migração rural-urbana – que aqui não se pode dimensionar – é, de modo geral, um fator de acentuação das diferenças de grau de envelhecimento nos contextos das populações rural e urbana, dadas as características gerais e o perfil etário da população que normalmente migra para os espaços urbanos.

As alterações nas pirâmides etárias das populações urbana e rural entre os anos de 1980, 1991 e 2000 (Gráficos 10 a 15), particularmente o estreitamento nos seus retângulos inferiores, revelam os movimentos que vêm alterando a configuração da estrutura etária da população baiana em direção ao seu progressivo envelhecimento.

Gráfico 10

**Pirâmide Etária da População Urbana
Bahia, 1980**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980

Gráfico 11

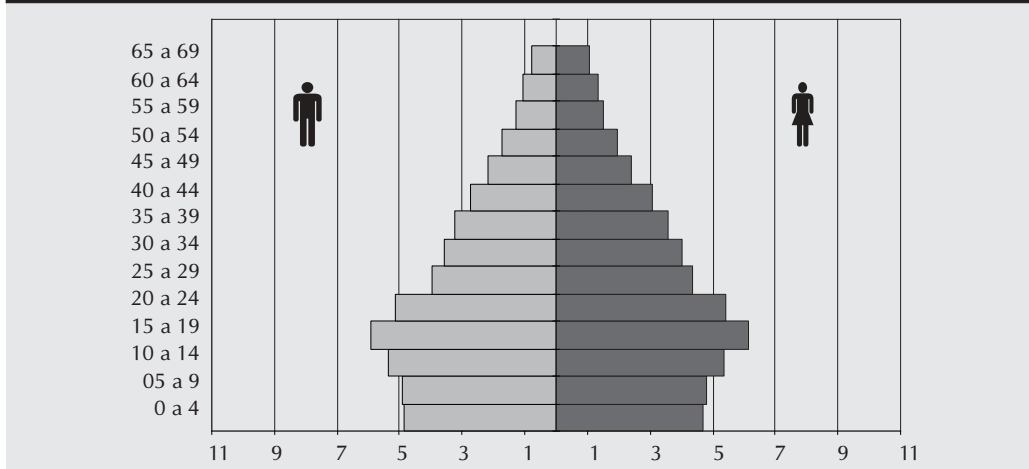
**Pirâmide Etária da População Urbana
Bahia, 1991**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991

Gráfico 12

**Pirâmide Etária da População Urbana
Bahia, 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000

Gráfico 13

**Pirâmide Etária da População Rural
Bahia, 1980**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980

Gráfico 14

**Pirâmide Etária da População Rural
Bahia, 1991**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991

Gráfico 15

Pirâmide Etária da População Rural Bahia, 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

A COMPOSIÇÃO SEXUAL DA POPULAÇÃO BAIANA E O ENVELHECIMENTO DAS POPULAÇÕES MASCULINA E FEMININA

As pirâmides das populações urbana e rural mostradas no item anterior evidenciam a maior expressividade da população feminina no contexto urbano baiano e da população masculina no contexto rural. Isso tende a ocorrer, na maior parte dos municípios do estado, conforme BELAS (1999), porém não em todos. Na população urbana os homens tendem a predominar em termos numéricos nos primeiros tramos etários. Nos demais, o predomínio passa a ser de mulheres. Isso tem a ver, por um lado, com os índices mais elevados de mortalidade entre a população masculina e, por outro, com os padrões migratórios, em que as áreas urbanas são particularmente atrativas para a força de trabalho feminina, dada sua maior diversidade econômica, concentrando atividades que em maior escala empregam mulheres, como as relacionadas ao setor de serviços (emprego doméstico, dentre outras, de baixa qualificação).

As atividades rurais, por seu turno, no cômputo geral tendem a ocupar em maior medida mão-de-obra masculina.

As razões de sexo² apresentadas nas Tabelas 5, 6 e 7 ilustram tais afirmações. Nasceram mais meninos do que meninas, daí as razões de sexo do segmento de 0 a 14 anos serem maiores do que 100%. Com o passar dos anos, as maiores probabilidades de morte entre homens contribuem efetivamente para diminuir a presença masculina na composição sexual da população. No caso da população rural, o impacto é menos visível por causa da maior

² Razão de sexo corresponde à razão entre o número de homens de uma população e o de mulheres expresso em percentual. Pode ser obtida para o total populacional ou para segmentos específicos da população. Uma razão de 100% significa que, na população, há o mesmo quantitativo de homens e mulheres.

incidência de emigração feminina. Daí verificar-se nas faixas etárias correspondentes ao ciclo de vida ativa uma presença maior de homens entre a população rural e de mulheres entre a população urbana. O mesmo ocorre em relação à população idosa.

No cômputo total, há maioria feminina na população do Estado, o que tendeu a acentuar-se entre 1991 e 2000 (97,47% e 93,01%).

Tabela 5

Razões de Sexo da População Total Bahia, 1991-2000						
Grupos Etários	1991		2000		Razão de Sexo (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	1991	2000
00 a 14	2.379.223	2.330.998	2.119.271	2.059.701	102,07	102,89
15 a 64	3.214.393	3.376.647	4.004.137	4.137.274	95,19	96,78
65 ou +	264.291	302.439	338.625	411.242	87,39	82,34
BAHIA	5.857.907	6.010.084	6.462.033	6.608.217	97,47	97,79

Fonte: Censos Demográfico de 1991 e 2000.

Tabela 6

Razões de Sexo da População Urbana Bahia, 1991-2000						
Grupos Etários	1991		2000		Razão de Sexo (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	1991	2000
00 a 14	1.313.927	1.307.742	1.331.424	1.304.731	100,47	102,05
15 a 64	1.916.938	2.163.091	2.695.035	2.962.523	88,62	90,97
65 ou +	135.304	179.768	201.463	277.172	75,27	72,69
BAHIA	3.366.169	3.650.601	4.227.922	4.544.426	92,21	93,04

Fonte: Censos Demográfico de 1991 e 2000.

Tabela 7

Razões de Sexo da População Rural Bahia, 1991-2000						
Grupos Etários	1991		2000		Razão de Sexo (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	1991	2000
00 a 14	1.065.296	1.023.256	787.847	754.970	104,11	104,35
15 a 64	1.297.455	1.213.556	1.309.102	1.174.751	106,91	111,44
65 ou +	128.987	122.671	137.162	134.070	105,15	102,31
BAHIA	2.491.738	2.359.483	2.234.111	2.063.791	105,61	108,25

Fonte: Censos Demográfico de 1991 e 2000.

Por fim, a Tabela 8 ilustra a proporção de população nos três grandes grupos etários das populações masculina e feminina do estado, segundo a situação de domicílio. A diminuição, no período, das proporções de crianças e adolescentes é visível entre as populações masculina e feminina, assim como o aumento do peso das populações adulta e idosa, indicando que o envelhecimento populacional estende-se aos dois sexos, só que de forma diferenciada. Os dados confirmam o maior envelhecimento da população do sexo feminino, que apresenta menores proporções de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, e maiores participações das populações de 15 a 64 anos e de 65 anos ou mais. Tais distinções em termos de grau de envelhecimento devem-se ao fato de tanto a mortalidade quanto a migração serem diferenciais por sexo.

Tabela 8

**Distribuição das Populações Masculina e Feminina do Estado
Por Grandes Grupos Etários
Bahia, 1991-2000**

Grupos Etários	1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
00 a 14	40,62	38,78	32,80	31,17
15 a 64	54,87	56,18	61,96	62,61
65 ou +	4,51	5,03	5,24	6,22
BAHIA	5.857.907	6.010.084	6.462.033	6.608.217

Fonte: Censos Demográfico de 1991 e 2000.

**O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NAS TRÊS GRANDES ÁREAS
DA BAHIA: LITORAL, SEMI-ÁRIDO E CERRADO**

As Tabelas 9 e 10 concernem à heterogeneidade do processo de envelhecimento quando se avança em sua espacialização.

Nas três grandes áreas recortadas há claros sinais de ocorrência do processo de envelhecimento populacional, haja vista que todas apresentam, no que refere à população de 0 a 14 anos, perdas absolutas entre 1991-2000. O Cerrado se caracteriza como a área onde a população é mais jovem, com uma proporção de pessoas de 0 a 14 anos que passa de 35%. Como o Litoral possui uma base demográfica muito maior do que a dos outros dois grupos, acaba sendo decisivo em termos da definição do grau de envelhecimento da população baiana tomada na sua totalidade, “puxando para baixo” tanto as proporções de crianças e adolescentes quanto a de idosos, contribuindo, por outro lado, para o aumento do peso da população em idade ativa da população residente do Estado.

Tabela 9

**População Segundo Grandes Áreas e Grupos de Idade Por Sexo
Bahia, 1991-2000**

Grandes Áreas/ Grupos Etários	1991			2000		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Litoral	5.504.412	2.695.301	2.809.111	6.262.409	3.058.478	3.203.931
0 a 14	2.115.595	1.069.296	1.046.299	1.900.219	964.063	936.156
15 a 64	3.159.941	1.523.454	1.636.487	4.040.244	1.954.876	2.085.368
65 ou +	228.876	102.551	126.325	321.946	139.539	182.407
Semi-árido	5.924.626	2.939.822	2.984.804	6.320.887	3.155.002	3.165.885
0 a 14	2.405.697	1.214.061	1.191.636	2.107.505	1.068.247	1.039.258
15 a 64	3.200.122	1.573.291	1.626.831	3.810.833	1.900.008	1.910.825
65 ou +	318.807	152.470	166.337	402.549	186.747	215.802
Cerrado	438.953	222.784	216.169	486.954	248.553	238.401
0 a 14	188.929	95.866	93.063	171.248	86.961	84.287
15 a 64	230.977	117.648	113.329	290.334	149.253	141.081
65 ou +	19.047	9.270	9.777	25.372	12.339	13.033
BAHIA	11.867.991	5.857.907	6.010.084	13.070.250	6.462.033	6.608.217
0 a 14	4.710.221	2.379.223	2.330.998	4.178.972	2.119.271	2.059.701
15 a 64	6.591.040	3.214.393	3.376.647	8.141.411	4.004.137	4.137.274
65 ou +	566.730	264.291	302.439	749.867	338.625	411.242

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Tabela 10

Distribuição Etária da População Residente Por Grupos Etários, Segundo o Sexo Bahia e Grandes Áreas, 1991-2000

Grandes Áreas/ Grupos Etários	Distribuição Etária da População Residente (%)					
	1991			2000		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Litoral	5.504.412	2.695.301	2.809.111	6.262.409	3.058.478	3.203.931
0 a 14	38,43	39,67	37,25	30,34	31,52	29,22
15 a 64	57,41	56,52	58,26	64,52	63,92	65,09
65 ou +	4,16	3,80	4,50	5,14	4,56	5,69
Semi-árido	5.924.626	2.939.822	2.984.804	6.320.887	3.155.002	3.165.885
0 a 14	40,61	41,30	39,92	33,34	33,86	32,83
15 a 64	54,01	53,52	54,50	60,29	60,22	60,36
65 ou +	5,38	5,19	5,57	6,37	5,92	6,82
Cerrado	438.953	222.784	216.169	486.954	248.553	238.401
0 a 14	43,04	43,03	43,05	35,17	34,99	35,36
15 a 64	52,62	52,81	52,43	59,62	60,05	59,18
65 ou +	4,34	4,16	4,52	5,21	4,96	5,47
BAHIA	11.867.991	5.857.907	6.010.084	13.070.250	6.462.033	6.608.217
0 a 14	39,69	40,62	38,78	31,97	32,80	31,17
15 a 64	55,54	54,87	56,18	62,29	61,96	62,61
65 ou +	4,78	4,51	5,03	5,74	5,24	6,22

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

IMPLICAÇÕES SOCIAIS DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO: OBSERVAÇÕES GERAIS

Em vista das evidências apontadas, a consideração e acompanhamento desse processo de envelhecimento demográfico revestem-se da maior importância pelas fortes implicações que acarretam em termos de políticas públicas.

Pelo lado das crianças, apesar da previsível continuidade do processo de diminuição do seu número, é um fato concreto que, no presente, tal segmento é ainda bastante expressivo no estado e continua reclamando por atenção especial, pois sua situação social é crítica. Parte significativa do contingente que o integra se compõe de crianças e adolescentes das camadas mais pobres da população, fortemente atingidas por problemas sociais como abandono, desnutrição, mendicância, carência de atendimento médico e de programas específicos de prevenção de doenças infantis, permanecendo ainda forte, embora cada vez menor, a demanda por serviços específicos (nutrição, creche, atenção à saúde e vacinação) para essa faixa etária. A tendência é diminuir sensivelmente a pressão por tais serviços.

A pressão sobre o ensino de primeiro grau e pré-escolar também tende a diminuir, embora, hoje, seja ainda vigorosa, dado o grande volume de crianças na faixa de 5-14 anos demandantes dos mesmos. Tal perspectiva permite se pensar que se avizinha uma certa trégua demográfica em que se possa trabalhar mais no aspecto qualidade dos serviços oferecidos sem a pressão emergencial pela adequação de sua quantidade à demanda existente (BELAS, 1999:223).

Entre jovens e adolescentes tende a aumentar a demanda por educação de nível médio e superior, assim como a de educação supletiva para jovens e adultos que buscam reintegrar-se ao sistema de ensino.

A pressão da população em idade ativa sobre o mercado de trabalho deverá fazer-se sentir de modo crescente, sobretudo entre seus segmentos mais velhos (35 a 59 anos de idade), que se encontrarão diante de um mercado de trabalho cada vez mais restritivo no tocante não apenas às exigências em termos de qualificação, mas também em relação à idade. São demandantes potenciais de programas de requalificação profissional ou ainda de apoio a iniciativas no campo das atividades profissionais autônomas. Tal pressão no mercado de trabalho vê-se agravada pelo aumento da idade mínima para se pleitear a aposentadoria.

O grupo de idosos, de 60 anos em diante, público-alvo de ações previdenciárias, ainda de pouca expressão no Estado, deverá continuar crescendo no futuro, seja pelo prolongamento da expectativa média de vida, seja por acolhimento das gerações que vão progressivamente atingindo as idades mais avançadas e que, concebidas antes do descenso da fecundidade – numerosas, portanto, e em 2000 com idades entre 35 a 59 anos –, vão imprimindo níveis mais altos de participação do segmento no total populacional.

Devem ser focalizados, conseqüentemente, com vistas ao futuro, serviços especialmente direcionados para essa população, particularmente os previdenciários, de saúde, de acolhimento (asilos), lazer, etc.

Por fim, vale considerar que tal configuração acaba sendo, em termos estritamente demográficos, favorável, no sentido de que contribui para a redução da carga de dependência, pois cresce a população em idade ativa, decresce o número de crianças – e, embora cresça, ainda tem pouca importância numérica a população de 60 anos ou mais.

Naturalmente, que tal “vantagem” deve ser vista em função do contexto econômico, sobretudo considerando-se os padrões e níveis de absorção da força de trabalho pelo mercado de trabalho formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELAS, Angela de O. Dinâmica demográfica baiana: tendências gerais e diferenciações internas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p 213-250

_____. A dinâmica demográfica baiana nos anos 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia: panorama social da década de 90*. Salvador. SEI, 2002. 200 p. (Série estudos e pesquisas, 59). No prelo.

BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. A “Onda Jovem” e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, São Paulo, IPEA, n.8, dez. 1992.

BERQUÓ, Elza S. Fatores estáticos e dinâmicos – mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S.; SZMRECSÁNYI, T. *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

LOPES, Diva Maria Ferlin; DIAS, Patricia Chame. Litoral, Semi-Árido e Cerrado: grandes áreas da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 11, n.3, p. 61-68, dez. 2001.

MARTINE, G; CARVALHO, J. A. M. de. Cenários demográficos para o Século XXI e algumas implicações sociais. *Planejamento e Políticas Públicas*, São Paulo, IPEA, n. 2, dez. 1989.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; MURICY, Ivana Tavares. *Mudanças nos padrões de fecundidade e de mortalidade na Bahia 1940/1997*. Salvador: SEI, 2001. (Série estudos e pesquisas, 52).

BREVE HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA BAHIA EM TRÊS GRANDES ÁREAS

CÂNDIDA RIBEIRO SANTOS*
SIMONE ARAUJO DE PINHO**

Grosso modo, a Bahia pode ser dividida em três grandes subáreas: Litoral, Semi-Árido e Cerrado. As distintas características geomorfológicas, hidrológicas, climáticas, etc., que apresentam, contribuíram para diferenciar suas histórias de ocupação humana e desenvolvimento econômico. Portanto, sem pretender esgotar o assunto, este texto foi elaborado buscando, na História da Bahia, a história econômica e social de cada uma delas em particular. Com isso, espera-se contribuir para a compreensão do cenário demográfico e socioeconômico atual.

Por outro lado, é preciso lembrar que o termo **povoamento**, usado aqui em vários momentos, usualmente significa *habitar local desabitado*. O Dicionário Aurélio remete a **Povoar**: *Formar povoação em; prover de habitantes; tornar habitado*. O território brasileiro e, neste caso, o baiano em particular, na época do descobrimento, mesmo em suas áreas mais inóspitas, não era *despovoado*. Vários povos, distribuídos em nações, com línguas e culturas diferenciadas, habitavam essas terras – que, além da colonização branca, receberam, posteriormente, a presença e influência dos negros escravos africanos. Com isso, a utilização do termo povoamento, neste texto, considera a existência da presença humana no território que veio a ser ocupado pelo colonizador branco, narrador de boa parte da História do Brasil.

PRIMÓRDIOS

As intensas atividades de expansão marítima, que derivaram na chamada “era dos descobrimentos”, foram “[...] incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicaram os países da Europa a partir do séc. XV [...]”. O interesse, seja na exploração da costa africana, na ocupação das terras descobertas, ou no roteiro para as Índias, era essencialmente a ampliação dos horizontes comerciais. Particularmente, os portugueses avançaram primeiro e mais do que outros povos “[...] procurando empresas em que não encontrassem concorrentes mais antigos já instalados, e para o que contavam com vantagens geográficas apreciáveis [...]” (PRADO JR., 1976: 14).

A chegada dos portugueses ao Brasil, portanto, se fez no rastro do processo de ampliação das rotas comerciais. Essencialmente, buscavam especiarias e

* Socióloga e bolsista da FAPES – Fundação de Administração e Pesquisa Econômico Social. candida@sei.ba.gov.br

** Socióloga com especialização em Educação e bolsista da FAPES – Fundação de Administração e Pesquisa Econômico Social. simone@sei.ba.gov.br

metais preciosos. Como o Brasil, aparentemente, não oferecia estes produtos, e até porque Portugal, do mesmo modo que os demais países europeus no século XVI, não tinha condições demográficas de suportar emigrações¹, a Coroa pouco se interessou em explorar essas terras.

Durante as primeiras décadas após o descobrimento, a ação dos portugueses se restringiu à organização de expedições para reconhecimento da área, guarda das terras e extração dos produtos com maior valor comercial, em especial o então abundante pau-brasil. Até aproximadamente metade do século XVI, este produto era intensamente traficado tanto por portugueses como por franceses. Pela própria forma de exploração da madeira, essencialmente nômade, esta atividade não produziu um povoamento regular ou estável, apesar de originar alguns estabelecimentos coloniais.

Em determinados pontos do litoral, (os portugueses) instalaram, de saída, núcleos provisórios de ocupação do território, nos quais construía capelas, centros de administração, postos para armazenamento da madeira e fortificações para a proteção dos portugueses contra o ataque de índios e de outros europeus, especialmente franceses e holandeses (SEI, 1998: 25-26).

É inegável a dificuldade em ocupar a imensa costa do Brasil. Embora a Coroa oferecesse vantagens políticas – implantando o sistema denominado Capitânicas Hereditárias, que concedia poderes de soberano aos donatários – além do empréstimo de vultosas quantias, poucos se dispuseram a arriscar-se na empreitada. Dentre estes, nenhum com maior expressão social ou econômica. Apenas duas capitânicas foram bem sucedidas: Pernambuco e São Vicente.

A história confusa da colonização intentada através do sistema das capitânicas hereditárias retrata bem os grandes e sérios problemas enfrentados pelos adventícios, provindos dos campos e das cidades, colocados frente a frente com as paisagens tropicais de um imenso território ainda dominado pelo gentio nem sempre passivo perante a usurpação de seus antigos e desmesurados domínios (Holanda, 1963. Tomo I, p. 68).

No entanto, neste contexto foi introduzido o cultivo da cana para a produção de açúcar. Artigo de grande valor comercial e relativamente escasso na Europa, constituiu-se no primeiro pilar da economia colonial. A adaptabilidade desse cultivo ao clima e solo brasileiros foi tão favorável que durante mais de cinquenta anos, até a metade do século XVII, o Brasil figurava como o maior produtor mundial de açúcar. Até mesmo a produção de gêneros para o consumo interno (mandioca e feijão, por exemplo) era considerada subsidiária à produção açucareira. No chamado Ciclo da Cana-de-Açúcar, a Bahia se destacou por sua capacidade produtiva.

A CANA-DE-AÇÚCAR E O POVOAMENTO DO LITORAL BAIANO

A cultura canavieira se disseminou ao longo de todo o litoral brasileiro. Contudo, o Recôncavo baiano se mostrou particularmente favorável ao seu de-

¹ Esta situação se devia em parte à devastação provocada pela peste, que atingiu aquele continente no século XIV e cujas conseqüências, em termos demográficos, ainda podiam ser observadas.

envolvimento, tendo se tornado o grande centro produtor de açúcar da Colônia. Com isso, consolidou-se como um dos principais núcleos de povoamento de então.

O sistema canavieiro calcava-se na monocultura, na grande propriedade² e no trabalho escravo. Conforme Caio Prado Jr. (1976: 33-36), assim como os demais colonos europeus, o português não emigrou para se tornar trabalhador braçal. Ademais, o tamanho das propriedades, aliado às condições naturais adversas, obrigava ao emprego de grande número de trabalhadores. Inicialmente cogitou-se o uso da mão-de-obra indígena. No entanto, o índio não se mostrou “bom trabalhador” na ótica do colonizador. O sistema de troca de trabalho por mercadoria não estava mais atraindo os nativos, e as tentativas de escravização, embora necessárias para atender aos objetivos do colono, não deram os resultados esperados. Não se adaptavam ao estilo de vida sedentário, nem se mostravam dispostos a aceitar pacificamente a disciplina e métodos das atividades agrícolas.

Por essas razões, desde os primeiros tempos, houve sempre a importação de africanos para o Brasil, e escravidão negra e indígena coexistiam desde o início da colonização uma vez que o próprio Duarte Coelho, já em 1542, solicitava ao Rei autorização para importar negros da África. (...) Na realidade, o negro, representante de uma civilização agrícola e já acostumado ao regime servil na África, oferecia maior produtividade no trabalho que o indígena. Daí preferirem os proprietários, apesar do alto preço, adquirir escravos negros a escravizar índios para o trabalho. Dois fatos, porém, tornavam perniciosos um grande emprego de capital em escravos africanos: a mortandade muito grande entre eles devido à má acomodação das senzalas, à má alimentação, ao excesso de trabalho e à aclimatabilidade, como também a alta porcentagem de fugas para o interior, onde se reuniam em quilombos, bastante numerosos e freqüentes em todo o território nacional. O de Palmares, devido à sua longa duração e à área de influência que abrangeu, conseguiu romper a “cortina-de-silêncio” que os nossos historiadores estenderam sobre as reações negras contra o cativeiro no Brasil. Estas revoltas negras, porém, no início do século XVII alarmaram o Governador D. Diogo de Botelho, que enviou forças militares para os combater. D. Diogo de Menezes e Siqueira, Governador Geral que muito se preocupou com a agricultura nordestina, em cartas do Rei achava que a escravaria de Guiné, devido ao alto preço e aos riscos que advinham da sua conservação, era a causa da ruína de muitos senhores-de-engenho e tornava-se advogado da escravidão indígena (ANDRADE, 1980: 57).

No Recôncavo baiano, a cana-de-açúcar ocupou as terras de massapê, deixando os terrenos arenosos para o fumo. Esse último produto se expandiu muito, pois

[...] passou a ser usado como moeda para a aquisição de negros na África. Assim a área que produzia açúcar para o mercado europeu e que se abastecia de negros na costa africana passou a abastecer este continente com o fumo (ANDRADE, 1980: 70-71).

² Conforme Caio Prado Jr. (1976:33), todo o processo de implantação da cana-de-açúcar (considerando o desbravamento da terra), plantação, colheita, transporte até o engenho e o preparo do açúcar só se tornava rentável se praticado em grande volume. “Nestas condições, o pequeno produtor não podia subsistir. São sobretudo estas circunstâncias que determinarão o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade.”

Sendo usado como moeda na troca por escravos, o fumo – que já era cultivado desde o final do século XVI – cresceu em importância, chegando a ocupar o segundo lugar como produto de exportação, entrando em decadência a partir do início das restrições ao tráfico negreiro. Sua produção seguia o modelo açucareiro: latifúndio e mão-de-obra escrava. Entretanto, seus produtores não tinham o prestígio dos senhores de engenho.

Ao sul da Bahia, na área hoje denominada Litoral Sul³ e mesmo no Extremo Sul⁴, a atividade açucareira não logrou o êxito esperado porque a mata densa que acompanha o litoral e o relevo acidentado dificultavam a passagem e isolavam o litoral do interior. Além disso, havia os freqüentes ataques dos índios que destruíam plantações e engenhos e, por essa via, as dificuldades administrativas com o elevado custo da produção e do transporte do açúcar, face à competição com os outros produtores mais bem situados geograficamente em relação ao mercado europeu.

As culturas do café, algodão e cacau foram implantadas mais tarde nessa área. O cacau foi introduzido na região em 1746, na margem esquerda do Rio Pardo, no atual município de Canavieiras, estendendo-se, em 1752, aos municípios de Ilhéus, Uruçuca e outros. A partir daí, consolidou-se como produto da maior importância na Bahia, por sua crescente produção e grande difusão em toda a região, que apresentava as condições naturais exigidas pela cultura. A lavoura do cacau seguiu o mesmo padrão de produção da lavoura canavieira, ou seja, monocultura em grandes propriedades, movida pelo braço escravo, voltada para o mercado externo.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte, a cacaucultura se expandiu, atraindo significativo contingente de moradores para a região, dominando o cenário econômico da Bahia.

Em verdade, historicamente, o desenvolvimento socioeconômico e a expansão demográfica no litoral, do Brasil de modo geral e da Bahia em particular, realizaram-se em movimentos de avanços e recuos, seguidos por períodos de estagnação, caracterizando-se por deixar grandes áreas vazias e inexploradas.

Em resumo, essa grande subárea, aqui definida como Litoral, foi sendo ocupada, ao longo do tempo, de modo descontínuo, em termos territoriais; desigual, em termos do número e da origem dos ocupantes, e diferenciada, em termos tanto dos produtos nela explorados como pela época de início de desenvolvimento de cada atividade. Assim, a lavoura canavieira espalhou-se pelo Recôncavo, onde posteriormente também se desenvolveu o cultivo e exploração do fumo. Ao norte, além da cana, explorou-se também o coco-da-baía. A lavoura cacaueira, como se viu, chegou mais tardiamente na por-

³ Conforme divisão regional adotada pela Secretaria de Planejamento da Bahia a partir da década de 1980.

⁴ Idem nota 3.

ção sul, sendo que, no Extremo Sul, inicialmente se extraía apenas a madeira nativa, permanecendo como área de ocupação humana mais rarefeita.

A IMPORTÂNCIA DA INTERIORIZAÇÃO DA PECUÁRIA NA COLONIZAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO

O desbravamento do interior baiano deveu-se a dois fatores essenciais: inicialmente, pela ação dos bandeirantes na caça e apresamento dos índios e, posteriormente, em função da criação bovina, que se espalhou por áreas sempre contíguas, atingindo praticamente todo o semi-árido baiano. Na verdade, por força de seus objetivos, o bandeirantismo promoveu a redução do número de habitantes das áreas desbravadas. Por outro lado, a expansão dos terrenos destinados à pastagem promoveu a entrada do colonizador nas regiões interioranas, ao tempo em que expulsou seus primeiros habitantes. Assim, esse processo de povoamento foi caracterizado por grandes vazios demográficos.

A ocupação da zona semi-árida iniciou-se de forma mais sistemática pela intervenção do primeiro Governador Geral do Brasil. Em decorrência da ascensão da economia açucareira – e, com isso, o aumento do contingente de moradores escravos e não escravos –, elevou-se a demanda por alimentos e por animais para o trabalho. Como a criação de gado e a agricultura, principalmente a lavoura canavieira, não podiam ser praticadas no mesmo espaço, Tomé de Souza propôs a separação das duas atividades por grandes extensões de terras inaproveitadas. Assim, o gado foi deslocado para regiões interioranas, distantes daquelas destinadas ao cultivo da cana. Quanto às lavouras de subsistência, foram isoladas do gado por cercas de pau-a-pique ou por valões.

Instalou-se no Semi-Árido, portanto, uma atividade econômica que veio representar uma opção para os colonizadores dotados de pequena capacidade financeira. Apesar da reduzida margem de lucro que permitia auferir, a criação de gado necessitava de pouco ou nenhum investimento, tanto no que se refere à aquisição da terra quanto para a expansão da capacidade produtiva. Além disso, era compatível com os hábitos dos índios, a única – embora escassa – mão-de-obra disponível da região. Com isso, no século XVI, os portugueses que primeiro adentraram o agreste⁵ fizeram emergir no semi-árido, um sistema produtivo subsidiário e dependente da economia açucareira.

A introdução da pecuária no sertão foi importante por ter permitido a ocupação de extensa faixa territorial, sem necessitar de grande quantidade de pessoas para habitá-la⁶. Praticada em regime de extensão e desenvolvendo-se, em certa me-

⁵ Tradicionalmente, “agreste” significava uma zona de transição entre a faixa litorânea e a zona semi-árida. Atualmente, os principais autores sobre o assunto não fazem distinção conceitual entre essas duas regiões, adotando-se unicamente a denominação semi-árido.

⁶ A pecuária era uma atividade extensiva em termos de ocupação de área, mas que utilizava pouca mão-de-obra. Desse modo, aliada à diversidade das condições físico-climáticas do semi-árido, a ocupação humana se concentrou basicamente junto dos poucos rios perenes, ao tempo em que provocou enormes vazios demográficos. Além disso, as secas periódicas agiram sempre como fator de despovoamento.

dida, de forma itinerante, a criação de gado constituiu-se em um dos principais fatores de penetração e ocupação do interior do Brasil (FURTADO, 1998).

Esse sistema produtivo estava baseado em duas atividades fundamentais: a pecuária, praticada pelos proprietários de terras, e a agricultura de subsistência com ínfima produtividade, praticada essencialmente pela mão-de-obra recém-instalada na área. Contudo, estava no gado o único fator econômico do local, até porque, mesmo em face da seca, podia ser deslocado para outras áreas implicando menores perdas, especialmente se comparadas às perdas da agricultura que sempre foram (e ainda são) totais. Com o passar do tempo, o sertão passou a concentrar a produção de animais para o trabalho e, principalmente, de alimentos e carne destinados ao consumo tanto de seus moradores quanto dos habitantes do litoral.

Quanto à organização do espaço, esta seguiu de acordo com os interesses dos grandes proprietários. Morando em Salvador ou Olinda, através de influência política, conseguiam receber doações de terras que, divididas em sítios, eram entregues aos cuidados dos vaqueiros, homens de sua confiança. Os pequenos criadores, que administravam os próprios rebanhos, alugavam sítios dos grandes proprietários. Tão logo quanto podiam, os pequenos criadores também passavam a residir no litoral, deixando a fazenda nas mãos dos seus subordinados. Ficava no sertão somente aquele que não conseguia fazer fortuna.

Na segunda metade do século XVIII, o preço do açúcar entrou em queda no mercado internacional, desencadeando uma crise na cultura canavieira. Com isso, a mão-de-obra livre migrou, parcialmente, para o sertão – o que resultou no aumento do setor de subsistência e no comprometimento da rentabilidade da pecuária, uma vez que esta se destinava, em grande medida, a atender às demandas da indústria canavieira. Assim, a crise que atingiu a economia litorânea resultou no maior adensamento demográfico do sertão que, mesmo tendo uma economia de menor produtividade, disponibilizava maior oferta de alimentos (FURTADO, 1988).

Neste mesmo período, descobriu-se que o Semi-Árido brasileiro possuía características adequadas ao plantio do algodão de fibra longa, que passou a ser cultivado no sertão visando, prioritariamente, à exportação⁷. Tal produto revelou-se economicamente vantajoso para os grandes produtores do semi-árido tanto por nesta área haver condições propícias de clima e solo para desenvolvê-lo como por não inviabilizar e até servir de alimento para o gado durante as estiagens. Podia, ainda, ser combinado com as culturas de subsistência (como o milho e o feijão), praticadas pelos trabalhadores. A intensificação da economia sertaneja, ampliando a perspectiva de trabalho e renda,

⁷ Com a Revolução Industrial Inglesa, a demanda por algodão destinado à industrialização cresceu no mercado externo. Nos períodos em que os Estados Unidos estavam envolvidos em conflitos internos (1812-14, Guerra da Independência, e 1861-65, Guerra de Secessão), o algodão da região Nordeste do Brasil conquistou espaço no mercado britânico. No século XX, contudo, a produção nordestina, para os mercados interno e externo, foi suplantada pelo algodão de São Paulo e do Paraná.

fez com que a região recebesse mais moradores, o que atuou francamente para a diminuição dos grandes espaços desabitados.

Em outros termos, o movimento de ascensão da economia interiorana, acompanhado pelas oscilações de desempenho da comercialização do açúcar no mercado internacional, contribui para o aumento da quantidade de moradores no sertão. Este momento marcou uma mudança no perfil econômico do Nordeste brasileiro: ascensão da oligarquia algodoeira e concomitante queda do poder dos senhores-de-engenho (CARVALHO, 1988).

Com o crescimento demográfico do semi-árido, já no século XIX, suas escassas regiões úmidas tornaram-se cada vez mais saturadas e, com isso, insuficientes para minimizar os efeitos da seca sobre seus habitantes. Conforme Vidal (2001), a lógica da colonização que continuamente ampliava a penetração para o interior, atingindo localidades cada vez mais distantes e precárias no que tange aos recursos naturais, expunha as pessoas, de modo cada vez mais intenso, aos efeitos das prolongadas estiagens.

Mas a ocupação do semi-árido não ocorreu de modo uniforme, dado que, por sua extensão, esta zona apresenta diferenciações geofísicas internas que permitem, grosso modo, distinguir algumas áreas, tais como a Chapada Diamantina, o Piemonte e a Serra Geral e adjacências. Nesse contexto, além da pecuária e das lavouras de subsistência, a Chapada Diamantina, que naquela época, entre o século XVIII e até meados do século XX, incluía as regiões do Piemonte e parte da Serra Geral, por exemplo, experimentou, durante alguns anos, grande movimento demográfico e econômico a partir da descoberta, naquela área, de ouro e diamantes.

No processo de ocupação da Chapada Diamantina, a mineração teve um papel fundamental, ao romper com a tradição dos colonos dedicados à agricultura e à pecuária, de se dispersar no território em pequenas aglomerações. A prosperidade da mineração, principalmente de diamantes, ao tempo em que criou em torno de si toda uma série de atividades necessárias à sua sustentação, propiciou a criação de um sítio urbano de porte considerável nos sertões baianos, caracterizado pela ostentação dos casarões em estilo colonial. Tais casarões se constituíram em marcos de uma época em que a Chapada Diamantina possuía grande importância econômica – não só para o Estado⁸, como também para o País – e, que atualmente, compõem sítios históricos importantes para a preservação da identidade cultural da região.

Nessa porção do semi-árido, as demais atividades econômicas tiveram papel secundário, frente à importância da mineração. A agricultura, por exemplo, destinava-se à produção de gêneros para o autoconsumo dos trabalhadores.

⁸ A importância da mineração neste período da história baiana foi tamanha que, na época, chegaram a ser realizados estudos para viabilizar a transferência da capital da província para região.

No último quarto do século XIX, iniciou-se a decadência das minas diamantíferas da região, que não suportaram a queda dos preços internacionais em virtude da descoberta das jazidas africanas. As conseqüências de tais fatos foram amenizadas, posteriormente, pela valorização dos carbonados⁹, encontrados com abundância nos garimpos da Chapada. No início do século XX, com o acirramento da decadência da mineração, poucas atividades econômicas na região lograram êxito.

O LENTO PROCESSO DE POVOAMENTO DO CERRADO BAIANO

O Rio São Francisco representou decisivo papel no desbravamento das regiões mais interioranas do Estado. Navegável desde o trecho de Pirapora, em Minas Gerais, ao de Juazeiro, na Bahia, consistia no caminho principal para se alcançar outros pontos do Nordeste, já que a densa caatinga, estendendo-se da faixa litorânea até suas margens, dificultava grandemente a colonização por via terrestre. Até aproximadamente a década de 1970, constituía-se efetivamente numa linha divisória intra-regional da Bahia. Na sua margem esquerda estavam as terras denominadas comumente de Além São Francisco (ou o Sertão do São Francisco), o vale do rio propriamente dito e as Gerais, representadas pelos municípios mais próximos à divisa da Bahia com Tocantins e Goiás.

Desde o início da ocupação das terras brasileiras pelos colonizadores, por onde o São Francisco passava, contribuía para a formação da economia e distribuição espacial dos habitantes. Ainda no século XVI, facilitou o desbravamento da região – processo ligado tanto a atividades meramente exploratórias quanto às expedições de captura do índio, utilizado como escravo nos canaviais do litoral – e mais tarde (fins do século XVI e início do XVII), favoreceu à fixação dos que levaram o gado para a região.

Transportando pessoas e/ou mercadorias, esse rio “... foi pujante, bravio, em tempos idos, foi talvez o mais importante caminho por onde penetraram os que chegaram em 1500” (ARAÚJO, 1994:01). Nesses tempos, o São Francisco efetivamente era *o rio da integração nacional*, fazendo-se presente na cultura e nos hábitos das pessoas que viviam às suas margens e nele encontravam seu alimento e seu sustento. Em outras palavras:

A dificuldade de ligação com o Recôncavo baiano, grande centro consumidor, limitava boa parte do comércio e dos deslocamentos da população da região aos limites navegáveis do São Francisco e dos seus afluentes. Dessa forma, uma quantidade expressiva da produção regional era comercializada dentro dos limites da mesma. A exceção era o gado que, sendo uma mercadoria autotransportável, era guiado por vaqueiros, pelas trilhas, até para outros mercados, onde chegava com preços aceitáveis (SEI, 2000, p. 22).

⁹ Os carbonados eram grãos pretos recolhidos durante a mineração que eram desprezados até 1871, quando começaram a ter valor comercial devido sua utilização em brocas de perfuração utilizadas nas construções dos canais do Panamá e Suez, bem como em túneis e galerias de metrô, além de ter utilidade também na indústria mecânica para usinagem e polimento de peças.

O povoamento do cerrado baiano foi se fazendo lentamente, em função da concessão de sesmarias, origem das primeiras grandes propriedades. O domínio territorial foi dividido entre duas famílias: os Garcia d'Ávila e os Guedes de Brito. A primeira, proprietária da famosa Casa da Torre – situada na atual praia do Forte, em Mata de São João, e que espalhou seus domínios por todo o interior baiano – e a segunda, da Casa da Ponte – situada em Morro do Chapéu. Ambas encarregaram-se de introduzir a pecuária na região, ampliando sucessivamente o tamanho de suas possessões. Desse modo, basicamente pelas atividades de expansão de áreas para pastagens, as terras também à esquerda do São Francisco foram sendo ocupadas. “No século XVII, já era possível se observar vários currais nas beiras dos rios e o surgimento de pequenos povoados” (SEI, 2000-a: 23). Entre os moradores, predominavam os índios jês, sendo reduzida a presença de escravos.

Ademais, no século XVIII foram descobertos ouro, em Minas Gerais, e diamante em Goiás – com pouca diferença de tempo em relação aos mesmos achados na Bahia. Isso provocou o surgimento de povoados nesta parte do estado, que se desenvolveram como entrepostos comerciais, especialmente aqueles situados nas margens dos rios, visto que esses se constituíam nas principais vias de circulação entre os Estados nordestinos e as regiões mineradoras. Com o final do ciclo do ouro e o desinteresse da utilização do indígena como escravo – dada a preferência pelo negro – a circulação de pessoas na região diminuiu intensamente. Além disso, as periódicas secas, provocando a emigração dos moradores, contribuíram fortemente para um retrocesso no povoamento dessa porção da Bahia.

Além desse fator de ordem natural, uma decisão política interrompeu a expansão da colonização do interior baiano banhado pelo rio: a Carta Régia de 1701 proibia qualquer comunicação entre o sertão baiano e o mineiro. Quer dizer, legalmente o processo de ocupação da região foi estancado.

Esse isolacionismo compulsório, se por um lado levou a uma defasagem no desenvolvimento em relação a outras regiões do país, principalmente aquelas litorâneas, a paralisia de mais de um século que significa um prejuízo incalculável, por outro lado foi responsável pelo surgimento de uma sociedade típica, própria, embora semifeudal, mas com sua própria linguagem, seus mitos e lendas, seus medos e idiosincrasias, tendo o rio como epicentro de todas as atividades (ARAÚJO, 1994:04).

A partir do século XIX, a navegação fluvial voltou a ser importante na ocupação e distribuição espacial dos moradores da região. Os rios Corrente, Grande e Preto constituíram-se, então, nos grandes veios de penetração e fixação de pessoas na porção oeste da Bahia. Porém, como na maioria das regiões baianas, até meados do século XX, o Além São Francisco caracterizava-se como um povoamento pouco denso e uma economia vulnerável, freqüentemente submetida à seca, já que parte de seu território está no semi-árido. Predominavam o pequeno produtor pecuarista, contando essencialmente com o trabalho de sua família, a agricultura mercantil simples e o extrativismo para exportação. Ao lado disso, havia os grandes

criadores de gado, os *coronéis*¹⁰. Esses grandes latifundiários constituíam uma elite poderosa, capaz de orientar as políticas e intervenções governamentais na região em benefício próprio.

Do ponto de vista demográfico, contava-se com um pequeno contingente que se concentrava nas proximidades do Vale do São Francisco, o principal eixo político e econômico das redondezas. Em contraposição, havia um imenso vazio nas áreas conhecidas, então, como Gerais, ou seja, mais próximas ao limite do estado. Mesmo de forma precária, eram os rios que permitiam a ligação com Juazeiro e com a ferrovia que dava acesso a Salvador. Nesse contexto, Barra era o mais importante município do oeste baiano, com o maior comércio e o mais destacado entreposto de mercadorias. Esse cenário começou a ser alterado na década de 1940, quando o Rio São Francisco começou a ter redefinido seu papel, passando a ser mais importante como fonte de energia do que como via de transporte e comunicação.

A partir do final dos anos 1950, o Estado brasileiro passou a desenvolver políticas visando a integrar o interior do País ao cenário nacional. Na década de 1960, a capital foi transferida para o centro do Brasil, portanto, dentre outros, novas e importantes vias de acesso foram implantadas, ligando-a a diferentes centros do país. “O Estado passou a desempenhar papel importante na reorganização espacial, implantando infra-estrutura físico-institucional, dando assim, continuidade à estratégia de desenvolvimento e ocupação regional” (CAR, op. cit., p.122).

Para o oeste baiano, contudo, a efetiva inserção nesse processo ocorreu apenas no final dos anos 1970, graças à efetivação de diferentes programas governamentais que promoveram uma intensa e rápida transformação de sua economia. “Iniciou-se o processo de expansão das fronteiras agrícolas, que aumentou a concentração fundiária na região e introduziu a cultura de grãos, principalmente a da soja, que se constituiu no principal produto” (SEI, 2000, p.28).

Os elevados investimentos públicos, o baixo preço da terra e a estrutura viária existente favoreceram a implantação do novo modelo de produção, atraindo grande contingente de imigrantes do próprio estado, mas principalmente do Sul do Brasil, para essa área, destacando-se o município de Barreiras que veio a se constituir num dos grandes pólos econômicos da Bahia.

¹⁰ A origem do fenômeno coronelista, que ocorreu em praticamente todo o Nordeste brasileiro até a primeira metade do século XX, remonta “(...) ao grande poder que detinham os potentados rurais brasileiros ... floresceu com vigor especial com a criação da Primeira República e o advento do federalismo. Naquele contexto, devido à ‘valorização’ do processo eletivo (a maior frequência de eleições, se bem entendido), as oligarquias regionais e estaduais passaram a gozar de grande poder para, inclusive, definir a eleição presidencial. Para exercer esse poder, não podiam dispensar os votos do eleitorado rural, então ainda predominante. Daí a importância do ‘coronel’, normalmente um chefe político local (não necessariamente chefe do executivo municipal, de fato, mas sempre seu comandante de direito), a quem cabia arregimentar os votos. Nessa lógica, é de vital importância o controle de certos recursos críticos – a terra, água e serviços públicos essenciais, por exemplo – por parte do ‘coronel’, o que o leva a controlar também as ‘gentes’ ” (VIDAL, 2001:83).

Todo esse conjunto de mudanças na estrutura econômica da região introduziu também um novo tipo de produtor-latifundiário, o empresário rural, e um padrão produtivo em que a mecanização se faz presente. Por outro lado, a introdução de modernas tecnologias não fez desaparecer o pequeno produtor. Os cultivos de subsistência e a pecuária continuam a ser praticados no Cerrado baiano.

À guisa de conclusão, observe-se que a história inicial do processo de ocupação das três grandes áreas da Bahia esteve intimamente associada à expansão de diferentes atividades econômicas. Por suas características próprias, estas se desenvolveram à base de grandes propriedades – caso da cana-de-açúcar, do fumo e do cacau, no Litoral, do gado e do cultivo de algodão, no Semi-Árido e da soja, no Cerrado. Note-se também que, à exceção da pecuária, desenvolvida subsidiariamente à lavoura canavieira, todos os principais produtos agrícolas do estado se destinavam à exportação e utilizaram basicamente o braço escravo – excluindo-se a soja que, por ter sido implantada no século XX, se serve não de mão-de-obra escrava mas de *bóias-frias*, embora em pequena quantidade, visto que se constitui em atividade intensiva em tecnologia e altamente mecanizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 57.
- CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste: seca, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Nacional, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1963. t.1, p. 68.
- IBGE. *Enciclopédia dos Municípios: Bahia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v.21.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. *Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*, I parte. 2. ed. Salvador: IPAC, 1982.
- _____. *Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios do Litoral Sul*. Salvador: IPAC, 1988.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. *Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina*. 2. ed. Salvador: IPAC, 1997.
- _____. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. Salvador: SCT/ PEAT, 1999.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Oeste*. Salvador: SEI, 2000. 124 p. (Série estudos e pesquisas, 49).

DESEMPENHO DA ECONOMIA BAIANA NOS ÚLTIMOS 50 ANOS: UMA ANÁLISE COM BASE NAS GRANDES ÁREAS

LUÍS ANDRÉ DE AGUIAR ALVES*

BREVE HISTÓRICO

A economia baiana caracterizou-se como agro-exportadora até a primeira metade do século XX. Na segunda metade, atrelada ao processo da industrialização brasileira, ocorreram mudanças significativas em sua matriz produtiva. No entanto, mantiveram-se as características concentradoras do modelo anterior, não só do processo de industrialização como do desenvolvimento.

Os fatores favoráveis ao desenvolvimento das atividades econômicas do período colonial propiciaram, à área do litoral, a concentração de boa parte dessas atividades. O clima, o solo fértil e a facilidade para escoar a produção permitiram a instalação da agricultura de exportação colonial com a introdução da cultura da cana-de-açúcar ao redor da Baía de Todos os Santos.

No interior, (na região do Semi-Árido), o modelo agro-exportador se mostrou ineficiente, adotando-se uma economia de auto-abastecimento caracterizada pela policultura, vinculada ao atendimento do mercado interno, principalmente da zona agro-exportadora.

Essas duas estruturas econômicas definiram a forma de ocupação e povoamento do Estado durante o período colonial, intensificando o processo de urbanização do litoral (agro-exportador) e determinando para o interior um povoamento rarefeito e especificamente rural. Esse modelo de urbanização, ligado à economia exportadora, vigorou até o início do século XX e adentrou o território através das atividades mineradoras, dando origem às cidades históricas da Chapada Diamantina. Essa dualidade foi determinante para o processo de acumulação e de desenvolvimento econômico do Estado, principalmente em seu processo de industrialização.

Nas primeiras décadas do século XX, a economia baiana ainda possuía fortes traços dessas características. Embora a cultura da cana-de-açúcar estivesse em declínio, ainda se constituía em uma das principais atividades econômicas da Bahia, seguida por outras também voltadas para o mercado externo como: a cultura do fumo, a produção de couro e peles, a mamona, o sisal e o cacau – que, no litoral sul, já despontava como atividade bastante próspera. Carente de capital e infra-estrutura, e sem condições de concorrer com

* Economista da SEI e mestrando em Economia na UFBA. luisandre@sei.ba.gov.br

o desenvolvimento do Sudeste brasileiro, restou à economia baiana se inserir de forma periférica no panorama nacional (ALMEIDA, 1952).

Embora em evidente desvantagem em relação ao sudeste do país, a economia baiana mostrava – na primeira metade do século XX – traços dinâmicos que lhe permitiam certa influência no plano nacional, devido, principalmente, ao desenvolvimento da cacauicultura que representava um percentual significativo na pauta de exportações brasileira. Por outro lado, a descoberta de petróleo, no Recôncavo, abriu uma nova vertente para o crescimento econômico.

Em 1940, a Bahia, nas lavouras tradicionais, produzia 95% do cacau, 30% do fumo, 20% do algodão e apenas 7% do açúcar fabricado no País. Em termos de energia o Estado apresentava um potencial hidráulico considerável, porém ainda pouco explorado. A mão-de-obra era abundante, mas desqualificada; 73% da população não sabiam ler nem escrever (PAIVA, 1952).

Em relação à distribuição no território estadual, 50% da população concentravam-se em torno da Baía de Todos os Santos e na região de Ilhéus e Itabuna. No Além São Francisco, a densidade demográfica de 2,00 hab/km² impedia o surgimento de qualquer atividade econômica significativa, para os padrões tecnológicos da época. Uma forte emigração masculina, principalmente em busca de emprego, para o Estado de São Paulo, tornava a população estadual predominantemente feminina e jovem, sobretudo nas regiões do Semi-Árido e no Além São Francisco. Diante da fragilidade da economia estadual, a emigração era vista como a única saída.

A nosso ver, a migração, solução mais imediata do povo, é a solução respeitável. Deve ser mantida e até estimulada e dirigida, enquanto não for possível modificar radicalmente o sentido e a importância da produção [...] (PAIVA, 1952).

A conjuntura econômica, na primeira metade do século XX, gerou uma insatisfação das elites locais, por falta de acesso ao processo de industrialização brasileiro, deflagrado a partir de 1930 no Sudeste do País. A cacauicultura concentrava, ainda, boa parte do PIB baiano, permanecendo, portanto, o modelo agro-exportador do período colonial, responsável por boa parte da riqueza do Estado.

Em 1950, o debate em torno do chamado “enigma baiano”, ganhou força. Muitas foram as causas encontradas para justificar o atraso na industrialização da Bahia. Entre outras citavam-se: o baixo poder aquisitivo do mercado local, o capital agro-exportador que se opunha ao crescimento da indústria, a mão-de-obra pouco qualificada, a inexistência de poupança interna, a falta de insumos básicos e de mercado consumidor local, etc. Contudo, poucas foram as propostas para a inserção da Bahia no processo industrial brasileiro (AGUIAR, 1958).

Fortaleceu-se, então, a tese da complementaridade econômica. Dessa forma, caberia à Bahia abrigar os setores industriais que não estivessem im-

plantados no Sul e Sudeste do País. Com isso, os investimentos industriais realizados no Estado contribuiriam para o fortalecimento da economia brasileira sem concorrer com as indústrias do Sudeste.

A opção por esse tipo de inserção levou a economia estadual a uma dependência maior da economia nacional. Em consequência, verificou-se uma estagnação relativa do PIB baiano em relação ao PIB brasileiro em torno de 4,5% (AZEVEDO, 2000).

Os setores onde a atividade econômica se desenvolveu, nesse período, foram marcadamente influenciados pelo planejamento estatal, que, através de subsídios, isenções de impostos, doações de terrenos e financiamentos, procurou atrair investimentos de capitais privados. Quando não recorria a esses expedientes, o próprio Governo assumia o papel de investidor e sócio dos capitais privados, principalmente nos grandes empreendimentos, em que a participação do Governo Federal, através das agências de fomento, teve um papel fundamental.

O Estado também teve papel relevante na construção de infra-estrutura necessária a tais investimentos, responsabilizando-se pela construção de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, além de ampliar a oferta de energia e qualificar a mão-de-obra. O grande problema foi que esses gastos governamentais concentraram-se na Região Metropolitana de Salvador (RMS) acirrando ainda mais as desigualdades econômicas e sociais do estado.

GRANDES ÁREAS DA BAHIA: ASPECTOS ECONÔMICOS

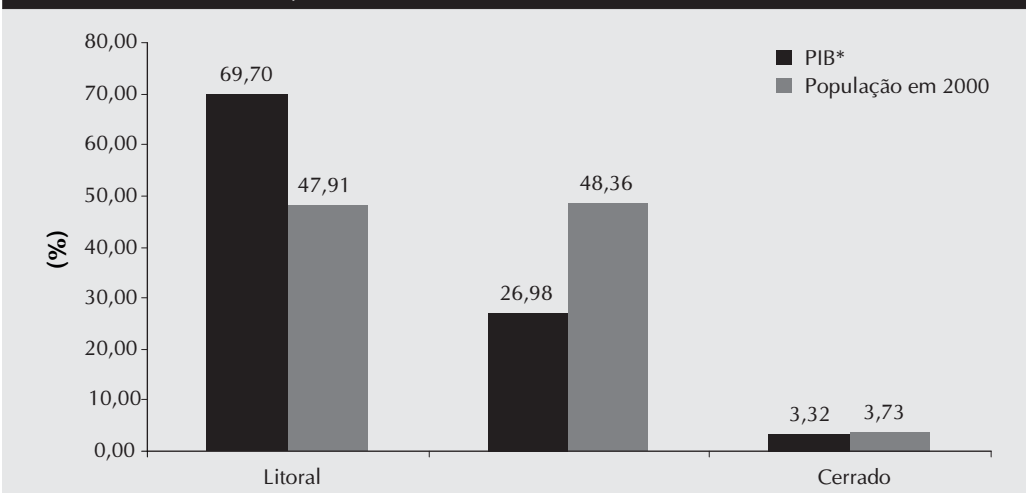
De acordo com a metodologia deste trabalho, a Bahia foi dividida em três grandes áreas: Litoral, Semi-Árido e Cerrado. A análise econômica dessas áreas não pode perder de vista o processo histórico de povoamento do estado, que ocorreu no sentido litoral-interior. Dessa forma, a dinâmica da economia capitalista, em seu desenvolvimento no território estadual, seguiu o mesmo sentido, ficando inicialmente restrita ao Litoral, e só integrando a área do Cerrado no último quartel do século XX.

O Gráfico 1 mostra a participação do PIB e da população das grandes áreas. Observa-se que o Litoral contribui com 69,7% do PIB estadual, e concentra 47,9% da população; o Cerrado, com 3,3% do PIB e 3,7% da população, enquanto o Semi-Árido, que concentra 48,3% da população, participa com apenas 26,9% do PIB estadual.

Aspectos econômicos do Litoral

Como visto anteriormente, o Litoral é a região que concentra a maior parte da atividade econômica do Estado. Essa concentração teve início a partir da colonização, devido a fatores naturais da região que favoreciam a agricultura de exportação. No entanto, na última metade do século XX, a política de

Gráfico 1

Participação no PIB e na População
Bahia - Grandes Áreas, 2000

Fonte: IBGE, SEI
* PIB dos Municípios em 1998, SEI

integração econômica nacional procurou diversificar as atividades produtivas, incentivando o crescimento econômico por meio de intervenções estatais.

A indústria, o setor mais beneficiado pelas políticas governamentais, concentrava-se, na primeira metade do século XX, em ramos pouco expressivos em termos de agregação de valor e de capital – segmento alimentício e pequenas metalurgias. Esse quadro começou a mudar a partir da década de 50, quando a indústria química começou a se expandir, aproveitando-se da exploração do petróleo no Recôncavo baiano.

As atividades de exploração, produção e refino do petróleo, no Recôncavo, propiciaram a criação da infra-estrutura necessária para atender o parque petrolífero, e durante bom tempo a expansão dessas atividades dinamizou a economia da RMS. Através dos gastos em investimento e do pagamento de salários, a exploração do petróleo começou a modificar a estrutura econômica do Estado, aumentando as condições para a expansão do comércio de bens duráveis e obras de infra-estrutura para a implantação de novas indústrias na RMS.

No início da década de 1960, a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) recuperava o prestígio político desta região, fortalecendo as condições para a desconcentração geográfica da indústria no País. Nessa época, a industrialização na Bahia ainda era incipiente, já que 2/3 das atividades industriais concentravam-se segmentos alimentício, têxtil e fumageiro (FUNDAÇÃO COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO, 1960).

O processo de desenvolvimento industrial baiano, mais uma vez, se concentrou no entorno de Salvador. Em 1966, foi criado o CIA (Centro Industrial

de Aratu), onde, além dos incentivos fiscais e financeiros, as indústrias recebiam boa parte da infra-estrutura necessária para sua implantação. Nessa fase consolidou-se boa parte do crescimento industrial do Estado, que, a partir de meados da década de 1970, ganhou um novo impulso com a implantação do COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari).

Na década de 1970, o segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) propiciava o aumento da produção de insumos básicos e bens intermediários fundamentais para o crescimento industrial brasileiro.

A substituição das importações, principalmente de produtos petroquímicos garantiu à Bahia – o maior produtor nacional de petróleo, já possuindo uma refinaria –, a vantagem que o qualificava tecnicamente para abrigar novos investimentos no setor.

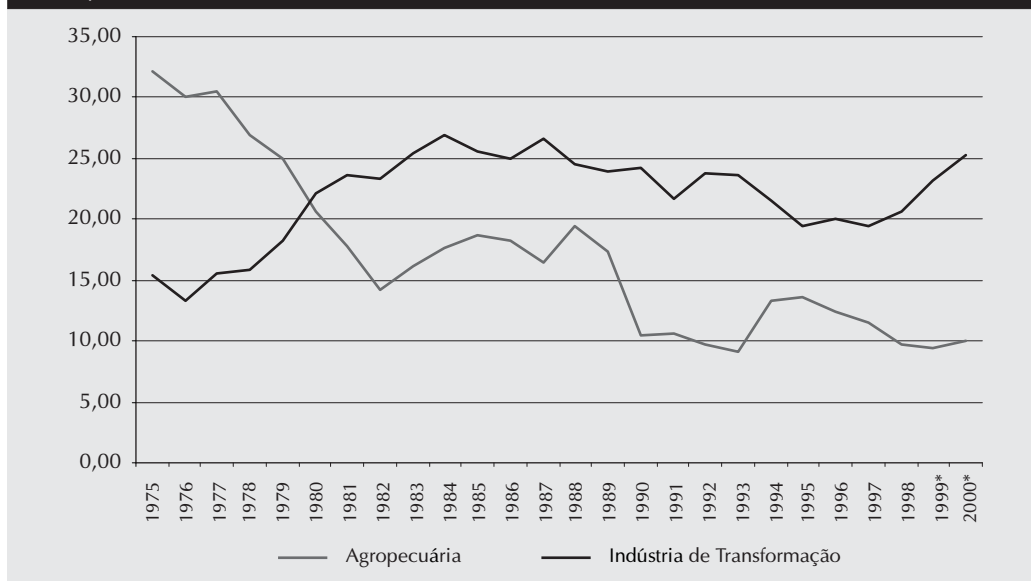
Mais uma vez, o Governo assumiu o papel de empreendedor, implantando um modelo tripartite, no qual integrava a composição acionária das empresas petroquímicas que se instalariam em Camaçari, associando-se ao capital nacional e estrangeiro, responsável, este, pelo fornecimento da tecnologia. Além disso, o Estado utilizou-se de incentivos fiscais, financiamentos e subsídios para tornar os investimentos ainda mais atraentes aos capitais privados.

A magnitude dos investimentos realizados em Camaçari, nos anos 1970, repercutiu fortemente sobre Salvador e região metropolitana, época em que novas áreas urbanas se consolidaram. A criação de uma classe média, com rendimentos suficientes para o consumo de bens duráveis, aqueceu a indústria de construção civil na capital. Nesse contexto, bairros como Pituba e Imbuí cresceram rapidamente. Nos bairros de classe média, mais antigos, passou-se a verificar um intenso processo de verticalização. Nos municípios próximos da capital proliferaram os condomínios de classe média, a exemplo de “Vilas do Atlântico” e “Encontro da Águas”, em Lauro de Freitas, “Interlagos”, em Camaçari, e muitos outros.

O Gráfico 2 mostra o significado da instalação do COPEC na estrutura do PIB baiano. Observa-se que, até 1975, a produção agropecuária era mais significativa que a produção da indústria de transformação. Porém, no início da década de 1980, esta superou a produção agropecuária como o setor mais dinâmico da economia, chegando a responder por mais de 25% do PIB em algumas ocasiões. Entre 1975 e 1985 a participação da indústria de transformação no PIB estadual se mostrou crescente, período que coincide com a implantação e maturação dos investimentos industriais no COPEC. A partir de 1985, a participação industrial no PIB passou a oscilar conforme a dinâmica da economia nacional e internacional, visto que os novos investimentos na área já não tinham grande repercussão no PIB setorial.

Gráfico 2

Participação da Indústria de Transformação e da Agropecuária no PIB
Bahia, 1975-2000



Fonte: SEI

No entanto, em termos de dinamização da economia, os investimentos do COPEC não foram capazes de criar uma indústria de bens de consumo em torno de si. Dessa forma, em Camaçari, tais investimentos se destacaram como intensivos de capital, com baixa absorção de mão-de-obra. As indústrias químicas de 2ª e 3ª gerações não se instalaram na Bahia, e nem a indústria termoplástica de bens finais se desenvolveu plenamente. As indústrias metalmeccânicas, que se desenvolveram nesse período, estavam ligadas apenas ao atendimento da demanda de materiais e equipamentos necessários às atividades de produção e refino de petróleo e à própria indústria petroquímica.

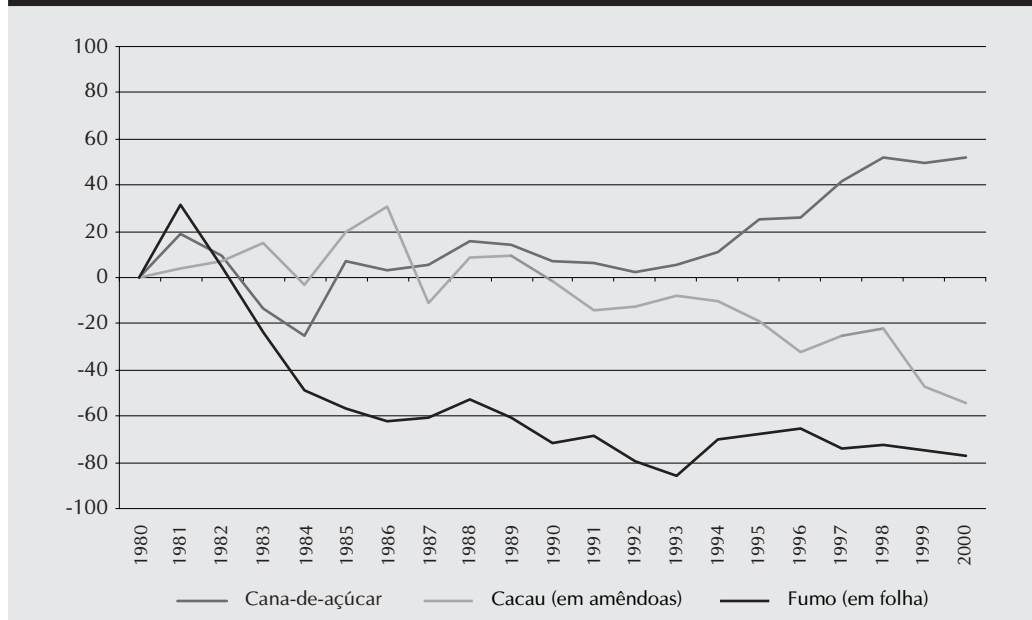
Na década de 1990 ocorreram alguns investimentos industriais, principalmente no setor de celulose, no Extremo Sul do Estado (empresas Bahia Sul Celulose e Vera Cruz Florestal), ou seja, longe da RMS e Recôncavo, mas ainda no litoral. Os custos neste setor são bastante estratégicos para a concorrência, criando a necessidade de implantar fábricas em locais onde as terras tenham preços baixos, dando margem à própria empresa investir no setor florestal. Logo o deslocamento dessas atividades para determinada região segue uma necessidade estratégica do próprio setor, no qual o fomento governamental não é determinante para a escolha do local de instalação. No Extremo Sul do Estado, a indústria de celulose encontrou o cenário ideal para sua implantação, visto que o preço da terra e a produtividade alcançada nas plantações de eucalipto tornaram os investimentos muitos atrativos¹. No Litoral Norte do Estado também houve reflorestamento com eucalipto, porém a produção foi voltada para a exportação.

¹ Segundo Carneiro (1994), o eucalipto cresce no Brasil, em média, a 30 m³/ha/ano, enquanto na África do Sul a 18 m³/ha/ano, e em Portugal a 10 m³/ha/ano. Nessas condições o ciclo de corte no Brasil fica em torno de 7 anos enquanto nos outros países fica em torno de 20 a 30. Na Suécia esse ciclo pode chegar a 70 anos.

Em relação à agricultura é preciso ressaltar que as culturas tradicionais de exportação, localizadas no litoral, vêm apresentando nos últimos anos uma redução da produção, exceto a lavoura da cana-de-açúcar, que mostra sinais de recuperação na última década (Gráfico 3).

Gráfico 3

**Variação da Produção das Culturas Tradicionais de Exportação
Bahia – Litoral, 1980-2000**



Fonte: IBGE, PAM
* Ano base 1980

A crise internacional do cacau, em conjunto com a “vassoura de bruxa” – praga que assolou as plantações do sul do Estado a partir de 1990 –, fizeram despencar a produção cacaueira ao longo da década. Mas, a despeito dessa grave crise, o cacau continuou sendo uma das principais lavouras, representando 6,78% do valor bruto da produção (VBP) agrícola do estado em 2000.

Destacaram-se, na fruticultura, o cultivo do mamão, da laranja e do coco-da-baía, com valor bruto da produção superiores a 8% do VBP das lavouras permanentes do estado.

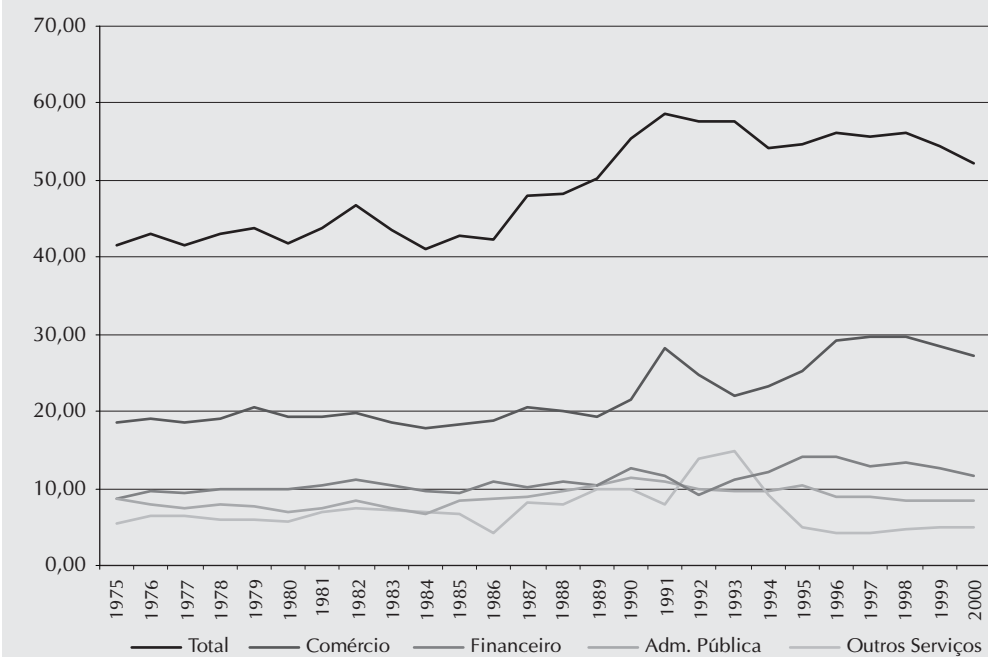
Em relação aos serviços é importante salientar que dificuldades metodológicas impediram uma análise mais minuciosa do setor serviços, em cada uma das três grandes áreas: Litoral, Semi-Árido e Cerrado.

No entanto, considerando-se os dados estaduais, observa-se que os serviços passaram a ter maior participação no PIB da Bahia após a implantação do setor petroquímico, a partir de meados da década de 1980 (Gráfico 4), o que aponta para uma correlação entre os serviços e o crescimento da renda. Contudo, a partir do mesmo período, acentua-se a crise econômica brasileira, e nesse caso o aumento do setor de serviços poderia estar ligado à desestruturação da produção nos outros setores e fundamentado no crescimento da informalidade.

O Gráfico 4 mostra a evolução da participação dos serviços no PIB baiano. Observa-se, nele, a estabilidade da participação do comércio em torno de 10% durante o período, o pequeno crescimento da participação dos serviços públicos e a flutuação do setor financeiro.

Gráfico 4

**Participação do Setor de Serviços no PIB Baiano
Bahia, 1975-2000**



Fonte: SEI

A tendência crescente dos outros serviços não pode ser tratada em detalhes por falta de maiores informações. No entanto, neste grupo estão incluídos os serviços privados de educação e saúde, aluguéis, profissionais liberais, alimentação e turismo. Todas essas atividades mostram-se bastante promissoras na última década, sendo que o turismo foi considerado um dos principais eixos de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro, recebendo incentivos governamentais através do PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo.

A atividade turística no Litoral cresceu bastante nos últimos anos, com investimentos estatais e privados. No Litoral Sul do Estado a atividade tem crescido como alternativa à crise do cacau. Nessa região já se consolidou o pólo turístico de Porto Seguro, e vêm se desenvolvendo pequenos pólos satélites, sendo a atividade também incentivada pelos municípios litorâneos. Na RMS a recuperação do patrimônio histórico e os investimentos infra-estruturais permitiram o crescimento da atividade. No Litoral Norte os investimentos realizados na chamada “Costa do Sauípe” criaram um novo vetor de crescimento para o turismo em área até há pouco tempo bastante isolada.

Contudo, apesar de o Litoral ter a economia mais dinâmica, dentre as três grandes áreas da Bahia, sua desigualdade interna é muito grande. A RMS

concentra boa parte dos investimentos, principalmente das indústrias intensivas de capital, pois esta é a área que possui a melhor infra-estrutura para receber tais empreendimentos. Atualmente, com a instalação de uma indústria automotiva, a tendência é aumentar a concentração de investimentos industriais na região.

Aspectos econômicos do Semi-Árido

O Semi-Árido se caracteriza pela baixa produtividade em relação às demais áreas do Estado. Sendo tradicionalmente agrícola em uma área onde a aptidão climática para esta atividade é bastante limitada. Boa parte de sua população reside na zona rural e seus centros urbanos, geralmente de pequeno porte, não possuem estrutura suficiente para abrigar atividades econômicas mais complexas. Essas condições têm limitado bastante as possibilidades de crescimento do Semi-Árido.

De modo geral, houve algum empenho governamental para romper essa inércia e levar o processo de industrialização para o interior da Bahia. A criação de distritos industriais, próximos dos centros urbanos mais expressivos – a exemplo do CIA (Centro Industrial de Aratu) em Simões Filho –, não foi capaz de descentralizar o processo de industrialização, em parte, por falta de economias de aglomeração suficientes para atender às necessidades do modelo industrial vigente na metade do século XX. As indústrias que se implantaram no interior do Estado, entre 1950 e 1990, caracterizavam-se pela dependência da proximidade de matérias-primas – como no caso da mineração e agroindústrias –, ou pequenos empreendimentos que possuíam as escalas de vendas limitadas aos pequenos mercados regionais.

Os dados mais recentes em relação à estrutura industrial do Semi-Árido são do último censo industrial realizado pelo IBGE, em 1985. Um estudo de Menezes, 1995 (Tabela 1), com base nesse censo, mostrou dados colhidos nos 253² municípios do Semi-Árido baiano, os quais possuíam 54,97%

Tabela 1

**Participação Por Número de Estabelecimentos Industriais, Emprego, Salário, Valor da Produção e Valor da Transformação
Bahia - Semi-Árido, 1985**

Área/Município	Estabelecimento	Emprego	Salário	Valor da Produção	Valor da Transformação
Semi-Árido s/distrito	42,37	20,83	10,52	4,36	5,56
Semi-Árido c/distrito	12,60	11,04	5,25	3,41	4,38
Jequié	1,47	1,52	0,55	0,34	0,39
Juazeiro	1,17	1,59	0,78	0,73	1,08
Vitória da Conquista	4,97	2,40	0,80	0,26	0,35
Feira de Santana	4,99	5,53	3,13	2,08	2,56
Total Semi-Árido	54,97	31,87	15,77	7,77	9,94
BAHIA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Menezes, 1995

² Nesse caso a definição do Semi-Árido segue a metodologia adotada por Menezes, 1995.

dos estabelecimentos industriais do Estado, sendo que os localizados nos municípios com distritos industriais (Jequié, Juazeiro, Vitória da Conquista e Feira de Santana) correspondiam a 12,60% do total de estabelecimentos industriais da Bahia.

No tocante ao emprego industrial, o Semi-Árido baiano representava 31,87% do total da Bahia, sendo 20,83% dos empregados nos municípios sem distrito, e 11,04% nos municípios com distrito industrial. Entre estes, destacava-se o de Feira de Santana, com 5,53% da mesma proporção, ou seja, representando, sozinho, 50% do emprego industrial dos municípios com distrito.

O fato de os municípios com distrito industrial representarem cerca de 35% dos empregos industriais do Semi-Árido – em torno de 23% dos estabelecimentos –, aponta para uma formação industrial mais sólida, em relação ao restante do Semi-Árido, onde predominavam as pequenas indústrias. No caso de Feira de Santana a política de distritos industriais no interior teve maior êxito, devido ao porte da cidade (a segunda maior do Estado), sua localização privilegiada – principal entroncamento rodoviário do Estado – e sua proximidade da Região Metropolitana de Salvador.

O valor da produção industrial do Semi-Árido baiano era de 7,77% do valor da produção estadual, sendo que os municípios sem distrito industrial eram responsáveis por 43,88% da produção, apontando para uma concentração naqueles que possuíam distritos industriais, representando mais da metade da produção industrial da área. Esses municípios possuíam maior porte demográfico em relação aos outros, evidenciando que o processo industrial do Semi-Árido possuía uma relação direta com a concentração urbana. Além disso, tal indústria se caracterizava pela baixa remuneração, visto que possuía cerca de 32% do emprego industrial do Estado e representava apenas cerca de 16% da massa salarial da indústria baiana.

A abertura econômica do País no início dos anos 90 criou novas oportunidades de desenvolvimento industrial para o Semi-Árido através do processo de descentralização econômica. Nesse contexto a industrialização difusa permitiu a implantação de novas indústrias na região. O conceito de industrialização difusa pressupõe reduzida concentração espacial da indústria, que se espalha por pequenas cidades com unidades de pequeno porte, em um processo fragmentado de produção, tendo como principais vantagens a localização fora dos grandes centros – onde a atividade sindical é forte e estruturada –, permitindo a contratação de trabalhadores por salários menores, através de formas mais flexíveis de contratação.

Dessa forma, na segunda metade da década de 1990, algumas indústrias, principalmente de calçados, se instalaram no interior da Bahia, para fugir dos centros tradicionais do Sul do País. Tiveram como estratégia a dispersão das unidades em vários municípios do Estado, procurando não se concentrar em uma única região, a fim de inibir o fortalecimento de sindicatos. Além disso, contaram com amplos incentivos estaduais e municipais para a

instalação de seus projetos. No entanto, ainda não se pode dimensionar seus efeitos sobre a economia do Semi-Árido, por falta de estatísticas mais atualizadas.

Na agricultura do Semi-Árido, nos últimos vinte anos, destacou-se o crescimento da fruticultura nos perímetros irrigados do São Francisco – pólo fruticultor de Juazeiro e Petrolina – e em alguns casos na Chapada Diamantina. A adoção de novas tecnologias e a agroindustrialização do setor têm permitido alta produtividade à fruticultura na região, que exporta boa parte de sua produção.

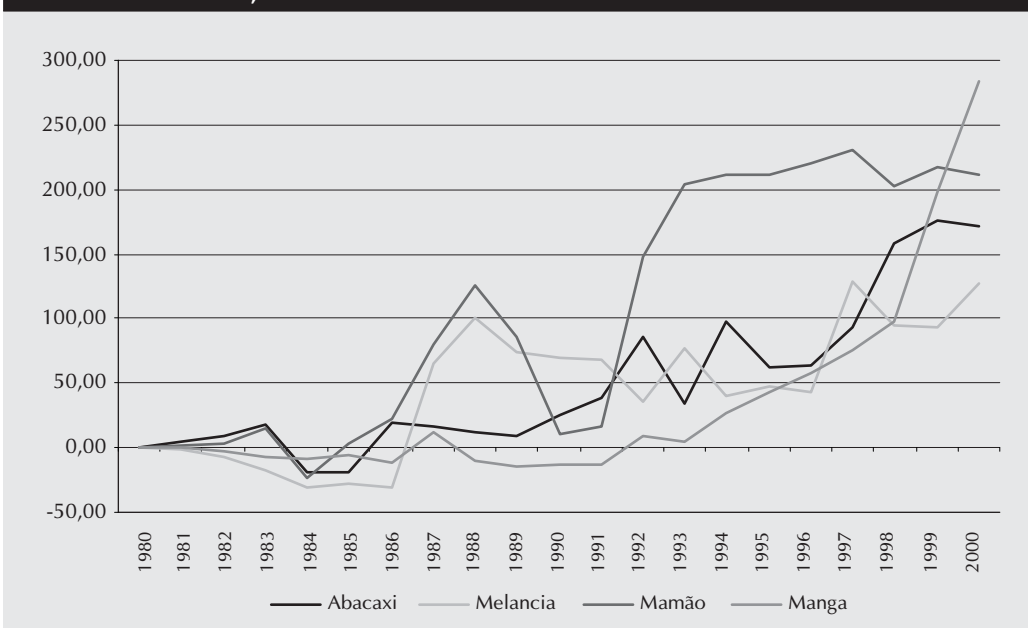
Os Gráficos 5 e 6 mostram o comportamento das principais culturas frutíferas na Bahia, nos últimos vinte anos. Observa-se que seu crescimento começa a partir de meados da década de 1980, porém os ritmos de produção na década de 1990 foram mais intensos, destacando-se a produção de manga, melão e abacaxi.

Contudo, nada se compara à produção de uvas (Gráfico 6), que, de apenas 160 toneladas produzidas em 1980, passou a 68,3 mil toneladas no ano 2000. Além disso, esse incremento na produção foi acompanhado de significativa melhora da qualidade dos frutos. Atualmente a região começa também a se destacar nacionalmente como centro produtor de vinho.

As culturas agrícolas tradicionais do Semi-Árido não apresentaram o mesmo desempenho da fruticultura. Pelo contrário, a evolução da produção nas últimas duas décadas, aponta para a manutenção de um modelo agrícola de baixa produtividade, com poucos investimentos, e quase sempre subordinado às variações do clima.

Gráfico 5

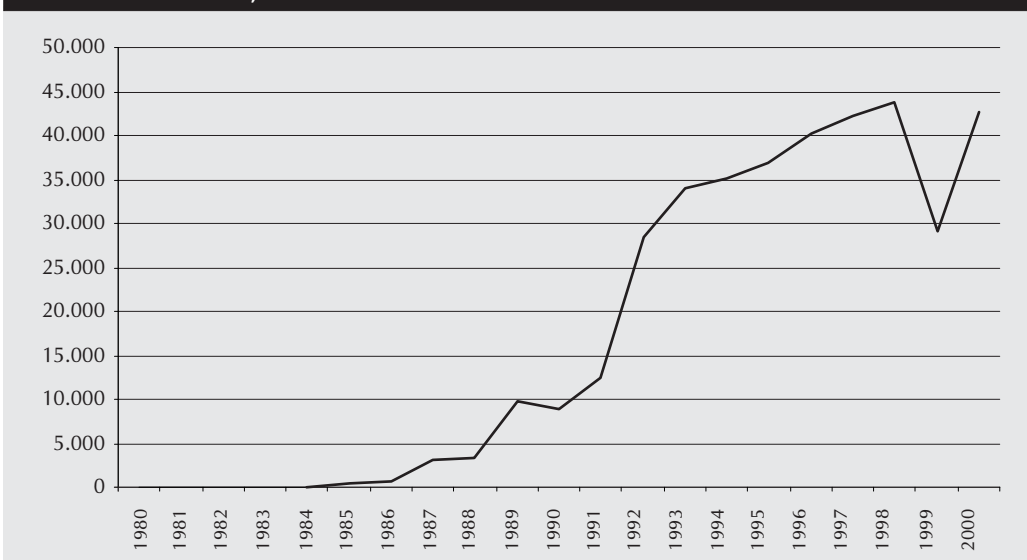
Varição da Produção Frutícola Bahia - Semi-Árido, 1980-2000



Fonte: IBGE - PAM, ano base 1980

Gráfico 6

**Variação da Produção de Uva
Bahia - Semi-Árido, 1980-2000**

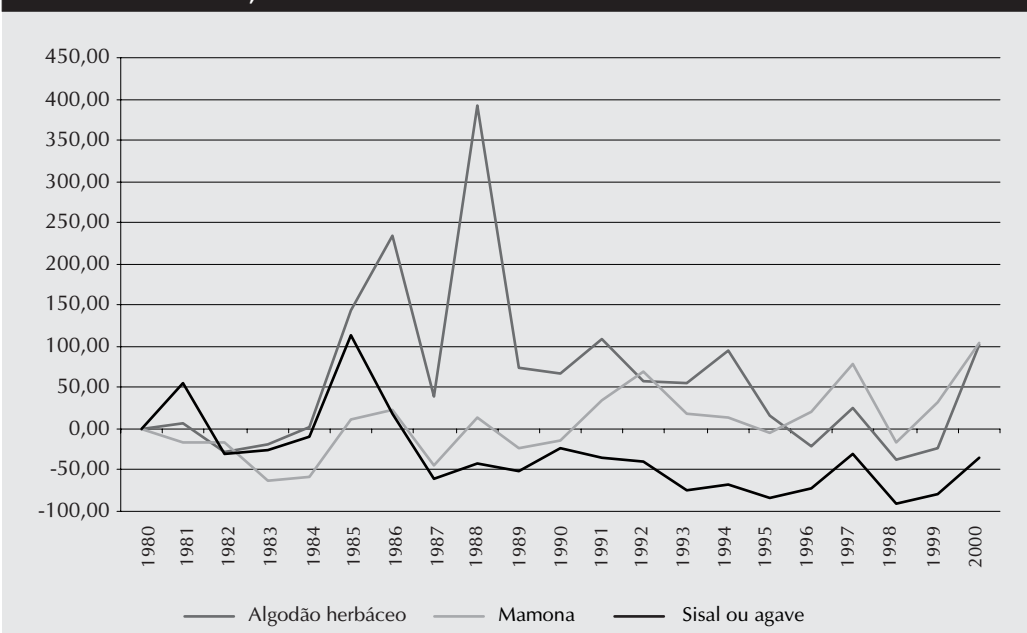


Fonte: IBGE - PAM, ano base 1980

É o caso, por exemplo, das culturas de algodão, mamona e sisal (Gráfico 7), que, além de apresentar baixa produtividade, tiveram que concorrer com novos produtos sintéticos durante o período. Observa-se que a produção de sisal apresentou tendência declinante no período, enquanto as produções de mamona e algodão foram mais estáveis. A produção de algodão teve um aumento significativo em alguns momentos da década de 1980, porém durante a década de 90 vem se mantendo estável.

Gráfico 7

**Variação da Produção das Lavouras Tradicionais
Bahia - Semi-Árido, 1980-2000**

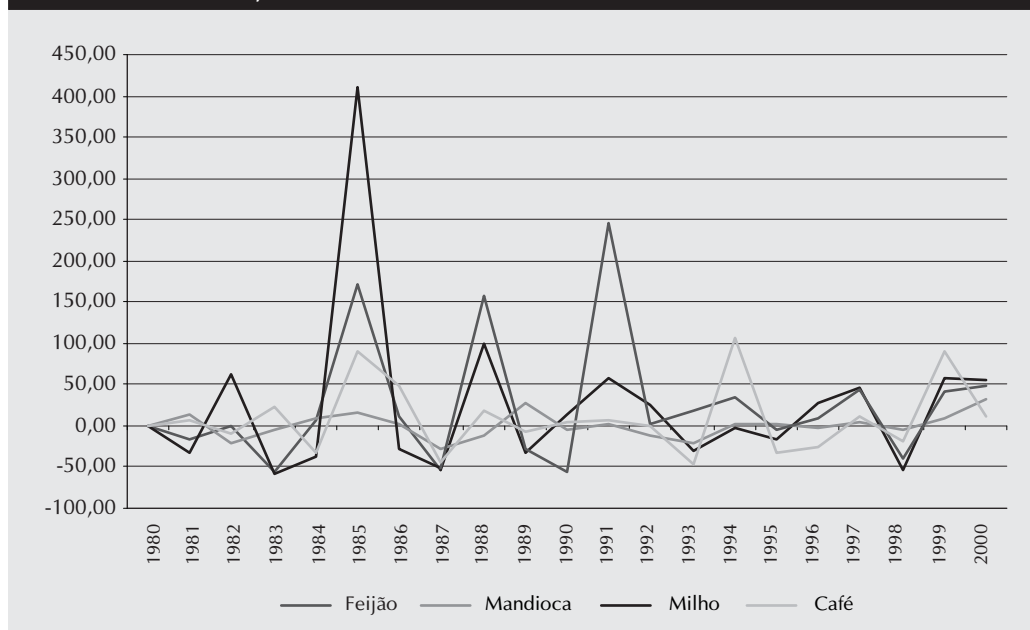


Fonte: IBGE - PAM, ano base 1980

O Gráfico 8 mostra o comportamento das culturas de feijão, mandioca, milho e café, entre 1980-2000. Observa-se a alta correlação entre a produção de milho e feijão evidencia o tradicional plantio consorciado dessas duas culturas no Semi-Árido baiano. No entanto, essa produção é acompanhada de grande oscilação devido às flutuações climáticas, que nem mesmo a mecanização e o aporte de créditos agrícolas – especialmente na região de Irecê, principal centro produtor –, foram capazes de minimizar. Porém, é preciso ressaltar que, em 2000, as culturas de feijão e milho eram responsáveis por 8,75% e 6,80% do valor bruto da produção agrícola do Estado.

Gráfico 8

**Varição da Produção das Lavouras Tradicionais
Bahia - Semi-Árido, 1980-2000**



Fonte: IBGE - PAM, ano base 1980

Em relação à mandioca, observa-se uma produção praticamente constante ao longo do período. Essa é uma lavoura que se caracteriza pelo emprego principalmente da agricultura familiar com baixa produtividade. No entanto, por ser praticada de forma generalizada por pequenos produtores, a mandioca, em 2000, era o principal produto agrícola do Estado com 15,9% do valor bruto da produção.

Já o café foi a única cultura instalada na região mediante fortes incentivos governamentais. Através de uma política de ampliação das regiões produtoras de café, implementada pelo antigo IBC (Instituto Brasileiro do Café) com incentivos do PRRC (Programa de Renovação das Regiões Cafeeiras), selecionaram-se alguns municípios, como áreas aptas para cafeicultura, em meados da década de 1970. Contudo, a baixa produtividade do café do Semi-Árido tornou o produto pouco competitivo, levando a produção a flutuar em função do preço obtido no mercado internacional.

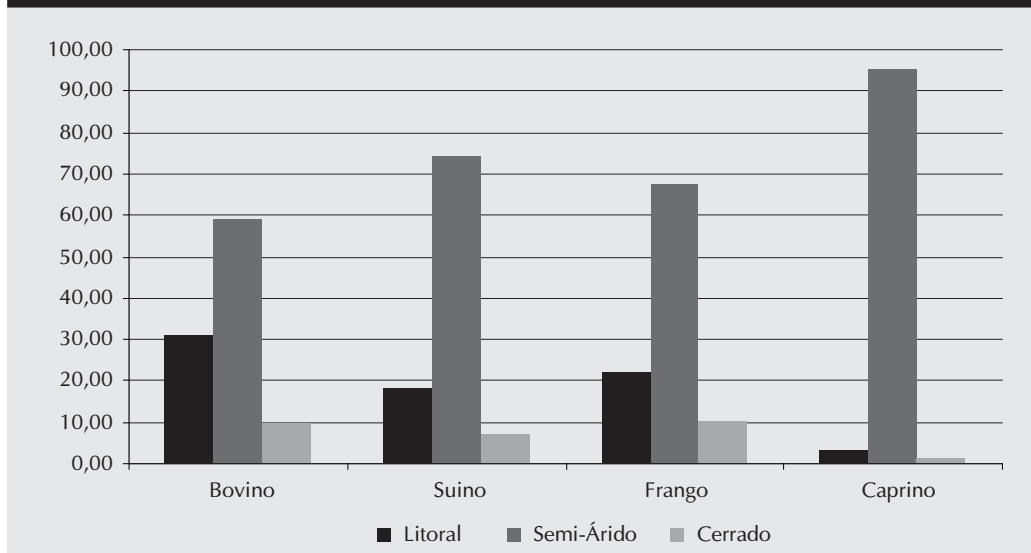
O setor de serviços não possuía grande representatividade, sendo na sua maioria formado, principalmente, pelo pequeno comércio local. O turismo

ecológico se desenvolve na Chapada Diamantina, sobretudo nos municípios históricos. Contudo, o vetor de crescimento dessa atividade é bastante limitado, devido à necessidade de preservação ambiental. Na maioria das vezes, são impostas limitações ao fluxo de visitantes aos locais preservados.

Mas o grande destaque da economia do Semi-Árido é a pecuária. O Gráfico 9 mostra as principais criações da Bahia distribuídas por área, percebendo-se, nele, que o Semi-Árido concentra cerca de 60% do rebanho bovino, mais de 90% do rebanho caprino e mais de 60% da criação de suínos e frangos. Em relação ao gado bovino, o reconhecimento da Bahia como área livre da febre aftosa abre novas perspectivas para os criadores da região, pois amplia as oportunidades para a exportação da carne.

Gráfico 9

Participação dos Rebanhos Bovinos, Suínos, Frangos e Caprinos Por Áreas Bahia, 2000



Fonte: IBGE, PAM

No entanto, é preciso salientar que os rebanhos do Semi-Árido caracterizam-se por sua baixa produtividade e seu baixo nível de precocidade, sendo essencialmente uma atividade extensiva.

Aspectos econômicos do Cerrado

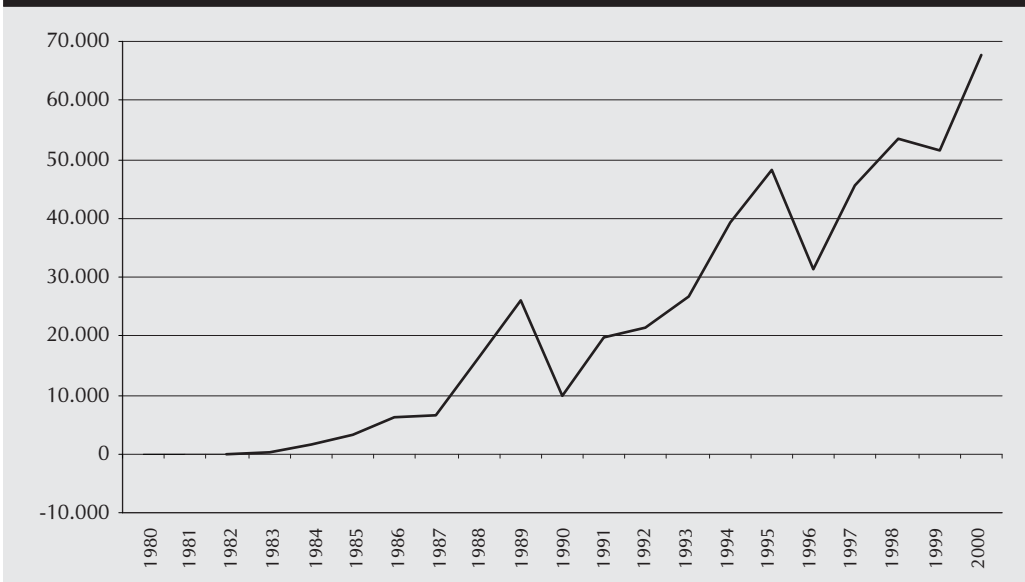
A região do Cerrado foi a última a se integrar dinamicamente à economia baiana. Historicamente essa região sempre foi conhecida como Além São Francisco. Seu povoamento rarefeito e suas cidades de pequeno porte só permitiam o desenvolvimento de atividades ligadas ao comércio regional. Apenas os municípios de Barreiras e Santa Maria da Vitória possuíam certa relevância, por sediar uma série de órgãos estaduais e federais.

O ponto de partida para o desenvolvimento econômico do Cerrado ocorreu no final da década de 1970, quando, através do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), o Governo Federal incentivou o cultivo de grãos, principalmente da soja no Oeste baiano.

O Gráfico 10 mostra a variação da produção de soja no Cerrado baiano entre 1980 e 2000. Sem dúvida, foi o produto agrícola cuja produção mais cresceu nas últimas duas décadas do século passado, alcançando, em 2000, 12,4% do valor bruto da produção agrícola do Estado, superado apenas pela mandioca.

Gráfico 10

**Variação da Produção de Soja
Bahia - Cerrado, 1980-2000**



Fonte: IBGE - PAM, ano base 1980

A lavoura de grãos no Cerrado possui grande produtividade, sendo altamente mecanizada e intensiva na utilização de insumos agrícolas (adubos, defensivos, irrigação e corretores de solo). Abrange principalmente os municípios de Barreiras, São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto e Jaborandi.

Para atender à demanda desses insumos foi criada toda uma infra-estrutura comercial e logística, além da implantação de novas estradas. Assim, o crescimento dos serviços ligados à moderna agricultura foi centralizado na cidade de Barreiras, que é, atualmente, o grande centro econômico do Cerrado e também uma das maiores cidades baianas. Em Barreiras encontram-se os fornecedores de máquinas e implementos agrícolas, bem como boa parte dos transportadores e compradores da produção.

Atualmente a produção de grãos no Cerrado vem se diversificando com a implantação de culturas como a de café, milho, arroz e fruticultura. Além disso, parte da produção de soja já está sendo industrializada na própria região, criando novas oportunidades de crescimento econômico.

Porém, é preciso salientar que o potencial produtivo da região ainda não foi todo explorado. A ampliação dessa capacidade produtiva requer maiores investimentos em infra-estrutura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Pinto de. *Notas sobre o enigma baiano*. Salvador: CPE, 1958 (Desenvolvimento econômico regional, n. 3).

ALMEIDA, Paulo Henrique de. Passado e futuro dos serviços: O caso da RMS. *Bahia Análise & Dados: leituras da Bahia II*. Salvador, SEI, v 10, n. 1, p.68-86, jun. 2000..

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Economia e Finanças.*, Salvador, 1952.

_____. *Voltado para o futuro*. Fortaleza. BNB, 1986. (entrevistas concedidas a grupos de trabalho da ASEB)

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielle de. Economia e Mercado de trabalho na RMS: uma abordagem de longo prazo. *Bahia Análise & Dados: leituras da Bahia II*. Salvador, SEI, v 10, n. 1, p. 49-67, jun.2000.

CARNEIRO, Roberto A. Fortunato. A indústria de papel e celulose no Extremo Sul da Bahia. *Bahia Analise & Dados*. Salvador, CEI, v. 4, n. 2/3. dez. 1994

FUNDAÇÃO COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO (BA). *Industria para a Bahia*: programa de implantação. CPE: Salvador, 1960.

MENEZES, Wilson F. (Consultor). *A indústria no semi-árido da Bahia*. Salvador: CAR, 1995. 113 p. (Versão preliminar).

PAIVA, Glycon de. Comentários sobre a economia baiana. *Revista de Economia e Finanças*. Salvador: Instituto de economia e Finanças da Bahia, 1952.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Imprensa Baiana de Economia, 1963.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados: leituras da Bahia II*. Salvador, SEI, v 10, n.1, p. 87-99, ,jun. 2000.

A BAHIA, NO NORDESTE E NO BRASIL: ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS 1980-2000

DIVA MARIA FERLIN LOPES*

A Bahia, como integrante do Nordeste brasileiro, reúne grande parte das características físicas, econômicas e culturais dessa região. Entre as características físicas destacam-se o relevo pouco acidentado e, especialmente, o clima semi-árido que domina mais de 60% de seu território. Entre as econômicas, pode-se observar uma agricultura familiar, de subsistência, dependente das chuvas e pouco rentável, ao lado de outras onde se investe em produção irrigada visando a exportação. Nota-se, ao mesmo tempo, um processo de industrialização implantado e em desenvolvimento; cidades amplamente urbanizadas a par de áreas carentes de quase todos os serviços, habitadas predominantemente por pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. Em termos culturais, percebe-se um rico folclore composto de festas, cantos e danças de origem religiosa ou pagã.

Dessa mesma forma, por entender que a Bahia faz parte de um conjunto socioeconômico, político, administrativo e territorial mais amplo, que sofre, em maior ou menor escala, influência dos processos ocorridos em outras unidades e regiões da Federação, é que se pretende estudar seu comportamento demográfico, relativamente ao do Nordeste e do Brasil.

A BAHIA, O NORDESTE E O BRASIL

Bahia, Nordeste e Brasil cresceram a taxas decrescentes entre 1980-1991 e 1991-2000. Em outras palavras, embora as respectivas populações venham registrando aumento em termos absolutos, seus ritmos de crescimento vêm diminuindo. A Tabela 1 mostra as taxas de crescimento demográfico dessas unidades territoriais, percebendo-se nela, que a Bahia registrou o menor crescimento do período 1991-2000, e o Brasil, o maior. A tabela mostra, também, que o ritmo de crescimento da Bahia foi o que caiu mais intensamente se comparado tanto ao Nordeste quanto ao Brasil. (Ver também a esse respeito o Gráfico 1).

Tabela 1

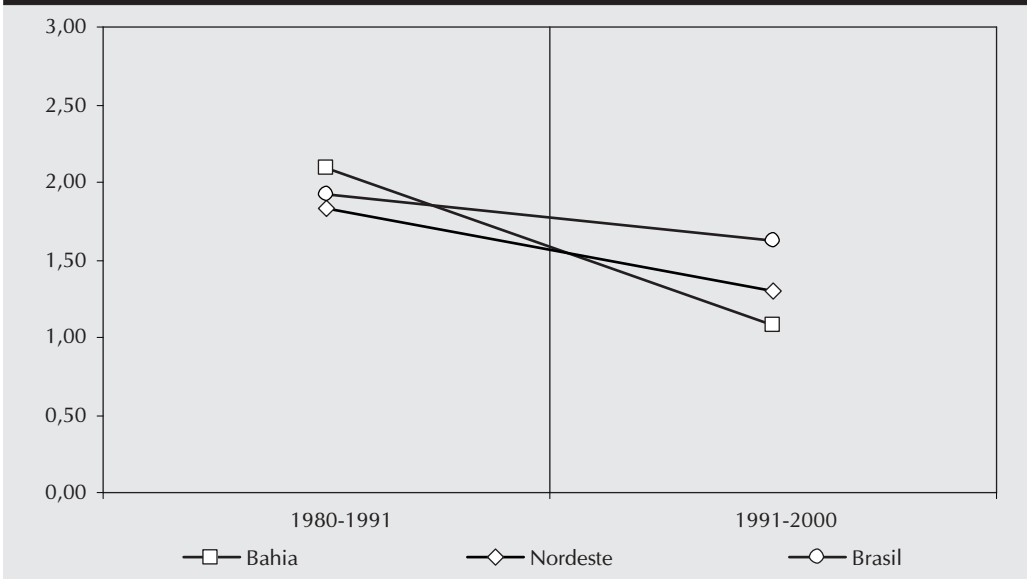
População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual Bahia, Nordeste e Brasil, 1980-2000					
BA, NE, BR	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Bahia	9.454.346	11.867.991	13.070.250	2,09	1,08
Nordeste	34.812.356	42.497.540	47.741.711	1,83	1,30
Brasil	119.011.052	146.825.475	169.799.170	1,93	1,63

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

* Socióloga da SEI e Mestranda em Geografia na UFBA – divaferlin@sei.ba.gov.br.

Gráfico 1

**Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Total
Bahia, Nordeste e Brasil, 1980-2000**



Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

A tendência revelada de redução do ritmo de crescimento demográfico nessas áreas – claramente expressa no Gráfico 1 – está associada, em parte, à queda da fecundidade que, como visto em Muricy, nesta publicação, ainda não alcançara seu patamar de estabilização. Além disso, embora positivas, essas taxas não eram sugestivas de ganhos ou perdas migratórias significativas, no primeiro período. Contudo, entre 1991 e 2000, a Bahia, possivelmente, perdeu um pouco mais do que ganhou população, por migração em termos líquidos, dada a estimativa de crescimento vegetativo em torno de 1,35% a.a., calculada para esse período.

O aumento absoluto do quantitativo de residentes registrados nos censos de 1980, 1991 e 2000 fez com que, nessas datas, a Bahia representasse sempre mais de 1/4 do contingente nordestino, revelando, apesar disso, ligeira queda nessa proporção no ano 2000, comparativamente ao censo anterior (Tabela 2).

Tabela 2

**Participação da População da Bahia Sobre a do Nordeste
e Destas Sobre a do Brasil
Bahia, Nordeste e Brasil, 1980-2000**

Ano	População			Participação (%)		
	Bahia	Nordeste	Brasil	Ba/Ne	Ba/Br	Ne/Br
1980	9.454.346	34.812.356	119.011.052	27,16	7,94	29,25
1991	11.867.991	42.497.540	146.825.475	27,93	8,08	28,94
2000	13.070.250	47.741.711	169.799.170	27,38	7,70	28,12

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Em relação à população brasileira, a Bahia – o quarto Estado mais populoso do país – diminuiu sua representatividade em 2000, registrando peso relativo inferior ao de 1980.

A participação da população nordestina no total da brasileira, mesmo com aumento absoluto de residentes, vem sofrendo redução contínua desde 1980. No período 1991-2000, a perda foi mais acentuada que no período anterior (0,31 pontos percentuais de diferença entre a participação de 1980 e a de 1991 e 0,82 entre a de 1991 e a de 2000). Parte da explicação para a perda de peso relativo que os contingentes demográficos da Bahia e do Nordeste experimentaram em relação ao Brasil está associada às taxas de crescimento que em ambos os casos, entre 1991-2000, foram menores que a média nacional.

Bahia. Maior contingente rural do país

Em 2000, a Bahia – o Estado nordestino mais industrializado e um dos mais dinâmicos em termos econômicos – ainda contava com o maior contingente de habitantes rurais do país – 4.297.902 pessoas –, ou seja, cerca de 33% da população baiana total e 13% e 29% das populações rurais brasileira e nordestina, respectivamente.

Tão elevada proporção de habitantes no meio rural baiano – conforme Borges (1993, p. 63) – está associada a diversos fatores, dentre os quais uma estrutura fundiária caracterizada por poucos e grandes latifúndios e muitos e pequenos minifúndios. Outro fator é o padrão migratório dos moradores das áreas rurais, marcado por “[...] idas e vindas para outras regiões da Bahia ou para outros Estados [...]” (op. cit., p. 64). A autora se refere, também, às características e à concentração da modernização agrícola, basicamente, em áreas pouco povoadas – e, mais, à ampla sobrevivência dos cultivos tradicionais que, em alguns casos, são intensivos em mão-de-obra.

Ainda sobre a estrutura fundiária, Borges (op. cit., p. 63-4) argumenta que na Bahia os minifúndios possuem área superior às dos demais Estados nordestinos, com grande número destes sendo explorados, predominantemente, por seus proprietários, em comparação com outros tipos de produtores, como parceiros, arrendatários, etc. Dessa situação decorre que, principalmente nas regiões onde a modernização da agricultura ainda não se fez presente, a posse da terra representa importante fator na fixação do homem ao campo. Mesmo em condições adversas, ser dono da terra faz com que o agricultor evite ao máximo a saída definitiva do lugar em que vive. Entretanto, ser proprietário, por si só, não lhe garante a subsistência e a de sua família, obrigando-o à

[...] adoção de estratégias de sobrevivência que incluem a saída, por um período, de alguns membros da família, em busca de trabalho que garanta os recursos necessários à sobrevivência e à manutenção da condição de proprietário (BORGES, op. cit. p. 64).

Relativamente às questões de sobrevivência e renda, Couto Filho (1999, p. 17) afirma que a Previdência é, em muitos casos, a principal — quando não a única — fonte de renda das famílias rurais. Assinala também que outra possibilidade de complementação de renda é a ocupação de parte do tempo em atividades que,

[...] normalmente, são [...] menos rentáveis e de baixa qualificação, além de precárias, no que diz respeito às condições de trabalho e ao cumprimento das obrigações trabalhistas legais. [...] Ressalte-se que a pluriatividade para estas famílias não está atrelada somente ao trabalho parcial na semana, implica também migrações temporárias (meses, semanas), programadas previamente ou não (muitas ocorrem quando chega a “inesperada” seca) (COUTO FILHO, op. cit. p. 18).

Tais afirmações ajudam a compreender como as migrações passam a fazer parte das expectativas de vida dos sertanejos. Amaral e Nogueira (1992, p. 202), apoiando-se inclusive em uma pesquisa de Eunice Durhan, afirmam o seguinte:

Sem dúvida, para a grande maioria [...dos migrantes...] fala alto o desvencilhamento de uma cultura que se reflete também em relações de trabalho tradicionais que, por não acompanhar os ditames da modernização, termina por inviabilizar seus próprios meios de subsistência impelindo o trabalhador, principalmente do campo, a buscar melhores ou até efetivas oportunidades no mercado de trabalho urbano.

A migração, colocada como saída viável, não se constitui fenômeno esporádico desencadeado pelas adversidades da natureza, caracterizadas como secas ou enchentes. A pesquisa desenvolvida por Durhan ressalta sua incidência ‘como resposta a condições normais de existência’, e com isso demonstra principalmente as desventuras da vida rural, de pobreza contínua, como fator expulsivo destes migrantes.

Esses autores descrevem as condições de sobrevivência ainda presentes em grande parte do ambiente rural da Bahia. Desse modo, não é surpresa que as taxas de crescimento médio anual dos habitantes rurais tenham se mostrado sugestivas de emigração líquida entre 1980 e 1991 (0,11% a.a.), experimentando perdas absolutas, pela primeira vez, entre 1991-2000 (-1,32% a.a.).

Crescimento demográfico rural: comparativo com Nordeste e Brasil¹

Tanto em termos físicos quanto socioeconômicos e demográficos, o meio rural baiano é bastante diversificado. Considerando as informações já enunciadas capítulo sobre o desenvolvimento econômico recente do Estado, far-se-á menção apenas aos traços mais gerais, quando relevantes, para a compreensão dos eventos demográficos.

O dados da Tabela 3 mostram que, de 1980 a 1991, os residentes rurais da Bahia ainda registraram crescimento demográfico positivo em números absolutos. Entretanto, como dito acima, possivelmente já existiam perdas líquidas, dado que o crescimento vegetativo daquele período, estimado em 2,20% a.a. (MARTINE e WONG, 1995), foi maior que a taxa de crescimento registrada. No mesmo período, o Nordeste e o Brasil já reduziam seus contingentes demográficos rurais em termos absolutos, sendo a perda relativa ao total do Brasil mais acentuada que a do Nordeste.

¹ Nessa análise sobre o crescimento demográfico das áreas rurais e urbanas serão utilizados os critérios do IBGE, em que pesem suas limitações e dificuldades analíticas, que serão brevemente abordadas mais adiante. Todavia, para os fins a que este trabalho se destina – comparar a Bahia, com o Nordeste e o Brasil – tais critérios são perfeitamente válidos.

Tabela 3

**População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual
Bahia, Nordeste e Brasil, 1980-2000**

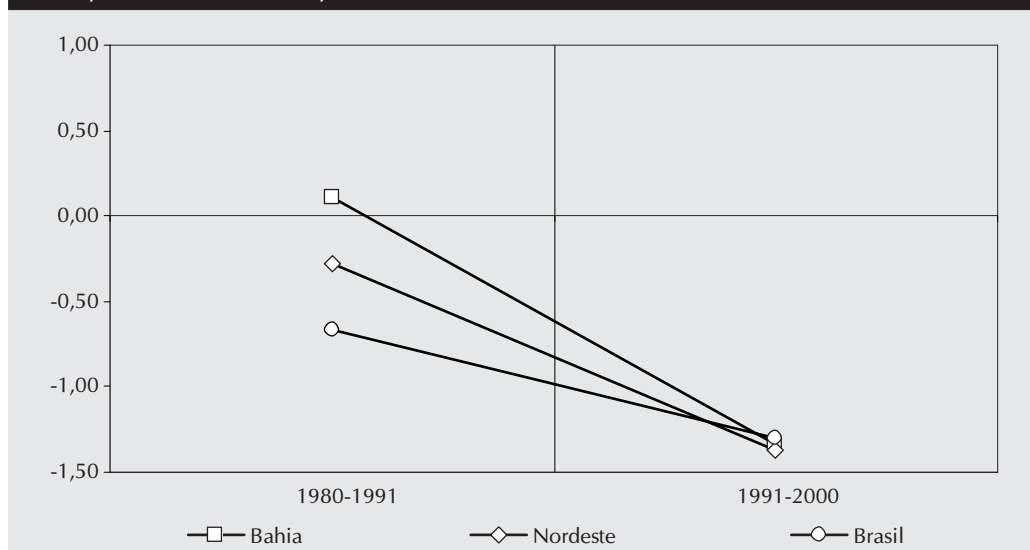
BA, NE, BR	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Bahia	4.794.042	4.851.221	4.297.902	0,11	-1,34
Nordeste	17.245.514	16.721.261	14.766.286	-0,28	-1,37
Brasil	38.573.725	35.834.485	31.845.211	-0,67	-1,30

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

De 1991 a 2000, Bahia, Nordeste e Brasil registraram taxas negativas, aumentando o ritmo de perdas já apresentado no primeiro período. Observe-se, porém, que as alterações de limites ocasionando avanço das áreas urbanas sobre as rurais aconteceu em todo o país. Com isso não se pode afirmar em que medida houve, ou não, saída de contingentes demográficos rurais para áreas urbanas.

O Gráfico 2 evidencia a velocidade com que a Bahia passou a perder população rural, saindo do patamar mais alto – que já indicava perdas demográficas líquidas – e vindo quase ao mais baixo, comparativamente às outras unidades geográficas.

Gráfico 2

**Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Rural
Bahia, Nordeste e Brasil, 1980-2000**


Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Entretanto, em termos de peso relativo o da população rural baiana (Tabela 4) se elevou constantemente em relação à região Nordeste. Quanto ao Brasil, em 1980, os residentes rurais baianos correspondiam a 12,43% e, em 2000, alcançaram 13,50%. Também observando-se as pontas do período em foco (1980 e 2000), o peso do Nordeste se elevou no País (idem Tabela 4). Porém, na mesma tabela se verifica que tanto a Bahia quanto a Região Nordeste apresentaram pequena variação de sua participação relativa em 2000 comparativamente a 1991.

Tabela 4

**Participação da População Rural da Bahia em Relação à Rural do Nordeste e Destas Sobre a do Brasil
Bahia, Nordeste e Brasil, 1980-2000**

Ano	População			Participação (%)		
	Bahia	Nordeste	Brasil	Ba/Ne	Ba/Br	Ne/Br
1980	4.794.042	17.245.514	38.573.725	7,80	12,43	44,71
1991	4.851.221	16.721.261	35.834.485	29,01	13,54	46,66
2000	4.297.902	14.766.286	31.845.211	29,11	13,50	46,37

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Urbanização e crescimento urbano

O conceito de urbanização – ou de urbano – vem sendo comumente associado ao de modernização, significando historicamente a concentração, em determinado espaço, de moradores, capitais, mão-de-obra, comércio, indústria e serviços. Em outras palavras, tal processo seria resultante do desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, as grandes transformações na estrutura econômica, social, política e demográfica do País, com o peso relativo de suas contribuições específicas, teriam permitido ou provocado a intensificação do adensamento urbano verificado entre os anos 1940 e 80. A esse respeito, escreve Martine (SEI, 1993, p. 24):

Seria impossível tentar descrever essas mudanças aqui e traçar seu provável efeito sobre os padrões de redistribuição populacional. Mas o essencial é que o eixo central da história econômica deste período pode ser descrito como o de um progressivo fortalecimento do modelo de industrialização via substituição de importações.

O crescimento demográfico urbano brasileiro não foi acompanhado de perto pelo Nordeste e pela Bahia, que vêm se urbanizando, ambos, em ritmo mais lento. Nesse caso, urbanização mais lenta significa, apenas, menores proporções de residentes em áreas urbanas que nas rurais. Não se trata de maior ou menor “modernização” ou maior acesso a serviços e facilidades urbanas. Ressalte-se, ainda, que, mesmo nas regiões economicamente mais adiantadas e com alto grau de complexidade urbana, o acesso aos serviços não tem distribuição equitativa entre os diferentes níveis sociais e locais de residência. Borges (op. cit., p. 58-9) assinalou que a Bahia acompanha os processos de expansão e retração econômica do Brasil com certa defasagem temporal, sendo que o mesmo aconteceu em relação aos processos de urbanização, dado que só em 1991 alcançou mais de 50% de residentes em área urbana. Para a autora, esse “atraso”, em relação ao Brasil, se explica pelas características da modernização agrícola e do desenvolvimento rural baiano, acima mencionadas, bem como pelos padrões migratórios da população rural.

Não é propósito deste trabalho apresentar novas explicações para o relativo atraso da urbanização baiana, até porque o ensaio de Borges foi bastante elucidativo. Pretende-se, apenas, apontar e comparar os graus de urbanização da Bahia, Nordeste e Brasil, desde 1980, evidenciando as diferenças entre essas unidades e o quanto o Brasil se distancia dos primeiros.

Como se verifica na Tabela 5, o grau de urbanização da Bahia em 2000 ainda era inferior ao que o Brasil registrava em 1980. Mesmo o Nordeste, em 2000, ficou pouco acima do patamar de urbanização brasileiro de 1980.

Tabela 5

**Grau de Urbanização
Bahia, Nordeste e Brasil, 1980-2000**

Anos	Bahia	Nordeste	Brasil
1980	49,29	50,46	67,59
1991	59,12	60,65	75,59
2000	67,12	69,07	81,25

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Ademais, comparativamente a todos os outros Estados brasileiros e regiões fisiográficas, a Bahia ainda registrou um dos menores graus de urbanização no último ano de censo. Menos urbanizados que a Bahia se mantiveram: Pará, Acre e Rondônia, na Região Norte; Piauí e Maranhão, no Nordeste. Acrescente-se que o Nordeste era a região menos urbanizada do País. Mesmo assim, em termos absolutos, a Bahia detinha o maior contingente urbano do Nordeste e o 4º maior do Brasil (Tabela 6).

Antes de analisar propriamente a tendência de crescimento e do perfil urbano da Bahia, algumas observações são necessárias. Primeiro, é importante ressaltar que, a partir de 1991, o IBGE passou a distinguir três categorias de urbano e quatro tipos de aglomerados rurais. São urbanas: **a)** todas as sedes municipais (cidades); **b)** as sedes distritais (vilas) e **c)** as áreas urbanas isoladas, separadas de uma cidade ou vila por área rural ou outro limite legal. São rurais: **a)** os povoados: aglomerados rurais isolados, cujos habitantes exercem atividades, essencialmente, nos setores primário e terciário; **b)** aglomerados do tipo expansão urbana: assentamentos fora do perímetro urbano legal, que se desenvolveram a partir da extensão de uma sede municipal ou distrital, ou são por ela englobados; **c)** núcleo: aglomerado rural isolado, que se vincula a um só proprietário do solo; **d)** outros aglomerados que não se enquadrem nessas categorias.

Entretanto, conforme Veiga (2001, p. 194),

[...] em vez de amenizar, a nova classificação reforça a concepção de que as fronteiras entre as áreas rurais e urbanas estão no interior dos municípios. Reforça a convenção de que são urbanas todas as sedes municipais (cidades), sedes distritais (vilas) e áreas isoladas assim definidas pelas Câmaras Municipais, independentemente de qualquer outro critério geográfico, de caráter estrutural ou funcional.

Essas definições – embora mais detalhadas que as dos censos anteriores – implicam a possibilidade de considerar como rurais alguns grandes aglomerados humanos, dotados de malha viária, mercado e serviços bastante complexos, cuja economia se estrutura essencialmente em torno do setor terciário. Exemplo desse fato é o município de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, cujo crescimento da população rural, até o Censo de 1991, se fez pela incorporação de novas áreas residenciais, acompanhadas pela oferta de serviços urbanos bastante diversificados, que em nada lembram uma zona rural.

Tabela 6

**População Residente Total, Por Situação de Domicílio e Grau de Urbanização, Por Ordem Decrescente da População Total
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2000**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População Residente			Grau de Urbanização
	Total	Situação do Domicílio		
		Urbana	Rural	
SUDESTE	72.412.411	65.549.194	6.863.217	90,52
São Paulo	37.032.403	34.592.851	2.439.552	93,41
Minas Gerais	17.891.494	14.671.828	3.219.666	82,00
Rio de Janeiro	14.391.282	13.821.466	569.816	96,04
Espírito Santo	3.097.232	2.463.049	634.183	79,52
NORDESTE	47.741.711	32.975.425	14.766.286	69,07
Bahia	13.070.250	8.772.348	4.297.902	67,12
Pernambuco	7.918.344	6.058.249	1.860.095	76,51
Ceará	7.430.661	5.315.318	2.115.343	71,53
Maranhão	5.651.475	3.364.070	2.287.405	59,53
Paraíba	3.443.825	2.447.212	996.613	71,06
Piauí	2.843.278	1.788.590	1.054.688	62,91
Alagoas	2.822.621	1.919.739	902.882	68,01
Rio Grande do Norte	2.776.782	2.036.673	740.109	73,35
Sergipe	1.784.475	1.273.226	511.249	71,35
SUL	25.107.616	20.321.999	4.785.617	80,94
Rio Grande do Sul	10.187.798	8.317.984	1.869.814	81,65
Paraná	9.563.458	7.786.084	1.777.374	81,41
Santa Catarina	5.356.360	4.217.931	1.138.429	78,75
CENTRO OESTE	11.636.728	10.092.976	1.543.752	86,73
Goiás	5.003.228	4.396.645	606.583	87,88
Mato Grosso	2.504.353	1.987.726	516.627	79,37
Mato Grosso do Sul	2.078.001	1.747.106	330.895	84,08
Distrito Federal	2.051.146	1.961.499	89.647	95,63
NORTE	12.900.704	9.014.365	3.886.339	69,87
Pará	6.192.307	4.120.693	2.071.614	66,55
Amazonas	2.812.557	2.107.222	705.335	74,92
Rondônia	1.379.787	884.523	495.264	64,11
Tocantins	1.157.098	859.961	297.137	74,32
Acre	557.526	370.267	187.259	66,41
Amapá	477.032	424.683	52.349	89,03
Roraima	324.397	247.016	77.381	76,15
BRASIL	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Da mesma forma, são ainda considerados urbanos todos os residentes em sedes municipais, bem como em vilas, ou pequenas localidades, sem maior expressão econômica, que

possuem estruturas produtivas não diversificadas e essencialmente associadas a atividades do setor primário da economia, com visíveis limitações em termos de disponibilidade de equipamentos urbanos. Mas suas populações acabam por engrossar o contingente considerado urbano (BELAS, A., 1999).

Observe-se, também, que muitos estudiosos só enquadram como urbanas as aglomerações com 20 mil habitantes ou mais. Isto posto, o grau de urbanização da Bahia e do Nordeste, onde são relativamente pouco numerosas as cidades desse porte (38,8% na Bahia), cairia significativamente.

A divisão do trabalho entre campo e cidade sofreu, deste modo, uma transformação tão ampla que hoje já é legítimo se colocar a dúvida quanto à validade da distinção entre campo e cidade. Não é difícil prever uma situação em que a maioria da população “rural”, no sentido ecológico, se dedique a funções urbanas e que a prática da agricultura – mecanizada, automatizada, computadorizada – em nada se distinga das demais atividades urbanas. [...] Basta indicar que a população do campo nos países industrializados foi totalmente integrada no mercado da grande indústria; tanto emigrando para a cidade (tangida pelo desemprego tecnológico), como permanecendo no campo. Nos países industrializados surgiram (devidamente fomentados pelos representantes de demanda) importantes Setores de Mercado Externo, integrados na divisão internacional do trabalho e cuja população também passou a demandar produtos da grande indústria (SINGER, 1973, p. 27).

Outra observação se refere aos municípios criados após 1980, os quais, em diversos casos, provocaram alterações de limites intra e intermunicipais, inviabilizando a análise de sua urbanização e do ritmo de crescimento da população por área de residência no período. Tal impossibilidade vincula-se à dificuldade de definir com precisão os limites das áreas urbanas e rurais dessas novas municipalidades e, em consequência, seus respectivos contingentes demográficos. Mais ainda, muitos foram os casos de aumento da área urbana pela incorporação, por decreto, de novas áreas, como já referido, gerando, como diz Borges (op. cit., p. 61), uma “ilusão estatística” de aumento da população urbana e, portanto, do grau de urbanização.

Estas observações pretendem mostrar que a análise da urbanização contém dificuldades quase incontornáveis, em que pese o fato de, no caso da Bahia, constituir-se em processo instalado e de grande relevância por sua abrangência no território estadual.

Dessa forma, comparando-se os ritmos de crescimento urbano na Bahia, Nordeste e Brasil evidencia-se primeiramente que todos apresentaram taxas bastante altas ao longo desses vinte anos e, também, que declinaram no segundo período em relação ao primeiro (Tabela 7) apesar dos citados ganhos de área e população urbana.

Tabela 7

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual Bahia, Nordeste e Brasil, 1980-2000

BA, NE, BR	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Bahia	4.660.304	7.016.770	8.772.348	3,79	2,51
Nordeste	17.566.842	25.776.279	32.975.425	3,55	2,77
Brasil	80.437.327	110.990.990	137.953.959	2,97	2,45

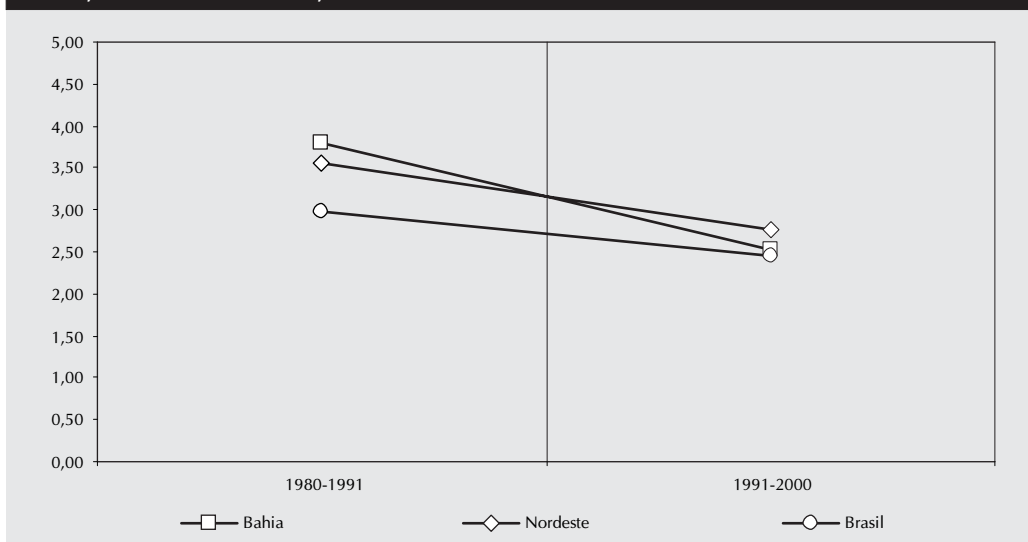
Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Em processo semelhante ao da população total, a queda no ritmo de crescimento demográfico urbano na Bahia foi maior – uma diferença de 1,29 pontos percentuais – que o do Nordeste (0,79) e o do Brasil (0,55). Isto significa que essa queda seria mais acentuada não fossem os reajustes antes mencionados. O Gráfico 3 mostra essa tendência de redução do ritmo de crescimento. Nesses vinte anos, o crescimento urbano da Bahia e do Nordeste

superou o do Brasil. Neste, o alto percentual de residentes urbanos, por si só, torna o crescimento mais lento, pois já não há um grande contingente a ser urbanizado.

Gráfico 3

**Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Urbana
Bahia, Nordeste e Brasil, 1980-2000**



Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Os altos níveis de crescimento demográfico urbano registrados pela Bahia nos censos observados não significaram, contudo, ampliação de seu peso relativo frente à população urbana do Nordeste. Nesse caso, registrou-se uma oscilação cujo ápice foi em 1991, revelando pequeno decréscimo em 2000 (Tabela 8).

Tabela 8

**Participação da População Urbana da Bahia em Relação à Urbana do Nordeste e Destas Sobre a do Brasil
Bahia, Nordeste e Brasil, 1980-2000**

Ano	População			Participação (%)		
	Bahia	Nordeste	Brasil	Ba/Ne	Ba/Br	Ne/Br
1980	4.660.304	17.566.842	80.437.327	26,53	5,79	21,84
1991	7.016.770	25.776.279		27,22	6,32	23,22
2000	8.772.348	32.975.425	167.953.959	26,60	5,22	19,63

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Quanto à participação na população urbana brasileira, tanto o contingente da Bahia quanto o do Nordeste registraram oscilações em seu peso relativo, com um decréscimo no ano 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a Bahia, o Nordeste e o Brasil registraram crescimento de população no período 1991-2000, mas todos com taxas menores que as de 1980-1991, sendo que a Bahia – com crescimento vegetativo estimado em 1,35% ao ano – deve estar perdendo mais do que recebendo migrantes.

Os residentes urbanos e rurais dessas três unidades também registraram queda nos ritmos de crescimento. O contingente rural apresentou crescimento negativo, sendo que isso ocorreu pela primeira vez na Bahia, dado que, entre 1980-1991, embora com ritmo de crescimento indicativo de perdas migratórias líquidas, a taxa ainda foi positiva. Naquele primeiro período, tanto o Nordeste quanto o País já perdiam população rural em termos absolutos; com isso só acentuaram as perdas. O conjunto de residentes urbanos apresentou ritmo de crescimento inferior ao de 1980-1991, nas três áreas geográficas observadas.

Contudo, as alterações nos perímetros urbanos, avançando sobre áreas rurais, a criação de distritos e novas sedes municipais não permitem, nesse momento, mensurar a contribuição dos movimentos migratórios na composição do ritmo de crescimento demográfico tanto urbano quanto rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ana Elizabeth P. do; NOGUEIRA, Ronidalva A. de Melo. A volta da *Asa Branca* e as primeiras impressões do retorno. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3. *Anais*. São Paulo, ABEP, 1992.

BELAS, Angela. *Dinâmica demográfica baiana: tendências gerais e diferenciações internas*. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *BAHIA 2000*. Salvador: SEI, 1999.

BORGES, A. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. *Bahia: Análise e Dados*, Salvador, CEI, v.3, n. 2, set. 1993.

MARTINE, George. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, CEI, v.3, n. 2, set. 1993.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1975.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mão-de-obra agrícola na Bahia*. Salvador, SEI, 2000. 118 p. (Série estudos e pesquisas, 46).

_____. *Projeções de população por sexo e idade: Bahia 1991-2020*. Salvador, SEI, 1999. 40 p. (Série estudos e pesquisas, 44).

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. *Bahia Análise & Dados: população, meio ambiente e desenvolvimento*. Salvador, SEI, v. 10, n.4, p. 193-206, mar. 2001.

GRANDES ÁREAS DA BAHIA – CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS GERAIS: 1980-2000

DIVA MARIA FERLIN LOPES*
PATRICIA CHAME DIAS**

Uma observação mais atenta das características e peculiaridades da Bahia identifica contrastes nos aspectos físicos, ambientais, econômicos e sociais. Grosso modo, entretanto, pode-se dizer que tais características definem três grandes áreas com perfis que as distinguem umas das outras, e contribuem para acentuar as diferenças nos padrões de assentamento humano e de exploração econômica. São elas o Litoral, o Semi-Árido e o Cerrado (Cartograma 1).

Partindo da delimitação oficial de semi-árido¹ e utilizando-se a divisão da Bahia em Regiões Econômicas² (REs), considerou-se que cinco delas compunham o Litoral, nove estão no Semi-árido e apenas uma representava o Cerrado. Ressalte-se que os limites oficiais do Semi-Árido aqui têm valor como referência, pois a divisão em Regiões Econômicas não permite que se respeite integralmente essa delimitação. Dessa forma, foram encontrados 13 municípios que integram o Semi-Árido legal, e que não fazem parte de Regiões Econômicas do Semi-Árido³.

A agregação proposta levou em consideração os traços comuns entre essas regiões, principalmente no que tange aos aspectos históricos de povoamento, de ocupação econômica e físico-ambientais, tal como se apresentam, sinteticamente, a seguir:

■ Litoral

Primeira região a ser ocupada, é rica em recursos naturais e econômicos. Possui clima tropical úmido e subúmido, com chuvas fartas e regulares (atingindo 2000mm anuais), que alimentam os rios perenes que a atravessam, vindos, vários deles, do Semi-Árido em direção ao leste, como: Mucuri, Jequitinhonha, Pardo, Gongogi, Contas, Paraguaçu, etc. Aí ainda se encontram remanescentes da vegetação original de Mata Atlântica. Possui muitas manchas de solos férteis, com aptidão para vários tipos de exploração agrícola.

* Socióloga, mestranda em Geografia da UFBA e técnica da SEI. divaferlin@sei.ba.gov.br

** Pedagoga, psicóloga, mestranda em Geografia da UFBA e técnica da SEI. patriciadias@sei.ba.gov.br

¹ A delimitação oficial do Semi-Árido foi proposta pelo Fundo Constitucional do Nordeste – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – FNE-SUDENE – Resolução Nº 10929/94.

² Tal divisão do estado foi estabelecida pela SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia – e será apresentada no decorrer deste trabalho. A opção por essa segmentação espacial específica objetivou estabelecer condições de comparabilidade com uma série de estudos já realizados, particularmente nas últimas duas décadas, que adotam essa regionalização.

³ São eles: na RE Litoral Norte: Inhambuê e Sátiro Dias; na RE Recôncavo Sul: Brejões, Castro Alves, Itatim, Milagres, Santa Terezinha, e Ubaíra e na RE Oeste: Cocos, Coribe, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho.

Cartograma 01

Grandes Áreas e Regiões Econômicas
Bahia, 2003



Em termos econômicos, aí se localizam as principais indústrias do Estado. Quanto aos aspectos sociodemográficos, tem sido a região mais densamente povoada e urbanizada, agregando 6.262.409 pessoas distribuídas entre 137 municípios⁴.

■ Semi-Árido

Esta área⁵ ocupa toda a parte central da Bahia, sendo a maior das três Grandes Áreas. Caracteriza-se, sobretudo, pela escassez e irregularidade do regime pluviométrico (em torno de 800mm anuais), e a submissão, em grande parte, a altos riscos de seca. A caatinga⁶ – formação vegetal predominante da área – se caracteriza pela presença de cactáceas, mas também de algumas espécies arbustivas. Área de difícil penetração, começou a ser ocupada mais efetivamente na segunda metade do século XVI, devido à necessidade de interiorização da criação bovina, atividade que, de forma geral, ainda hoje é importante em sua economia. Além dessa, a agricultura tradicional é largamente praticada. Em outras palavras, a base econômica – apesar da existência de esparsos núcleos dinâmicos modernos – sobrevive como sistema produtivo com características arcaicas.

Seu principal rio é o São Francisco, que atravessa a Bahia no sentido sul/norte. Seus outros rios perenes são afluentes do São Francisco, na margem esquerda. Contudo, a maior parte de suas bacias hidrográficas está sujeita a regimes fluviais intermitentes. Com baixo grau de urbanização, os 6.320.887 residentes viviam em 257 municípios, ocupando mais de 2/3 da área do Estado.

■ Cerrado

A área do Cerrado da Bahia (correspondente apenas à Região Econômica Oeste) constitui vasto e heterogêneo espaço, onde são encontrados vários ecossistemas, diferentes tipos de solos, relevo e altitudes. A penetração de colonizadores em tempos remotos, relacionou-se basicamente à navegabilidade do Rio São Francisco, via seus afluentes da margem direita, e ao processo de expansão da pecuária.

Nos últimos anos vem diversificando suas atividades econômicas, com a ampliação da pecuária e a produção mecanizada de grãos, especialmente a soja, tornando-se um pólo de desenvolvimento econômico dos mais dinâmicos da Bahia. Tem apenas cinco de seus 22 municípios incluídos na zona do semi-árido⁷, tal como definida pela SUDENE, sendo que seus níveis de pluviosidade podem atingir 1.600mm anuais. Em 2000, possuía ao todo 486.954 moradores, que ocupavam 1/5 da área total da Bahia.

⁴ O Litoral engloba as seguintes Regiões Econômicas: Metropolitana de Salvador, Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul, ocupando menos de 1/5 da área total da Bahia.

⁵ Compõem o Semi-Árido as REs: Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral e Médio São Francisco.

⁶ O termo *caatinga* é de origem tupi-guarani, significando mata branca e aberta (CAR, 12. 1995).

⁷ Os cinco municípios são: Cocos, Coribe, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho.

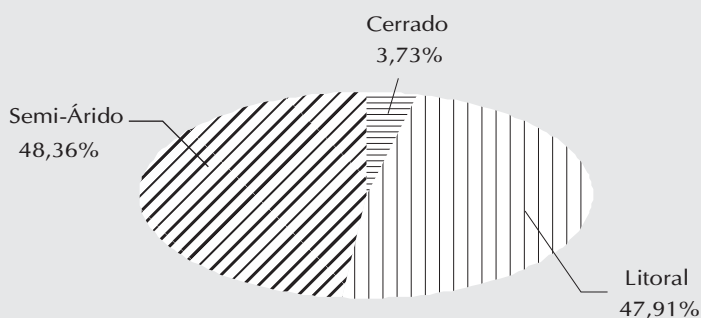
POPULAÇÃO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Tratando-se dos aspectos demográficos, o Semi-Árido comportava a maior parte da população da Bahia (48,36%) em 2000. Entretanto, a diferença desse contingente em relação ao do Litoral era de apenas 58.478 habitantes. No Cerrado, a população sequer alcançava 500 mil habitantes. No Gráfico 1 observa-se a pequena diferença entre os contingentes das duas primeiras áreas e a larga distância que o Cerrado guardava de ambas.

Além do maior número de residentes, o Semi-Árido possui também a maior parte do território baiano (65,4%). A segunda maior área pertence ao Cerrado e a menor ao Litoral (Gráfico 2). Assim, com apenas 14,4% das terras emersas do Estado e uma população superior a 6 milhões de pessoas, o Litoral registrou densidade demográfica bastante superior à das outras áreas: 77,27 hab./km² (Gráfico 3). O Semi-Árido e o Cerrado registraram, respectivamente, 17,14 hab./km² e 4,26 hab./km².

Gráfico 1

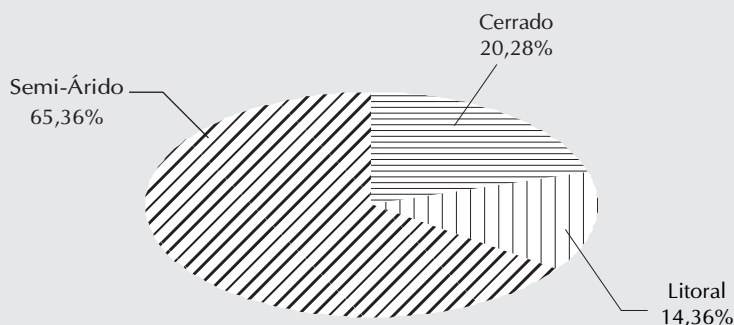
**População Relativa das Grandes Áreas
Bahia, 2000**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

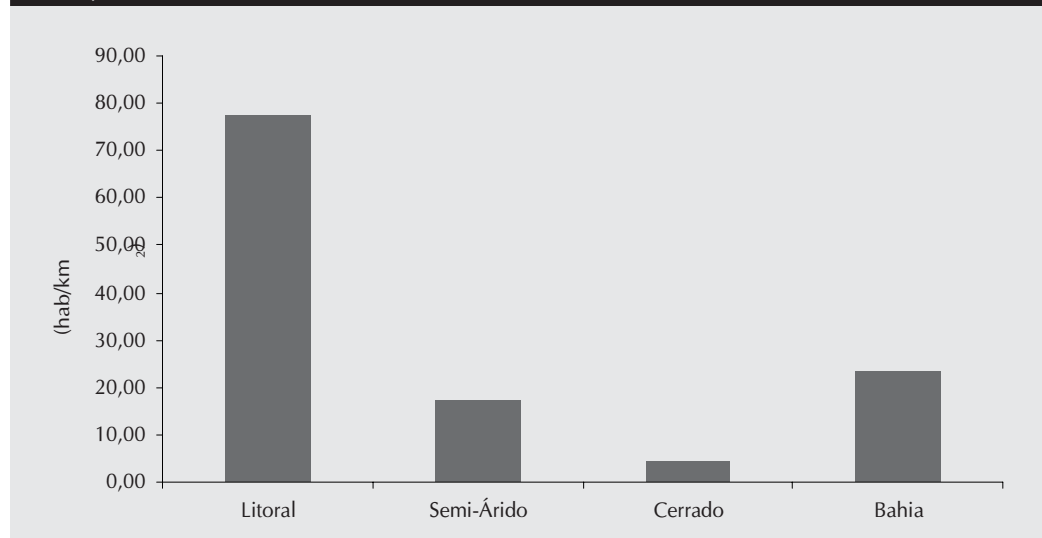
Gráfico 2

**Percentual do Território Apropriado pelas Grandes Áreas
Bahia, 2000**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Gráfico 3

**Densidade Demográfica das Grandes Áreas e do Estado
Bahia, 2000**


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

**TENDÊNCIA DECLINANTE DOS RITMOS DE CRESCIMENTO
DA POPULAÇÃO TOTAL DAS GRANDES ÁREAS**

Na análise da evolução dos dados de população para essas três grandes áreas da Bahia, verificou-se que o Semi-Árido sistematicamente diminuiu seu peso relativo frente ao Estado (Tabela 1). Agregava mais de 50% dos residentes em 1980, quando possuía 4,8 milhões de habitantes, diminuindo para 48,36% em 2000, com 6,3 milhões de residentes. As demais apresentaram movimento inverso, ou seja, ampliaram sua importância na composição da população baiana. De todo modo, nos três censos em estudo, o Semi-Árido permaneceu como a área mais populosa.

Tabela 1

**População Total das Grandes Áreas e Participação Relativa no Estado
Bahia - Grandes Áreas, 1980-2000**

Grandes Áreas	População			Participação (%)		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Semi-Árido	4.808.821	5.924.626	6.320.887	50,86	49,90	48,36
Litoral	4.308.709	5.504.412	6.262.409	45,59	46,40	47,91
Cerrado	336.816	438.953	486.954	3,56	3,70	3,73
BAHIA	9.454.346	11.867.991	13.070.250	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Entre 1980-1991, as Grandes Áreas revelaram taxas de crescimento médio anual sugestivas de compensação entre os fluxos de entrada e saída de migrantes (ou seja, entre 1,5% a.a. e 2,5% a.a.)⁸. No período seguinte, todas declinaram, pois ainda que registrassem crescimento positivo, foi inferior a 1,5% a.a. Entretanto, o Litoral e o Cerrado permaneceram na condição de provável crescimento, sem ganhos ou perdas demográficas significativas. O Semi-Ári-

⁸ Ver hipóteses de crescimento para a Bahia, em Muricy, nesta publicação.

do, com crescimento inferior a 1% ao ano, apresentou ritmo indicativo de perdas demográficas líquidas (Tabela 2). Ademais, esta foi a área com menor ritmo de crescimento em ambos os períodos, sempre inferior à média baiana, o que, como mencionado anteriormente, vem se refletindo em perda de peso proporcional no total do Estado.

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual Bahia - Grandes Áreas, 1980-2000					
Grandes Áreas	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980	1991	2000	1980/ 1991	1991/ 2000
Litoral	4.308.709	5.504.412	6.262.409	2,25	1,44
Cerrado	336.816	438.953	486.954	2,44	1,16
Semi-Árido	4.808.821	5.924.626	6.320.887	1,92	0,72
BAHIA	9.454.346	11.867.991	13.070.250	2,09	1,08

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Comparando-se os portes das populações e os ritmos de crescimento do Cerrado, Litoral e Semi-Árido, no período focalizado, observa-se que a importância relativa de cada uma destas áreas na composição do conjunto estadual tendem a se alterar. O Litoral, provavelmente, concentrará a maior proporção de habitantes do Estado nos próximos anos.

Retração do crescimento demográfico nas áreas urbanas e rurais⁹

Antes de analisar a evolução do contingente urbano e dos níveis de urbanização¹⁰ das Grandes Áreas da Bahia, faz-se necessário observar que, a partir de 1991, o IBGE passou a distinguir três categorias de urbano e quatro tipos de aglomerados rurais, conforme mencionado acima por Lopes, em *A Bahia no Nordeste e no Brasil*, nesta publicação. Contudo, ainda conforme Veiga (2001, p. 194), essas categorias não resolvem as questões analíticas e reafirmam a noção de que os limites entre essas áreas são intramunicipais ou distritais.

Além disso, entre 1991 e 2000, parte importante (62%) dos municípios do Estado experimentou alteração de sua área urbana, implicando algum tipo de avanço ou expansão sobre o rural: criaram-se novos distritos ou a área urbana ultrapassou os limites definidos no censo anterior, podendo ou não ter criado novos setores censitários. Dessa forma, não é possível caracterizar o crescimento tanto do contingente urbano quanto do rural, no período 1991-2000, em termos de tendências migratórias. Em outras palavras, se é fato que a população urbana vem crescendo sucessiva e aceleradamente – embora com tendência declinante, como se verá adiante – em todas as localidades

⁹ Nesta análise do crescimento demográfico das áreas rurais e urbanas serão utilizados os critérios do IBGE, em que pesem suas limitações e dificuldades analíticas, já abordadas por Lopes, nesta publicação. Todavia, para os objetivos deste trabalho, tais critérios são perfeitamente válidos.

¹⁰ Ser ou estar urbanizado, ao longo deste trabalho, significa, portanto, contar com maior proporção de residentes urbanos que rurais.

do estado, também é certo que não se pode, nesse momento, caracterizar ou dimensionar exatamente o peso da migração na determinação de tal crescimento nesse último período.

Feitas essas observações, saliente-se que a tendência de declínio dos ritmos de crescimento demográfico, registrada para a população total, pôde ser verificada, também, no espaço urbano dessas áreas, visto que, entre 1980-1991, todas as taxas de crescimento foram altas, indicando crescimento por imigração (Tabela 3) e que, de 1991 a 2000, ainda foram altas porém mais baixas que as anteriores. A importância dessa informação reside no fato explicitado no parágrafo anterior, sobre o ajuste das áreas urbanas que se expandiram sobre o meio rural dos municípios. Não é possível afirmar qual teria sido o crescimento urbano se tais ajustes não tivessem ocorrido, mas pode-se pensar que, possivelmente, a urbanização da Bahia esteja se estabilizando.

Tabela 3

População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual Bahia - Grandes Áreas, 1980-2000

Grandes Áreas	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Cerrado	102.921	190.243	262.058	5,74	3,62
Semi-Árido	1.703.074	2.668.104	3.370.832	4,17	2,63
Litoral	2.854.309	4.158.423	5.139.458	3,48	2,38
BAHIA	4.660.304	7.016.770	8.772.348	3,79	2,51

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

A grande área Litoral apresentou a menor taxa de crescimento demográfico, sendo inferior à média do Estado nos dois períodos. Em parte, esse resultado pode ser atribuído a seus altos níveis de urbanização, registrados desde 1980, e embora seu porte esteja muito próximo ao do Semi-Árido, em se tratando de população urbana seu contingente era superior em 1.768.624 habitantes.

A tendência declinante da taxa de crescimento demográfico urbano do Litoral, em 1991-2000, resultou na diminuição de sua importância relativa na composição do conjunto urbano baiano. A Tabela 4 mostra que, em 1980, o Litoral concentrava 61,25% do total dos residentes urbanos, passando para 58,59% em 2000. Cerrado e Semi-Árido, embora com menores proporções, ao contrário, elevaram ligeiramente sua participação: o Cerrado passou de 2,21% para 2,99% e o Semi-Árido de 36,54% para 38,43%.

Tabela 4

População Residente Urbana das Grandes Áreas e Participação Relativa no Estado Bahia - Grandes Áreas, 1980-2000

Grandes Áreas	População			Participação no Estado (%)		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Litoral	2.854.309	4.158.423	5.139.458	61,25	59,26	58,59
Semi-Árido	1.703.074	2.668.104	3.370.832	36,54	38,02	38,43
Cerrado	102.921	190.243	262.058	2,21	2,71	2,99
BAHIA	4.660.304	7.016.770	8.772.348	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Quanto aos níveis de urbanização, o Litoral já concentrava a maior proporção de residentes urbanos que rurais desde 1980, diferindo das demais áreas e do conjunto estadual (Tabela 5). De acordo com o Censo de 1991, mais uma vez o Litoral se constituía na área urbanizada, num tal patamar que, aliado ao crescimento da proporção de moradores urbanos do Semi-Árido e do Cerrado, alçou a Bahia à condição de Estado urbanizado, conforme definição oficial do IBGE.

Tabela 5

Grau de Urbanização Bahia - Grandes Áreas, 1980-2000			
Grandes Áreas	Grau de Urbanização (%)		
	1980	1991	2000
Litoral	66,21	75,52	82,07
Cerrado	30,56	43,34	53,82
Semi-Árido	35,42	45,03	53,33
BAHIA	49,29	59,12	67,12

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Em 2000, o contingente urbano das três Grandes Áreas ultrapassou 50% e a média baiana alcançou 67,12% do total. A disparidade entre a proporção de moradores urbanos do Litoral, Semi-Árido e Cerrado, no entanto, se manteve alta. Enquanto a primeira registrou grau de urbanização equivalendo a 82,07%, as demais apresentaram pouco mais de 53%.

Para as populações rurais, mais uma vez, a tendência dos ritmos de crescimento demográfico – há muito situados em patamares bem abaixo dos verificados para as zonas urbanas – foi, também, de retração. Entre 1980-1991, as três Áreas já registravam taxas de crescimento rural sugestivas de perdas demográficas líquidas, com perdas absolutas de população no Litoral. De 1991 a 2000, todas registraram perdas demográficas brutas de contingentes rurais, mais acentuadas no Litoral, cuja taxa (-2,00% a.a.) foi superior à média estadual (Tabela 6). Embora, aparentemente, a tendência ao declínio das taxas de crescimento demográfico rural deva ser verdadeira para esse período, a análise dos ritmos de crescimento ficou prejudicada em função da diminuição do espaço – determinado como rural – e do respectivo contingente de moradores, que, em consequência, passaram a ser considerados urbanos.

Tabela 6

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual Bahia - Grandes Áreas, 1980-2000					
Grandes Áreas	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980	1991	2000	1980/ 1991	1991/ 2000
Cerrado	233.895	248.710	224.896	0,56	-1,11
Litoral	1.454.400	1.345.989	1.222.951	-0,70	-2,00
Semi-Árido	3.105.747	3.256.522	2.950.055	0,43	-1,06
BAHIA	4.794.042	4.851.221	4.297.902	0,11	-1,34

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Em relação ao peso do contingente rural de cada uma dessas Áreas baianas, pode-se notar que Cerrado e Semi-Árido cresceram em participação na composição do todo rural, e que o Litoral oscilou em seu peso proporcional (Tabela 7).

Tabela 7

População Residente Rural das Grandes Áreas e Participação Relativa no Estado Bahia - Grandes Áreas, 1980-2000

Grandes Áreas	População			Participação no Estado (%)		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Semi-Árido	3.105.747	3.256.522	2.950.055	64,78	67,13	68,64
Litoral	1.454.400	1.345.989	1.222.951	30,34	27,75	28,45
Cerrado	233.895	248.710	224.896	4,88	5,13	5,23
BAHIA	4.794.042	4.851.221	4.297.902	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Litoral, Semi-Árido e Cerrado registraram tendências de crescimento demográfico bastante semelhantes. Suas populações totais, urbanas e rurais cresceram a taxas decrescentes entre 1991-2000 em comparação com 1980-1991. O que é mais significativo é que essa tendência de queda no crescimento foi registrada nas áreas urbanas que receberam certo contingente de novos moradores apenas pela ampliação de seus espaços em detrimento dos rurais. Por outro lado, nas áreas rurais as perdas registradas no último período, possivelmente, não fossem tão acentuadas caso tais alterações não tivessem ocorrido.

Em termos de peso relativo, Semi-Árido e Litoral agregavam quase a metade dos baianos cada uma, restando pequena margem ao Cerrado. No entanto, em relação ao total urbano da Bahia, o peso do urbano do Litoral é bem mais alto que o do Semi-Árido nos três censos. Em sentido contrário, a população rural do Semi-Árido representava mais de 60% do total rural do Estado em 1980, 1991 e 2000.

Observando-se o conjunto dos dados analisados, pode-se dizer que as áreas mais dinâmicas economicamente, Litoral e Cerrado, são as que vêm aumentando o peso relativo de suas populações no total estadual. O Semi-Árido, onde predomina uma economia em moldes tradicionais, vem experimentando processo inverso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Angela. *Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia*. Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, CEI, v.3, n. 2, set. 1993.
- MARTINE, G. WONG, L. *Projeto Áridas* (resumo executivo). 1994/95.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; MURICY, Ivana Tavares. *Mudanças nos padrões de fecundidade e de mortalidade na infância na Bahia - 1940/1997*. Salvador: SEI, 2001. 86 p. (Série estudos e pesquisas, 52)

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Extremo Sul da Bahia*. Salvador, SEI, 1998. (Série estudos e pesquisas, 40).

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, SEI, v. 10, n. 4, p.193-206, mar. 2001.

TENDÊNCIAS DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NAS REGIÕES ECONÔMICAS DA BAHIA ENTRE 1980-2000¹

PATRICIA CHAME DIAS*

A Bahia experimentou declínio nos ritmos de crescimento demográfico² nos dois últimos períodos censitários (1980-1991 e 1991-2000), permanecendo, contudo, como um dos Estados mais populosos do Brasil, superado apenas por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – todos integrantes da mais urbanizada e industrializada região brasileira, o Sudeste. Ademais, seu contingente populacional revelou-se maior do que o total de habitantes da região Centro-Oeste e da Norte.

A retração da taxa de crescimento total refletiu o declínio dos ritmos de crescimento demográfico, tanto das áreas urbanas como das rurais. Mas, enquanto a população urbana apresentava taxas que elevadas nos dois períodos, para o meio rural os ritmos de crescimento significaram emigração líquida.

Importa ressaltar, contudo, que o espaço baiano revela uma diversidade de características físicas que repercutiram em sua ocupação, desde os tempos da colonização, bem como na definição e distribuição de suas atividades econômicas³. De modo mais ou menos intenso, mesmo com o passar dos séculos, o padrão de distribuição dos moradores da Bahia guarda algumas similaridades com o ocorrido nos primeiros séculos de sua história, implicando a coexistência de regiões densamente povoadas e outras com pequeno número de moradores.

Assim, não se pode estudar a dinâmica demográfica da Bahia sem compreender que, nela há subespaços com características distintas, dentre as quais as demográficas. O propósito deste texto é, inicialmente, apresentar uma análise comparativa de tais processos ocorridos no interior da Bahia nas décadas de 1980 e 1990, particularmente, no que se refere aos ritmos de crescimento total, urbano e rural e o tamanho e representatividade desses contingentes em relação ao total. Visando a comparabilidade desse trabalho com uma série de estudos de caráter sociodemográfico já realizados, referente às duas últimas décadas, adotou-se a regionalização proposta pela

* Pedagoga, psicóloga, mestranda em Geografia da UFBA e técnica da SEI. patriciadias@sei.ba.gov.br

¹ Este texto faz parte de um estudo mais amplo que pretende caracterizar a dinâmica sociodemográfica da Bahia de 1980 a 2000, tomando como base os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000. Assim, para maior detalhamento e melhor compreensão dos processos descritos neste trabalho, recomenda-se a leitura dos demais textos que compõem esta publicação.

² Do ponto de vista da demografia, o ritmo de crescimento global de uma população aberta resulta da combinação do crescimento vegetativo (fecundidade-mortalidade) com o crescimento migratório (imigração-emigração).

³ Tais processos foram tratados por Pinho e Santos e por Alves nos primeiros capítulos desse volume.

Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, SEPLANTEC – órgão central do sistema de planejamento social e econômico do Estado – que identifica 15 Regiões Econômicas (RE), a saber: Região Metropolitana de Salvador (RMS), Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul, Extremo Sul, Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco (BMSF), Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral, Médio São Francisco (MSF) e Oeste. Considerou-se, também, a segmentação do estado em três Grandes Áreas: Litoral, Semi-Árido e Cerrado, como proposto por Lopes e Dias⁴.

Na segunda parte deste estudo pretende-se observar em determinados municípios do estado, sempre referenciados às suas regiões e respectivas Grandes Áreas, os ritmos de crescimento demográfico total em 1991-2000 e a representatividade do seu contingente total e por local de residência, especificamente para 2000.

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS GERAIS NAS 15 REGIÕES ECONÔMICAS DO ESTADO

Densidade demográfica: maior concentração de população na Região de menor área

O aumento sucessivo do número de habitantes do estado possibilitou a elevação continuada de sua densidade demográfica, alcançando 23,16 hab./km² em 2000. Ou seja, no último ano censitário, seus 564.258 km² estavam ocupados por 13.070.250 habitantes. Dentre as regiões, entre 1980 e 2000, somente duas revelaram diminuição de densidades, Litoral Sul e Piemonte da Diamantina (entre 1991 e 2000). Nesse último ano, seis das REs alcançaram densidades superiores à média estadual: Região Metropolitana de Salvador (RMS), Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul, Paraguaçu e Sudoeste.

A Tabela 1 revela que as maiores densidades foram registradas nas regiões componentes da Grande Área Litoral. A RMS – com o menor território dentre as regiões baianas (2.339 km²) – destacou-se com a maior população (mais de 3 milhões de moradores em 2000) e, portanto, elevadíssimas densidades nos três anos censitários, alcançando 1.291,82 hab./km² em 2000, patamar muito superior ao das demais regiões. A segunda maior densidade foi registrada no Recôncavo Sul (64,20 hab./km²), segunda menor área da Bahia e sexto maior contingente populacional.

Das nove regiões cujas densidades foram inferiores à da Bahia em 2000, o Oeste (no Cerrado, CR), Baixo Médio São Francisco e o Médio São Francisco (no Semi-Árido, SA) contavam com menos de 10 hab./km². Essas figuravam entre REs de áreas mais extensas da Bahia (1^a, 3^a e 4^a maiores áreas) e eram compostas por populações inferiores a 500 mil habitantes.

⁴ Para mais esclarecimentos, ver SEI, 2001 (p.61-8) e o texto *Grandes Áreas da Bahia – características demográficas gerais: 1980-2000*, nesta publicação.

Tabela 1

**População Total, Área e Densidade Demográfica,
Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia - Regiões Econômicas, 2000**

Grande Área	Regiões Econômicas	População	Área		Densidade (hab/km ²)
			(Km ²)	%	
LITORAL	RMS	3.021.572	2.339	0,41	1.291,82
LITORAL	Recôncavo Sul	684.550	10.662	1,89	64,20
LITORAL	Litoral Sul	1.360.539	25.218	4,47	53,95
LITORAL	Litoral Norte	530.898	12.174	2,16	43,61
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	1.250.163	34.129	6,05	36,63
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	1.135.362	42.389	7,51	26,78
LITORAL	Extremo Sul	664.850	30.648	5,43	21,69
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	1.176.201	56.022	9,93	21,00
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	565.037	32.248	5,72	17,52
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	568.708	33.661	5,97	16,90
SEMI-ÁRIDO	Irecê	372.994	26.051	4,62	14,32
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	507.414	41.751	7,40	12,15
SEMI-ÁRIDO	Baixo Médio São Francisco	407.501	55.559	9,85	7,33
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	337.507	46.970	8,32	7,19
CERRADO	Oeste	486.954	114.437	20,28	4,26
BAHIA		13.070.250	564.258	100,00	23,16

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Site Cidade@.

O BMSF e o Oeste foram regiões cuja economia se modernizou nas últimas décadas. Entretanto, a introdução de novas e modernas técnicas produtivas não se disseminou no interior das mesmas. Na realidade, ficaram quase que restritas a Juazeiro (no BMSF) e a Barreiras (no Oeste), que vêm se constituindo em foco de correntes migratórias. No mais, nessas regiões predominam atividades rurais tradicionais. No Médio São Francisco, ainda que existam entroncamentos de importantes rodovias e vias fluviais, a implantação recente de perímetros irrigados em um de seus municípios, Bom Jesus da Lapa, não se refletiu numa dinamização econômica capaz de ampliar a participação da região na economia do estado. Tampouco, o município se constituiu em foco significativo de atração de imigrantes.

Níveis de crescimento, porte demográfico e importância relativa das Regiões Econômicas na composição da população baiana

O declínio no ritmo de crescimento demográfico verificado na Bahia entre 1980-91 e 1991-2000, de 2,09% a.a. para 1,08% a.a. (ambos indicativos de equilíbrio entre os fluxos migratórios), espelha a tendência experimentada pela maioria de suas Regiões Econômicas (Tabela 2). Como se verifica no Cartograma 1 das 15 REs, apenas três (Litoral Norte e Extremo Sul, no Litoral; e BMSF, no Semi-Árido) elevaram as taxas de crescimento demográfico do primeiro para o segundo período. Ademais, entre 1991 e 2000, o Litoral Sul (LS) e o Piemonte da Diamantina (PD) diminuíram seu contingente em termos absolutos.

Tomando-se como base o segundo período, duas regiões situadas na porção litorânea da Bahia apresentaram ritmos de crescimento superiores a 2% ao ano: o Extremo Sul (2,48% a.a.) e a RMS (2,14% a.a.). Tendo como referên-

Tabela 2

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Regiões Econômicas, 2000						
Crescimento/ Grande Área	Regiões Econômicas	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
		1980(1)	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Sugestivo de Imigração Líquida						
LITORAL	Extremo Sul	456.463	533.219	664.850	1,42	2,48
LITORAL	RMS	1.766.582	2.496.521	3.021.572	3,19	2,14
Sem Perdas os Ganhos Migratórios Líquidos Significativos						
SEMI-ÁRIDO	Baixo Médio S. Francisco	286.721	342.550	407.501	1,63	1,95
LITORAL	Litoral Norte	393.607	463.726	530.898	1,50	1,51
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	859.188	1.009.757	1.135.362	1,48	1,31
CERRADO	Oeste	336.816	438.953	486.954	2,44	1,16
Sugestivo de Emigração Líquida						
LITORAL	Recôncavo Sul	566.115	628.952	684.550	0,96	0,95
SEMI-ÁRIDO	Médio S. Francisco	249.665	311.722	337.507	2,04	0,89
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	438.506	524.793	565.037	1,65	0,82
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	880.833	1.098.935	1.176.201	2,03	0,76
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	384.894	479.479	507.414	2,02	0,63
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	985.677	1.193.161	1.250.163	1,75	0,52
SEMI-ÁRIDO	Irecê	276.213	361.131	372.994	2,47	0,36
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População						
LITORAL	Litoral Sul	1.125.942	1.381.994	1.360.539	1,88	-0,17
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	447.124	603.098	568.708	2,76	-0,65
	BAHIA	9.454.346	11.867.991	13.070.250	2,09	1,08

Fonte: IBGE. Censo Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

cia o já apontado declínio contínuo dos níveis de fecundidade e de natalidade⁵, tais taxas podem ser consideradas intensas e associadas à imigração líquida. A RMS, portanto, manteve o mesmo nível de crescimento observado em 1980-91, embora tenha diminuído a velocidade dos ganhos demográficos. Já o Extremo Sul (ES) elevou bastante seu ritmo de crescimento, pois experimentava emigração líquida no primeiro período.

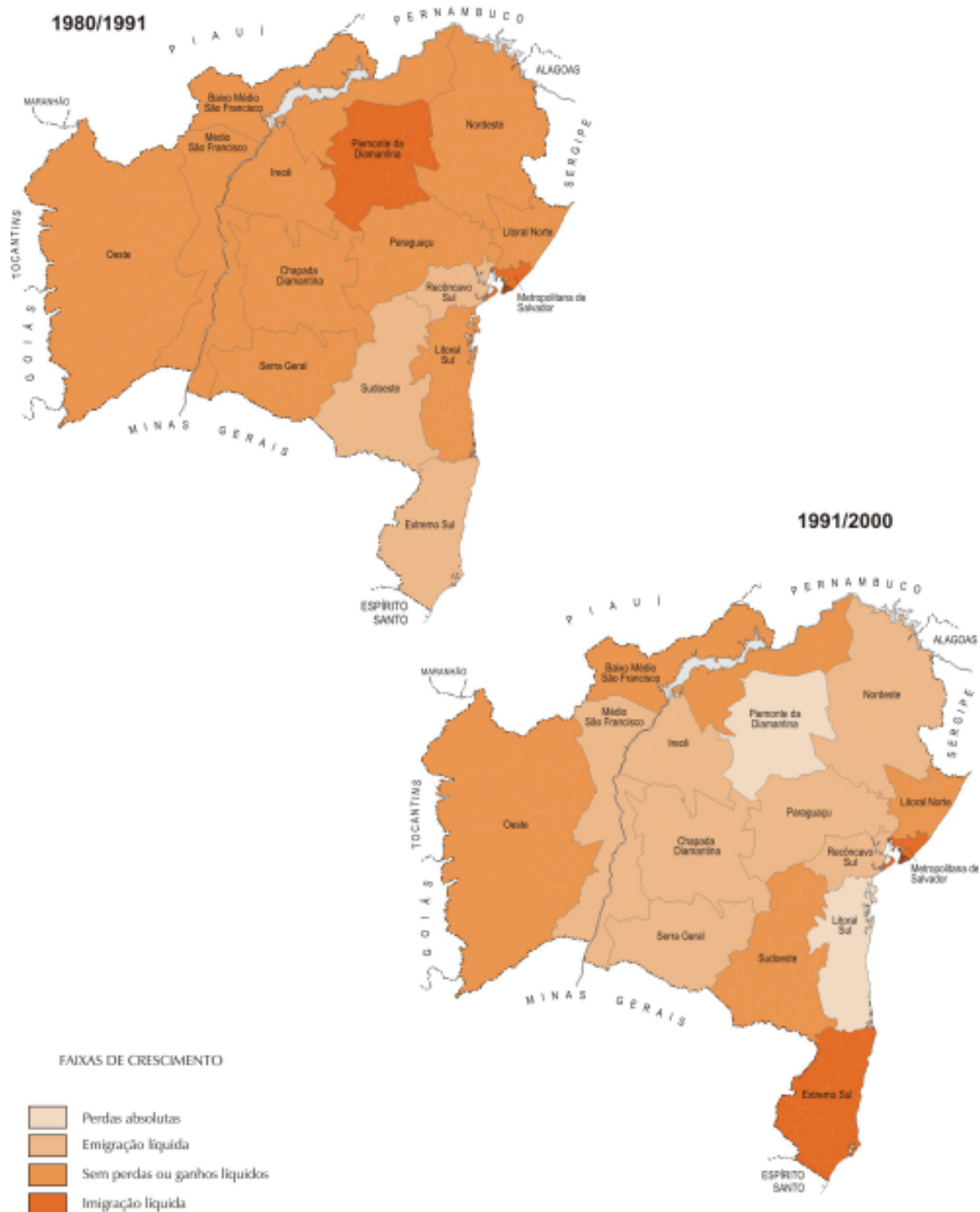
Quatro regiões obtiveram crescimento variando de 1,00 a.a. a 1,99% ao ano – BMSF (1,95% a.a.), LN (1,51% a.a.), Sudoeste (1,31% a.a.) e Oeste (1,16% a.a.) – sugerindo compensação entre os fluxos de imigração e emigração. Dessas, o Sudoeste (SD) alterou sua faixa de crescimento, pois, entre 1980-91 registrara perdas líquidas.

Um conjunto maior compunha-se de regiões cujas taxas de crescimento indicaram emigração líquida em 1991-2000: Recôncavo Sul (0,95% a.a.), Médio São Francisco (0,89% a.a.), Serra Geral (0,82% a.a.), Nordeste (0,76% a.a.), Chapada Diamantina (0,63% a.a.), Paraguaçu (0,52% a.a.), Irecê (0,36% a.a.), Litoral Sul (-0,17% a.a.) e Piemonte da Diamantina (-0,65% a.a.), os dois últimos com perda absoluta de população. Excluindo-se o Recôncavo Sul, com perdas líquidas, e o Piemonte da Diamantina, com ganhos demográficos por imigração, as demais regiões tiveram crescimento sem perdas nem ganhos migratórios significativos.

⁵ A esse respeito, ver texto de Muricy nesta publicação.

Cartograma 01

Crescimento Demográfico da População Total por Região Econômica
Bahia, 1980 - 2000



Para melhor entender as implicações dos ritmos de crescimento demográfico das Regiões Econômicas na composição da população baiana, é necessário observar seus diferentes portes demográficos. As variações dos níveis de crescimento que as REs experimentaram em ambos os períodos não afetaram significativamente a importância relativa de cada uma delas em relação ao estado. Na Tabela 3 e no Gráfico 1, observa-se que nenhuma região apresentou uma mudança expressiva, ascendente ou descendente, no que se refere à participação na composição do conjunto de residentes do estado. Ademais, tomando-se as pontas do período (1980 e 2000), nenhuma RE alterou sua posição no *ranking* baiano e apenas quatro elevaram sua importância relativa: RMS, Extremo Sul, Baixo Médio São Francisco e Oeste.

Tabela 3

Participação Relativa da População Total das Regiões no Total do Estado, por Ordem Decrescente em 2000
Bahia - Regiões Econômicas, 1980-2000

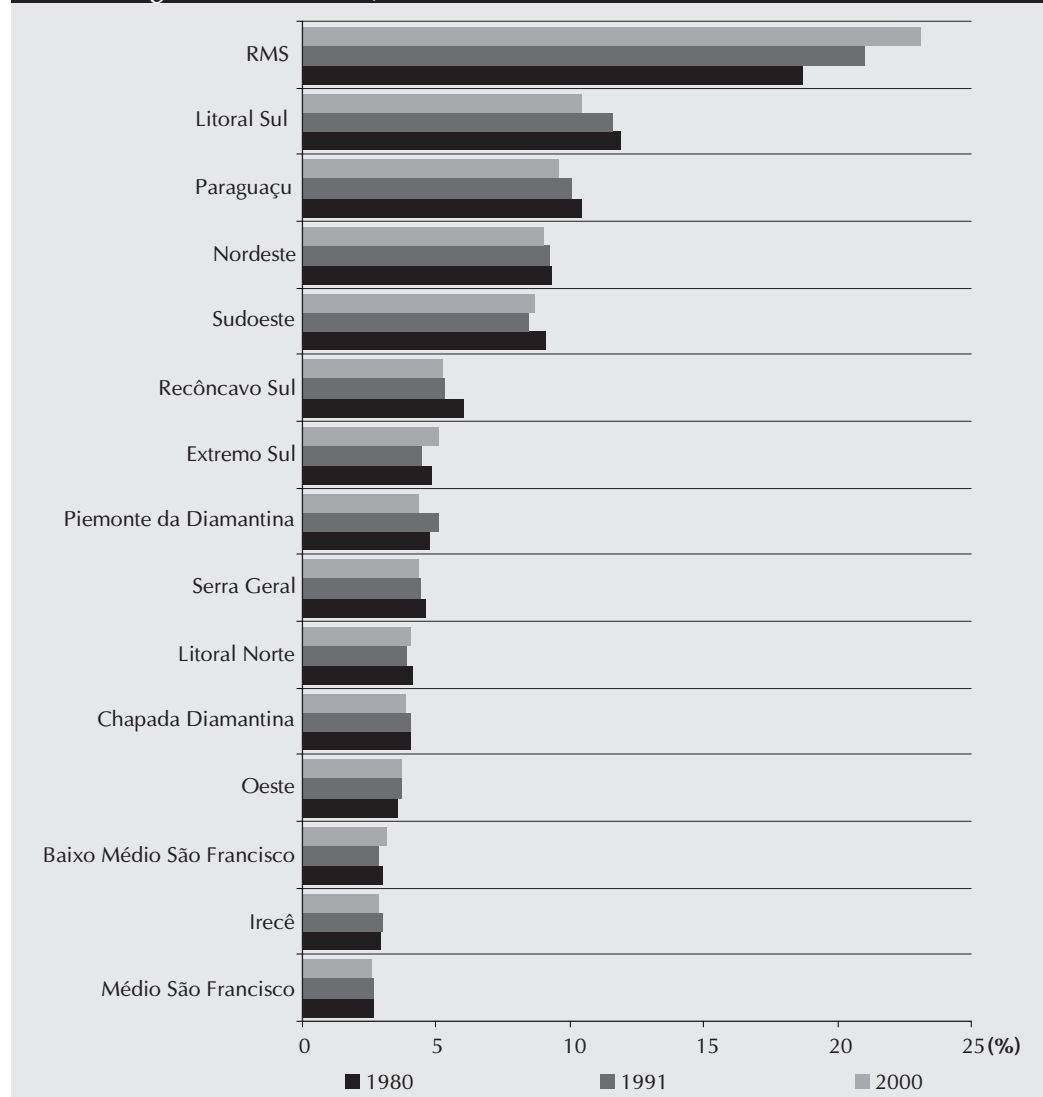
Grande Área	Regiões Econômicas	Participação no Estado (%)		
		1980	1991	2000
LITORAL	RMS	18,69	21,04	23,12
LITORAL	Litoral Sul	11,91	11,64	10,41
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	10,43	10,05	9,56
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	9,32	9,26	9,00
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	9,09	8,51	8,69
LITORAL	Recôncavo Sul	5,99	5,30	5,24
LITORAL	Extremo Sul	4,83	4,49	5,09
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	4,73	5,08	4,35
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	4,64	4,42	4,32
LITORAL	Litoral Norte	4,16	3,91	4,06
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	4,07	4,04	3,88
CERRADO	Oeste	3,56	3,70	3,73
SEMI-ÁRIDO	Baixo Médio São Francisco	3,03	2,89	3,12
SEMI-ÁRIDO	Irecê	2,92	3,04	2,85
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	2,64	2,63	2,58
BAHIA		100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

As cinco regiões mais populosas em 1980, 1991 e 2000 – RMS, Litoral Sul, Paraguaçu, Nordeste e Sudoeste – foram as únicas com mais de 1 milhão de moradores no último censo (Cartograma 2). Somadas, desde 1980 agregavam mais da metade da população do Estado, alcançando 60,78% do total em 2000. Nesse ano, a Região Metropolitana de Salvador concentrava, sozinha, 23,12% dos mais de 13 milhões de habitantes da Bahia. Comportava, portanto, mais que o dobro dos habitantes da 2ª região mais populosa, Litoral Sul (com 10,41% ou 1.360.539 hab.).

Gráfico 1

**Participação Relativa da População Total das Regiões no Total do Estado,
por Ordem Decrescente em 2000**
Bahia - Regiões Econômicas, 1980- 2000



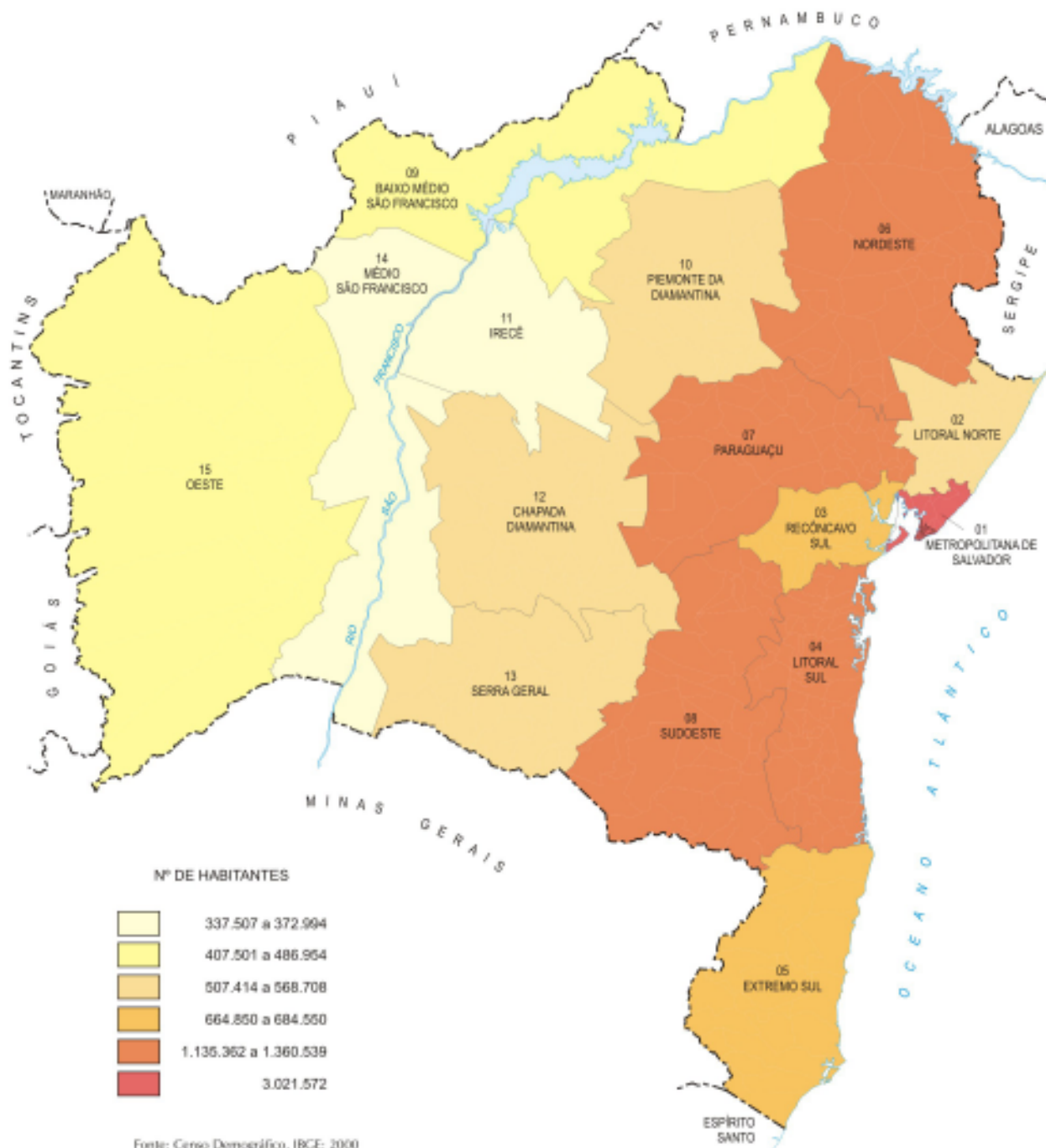
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Esse quadro não diferia muito do existente em anos anteriores. Antes, foi reforçado pela tendência declinante observada nas taxas de crescimento da maioria das regiões.

As dez outras regiões, com menos de 1 milhão de residentes em cada uma, detinham, isoladamente, menos de 6% do total estadual, com populações variando de 684.550 hab., no Recôncavo Sul, a 337.507 habitantes, no MSF. Esta última, situada no Semi-Árido, repetidamente foi a região menos populosa da Bahia, agregando 2,58% da totalidade de seus moradores conforme o último censo.

Cartograma 02

População Total por Região Econômica
Bahia, 2000



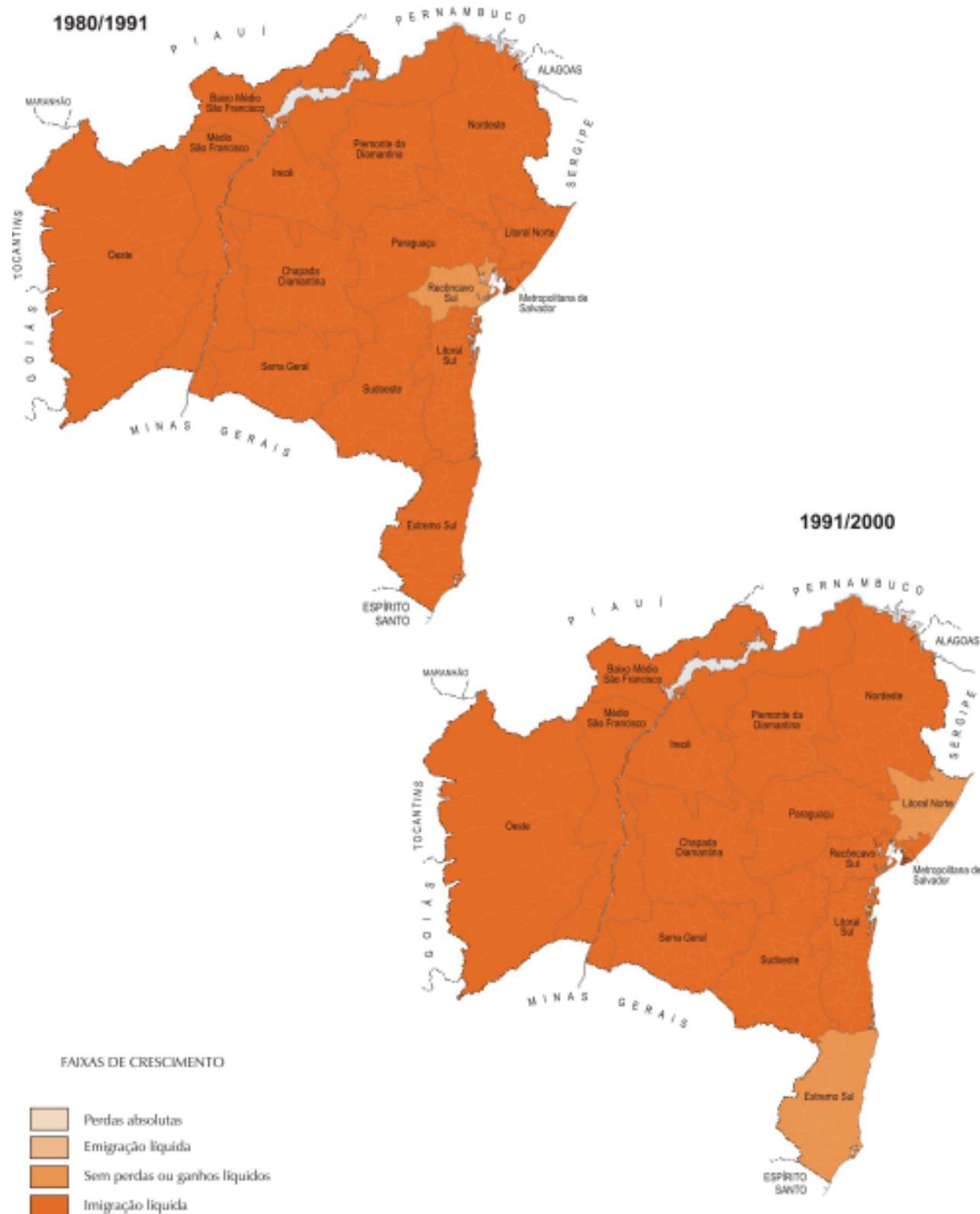
Entre 1980 e 2000, o contingente urbano da Bahia saltou de 4.660.304 para 8.772.348 habitantes. Tal movimento se fez com taxas de crescimento sugestivas de imigração líquida, mas decrescentes quando se comparam os períodos 1980-1991 e 1991-2000 (3,79% a.a. e 2,51% a.a., respectivamente). Todas as REs arrefeceram o ritmo de crescimento da população urbana do primeiro para o segundo período, sendo que oito – Extremo Sul, Chapada Diamantina, Oeste, Nordeste, Baixo Médio São Francisco, Irecê, Médio São Francisco e Serra Geral – apresentaram ritmos de crescimento demográfico superiores ao do estado.

Observe-se que tal tendência prevaleceu apesar de, entre os censos demográficos de 1991 e 2000, terem sido criadas novas áreas urbanas e ampliados perímetros urbanos já existentes, em 62% dos municípios baianos. Em geral, tais alterações abarcaram a maior parte das unidades municipais de cada região, apenas na Chapada da Diamantina menos da metade dos municípios passou por esse processo (45,61% deles). Desse modo, embora parte do território rural de 1991 passasse a ser considerados urbano em 2000, em decorrência de decreto municipal – o que implicou na elevação do contingente urbano –, houve redução do ritmo de crescimento demográfico urbano.

Analisando-se as taxas de crescimento das regiões referentes a 1991-2000, verifica-se que apenas o Litoral Norte (1,93% a.a.) e o Litoral Sul (1,88% a.a.) denotaram ritmo de crescimento inferior a 2% ao ano em sua área urbana (apesar dos ajustes). Todas as demais REs apresentaram taxas elevadas, ou seja, seriam sugestivas de imigração líquida, não fossem os ajustes urbanos acima referidos (Cartograma 3). Em verdade, a redefinição de limites entre as áreas urbanas e rurais, não permite estabelecer com certeza quanto desse crescimento decorre de ganhos demográficos.

Cartograma 03

Crescimento Demográfico da População Urbana por Região Econômica
Bahia, 1980 - 2000



No primeiro período, excluindo-se o Recôncavo Sul (2,18% a.a., ritmo associado ao crescimento sem ganhos ou perdas demográficas expressivas), todas as Regiões Econômicas baianas apresentaram crescimento urbano por imigração líquida e com taxas bastante elevadas, variando de 2,84% a.a. a 9,23% ao ano (Tabela 4).

Tabela 4

População Urbana Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Regiões Econômicas, 1980-2000						
Crescimento/ Grande Área	Regiões Econômicas	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
		1980 (1)	1991	2000	1980/ 1991	1991/ 2000
Sugestivo de Imigração Líquida						
LITORAL	Extremo Sul	124.299	328.127	487.111	9,23	4,49
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	76.355	130.874	183.343	5,02	3,82
CERRADO	Oeste	102.921	190.243	262.058	5,74	3,62
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	232.525	369.288	487.940	4,29	3,14
SEMI-ÁRIDO	Baixo Médio São Francisco	106.683	186.672	243.612	5,22	3,00
SEMI-ÁRIDO	Irecê	103.198	169.381	218.480	4,61	2,87
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	72.051	112.772	144.996	4,16	2,83
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	119.581	194.899	245.223	4,54	2,58
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	434.750	655.727	814.615	3,81	2,44
LITORAL	RMS	1.696.318	2.421.340	2.973.880	3,29	2,31
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	420.119	607.743	741.291	3,41	2,23
LITORAL	Recôncavo Sul	257.639	326.633	396.804	2,18	2,19
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	137.812	240.748	291.332	5,20	2,14
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos						
LITORAL	Litoral Norte	220.348	299.941	356.347	2,84	1,93
LITORAL	Litoral Sul	555.705	782.382	925.316	3,16	1,88
	BAHIA	4.660.304	7.016.770	8.772.348	3,79	2,51

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Os elevados ritmos de crescimento urbano verificados nas regiões refletiram a expressiva ampliação do percentual desses residentes em cada uma delas. Até 1980, apenas duas – RMS e LN, ambas na Grande Área Litoral – registraram grau de urbanização⁶ superior a 50%. Em 1991, quando a Bahia pôde ser considerada urbana, esse número chegou a oito. Além das já citadas, o Extremo Sul, Sudoeste, Litoral Sul, Recôncavo Sul (no Litoral), Paraguaçu e BMSF (no Semi-Árido) passaram, também, a ter a maior parte da população residindo em áreas consideradas urbanas pelos critérios censitários (vide Tabela 5).

Em 2000, a Bahia contava com 67,12% de seus habitantes em meio urbano e 11 de suas REs encontravam-se urbanizadas, tendo a RMS, o Extremo Sul e o Litoral Sul níveis de urbanização mais elevados que o estado. As quatro em que a população rural prevalecia sobre a urbana, situavam-se no Semi-Árido – Serra Geral (com grau de urbanização equivalendo a 43,40%), MSF (42,96%), Nordeste (41,48%) e Chapada Diamantina (36,13%).

⁶ Grau de urbanização significa a proporção de habitantes urbanos na composição da população total. Neste trabalho uma localidade será considerada urbanizada se sua população urbana for maior que a rural.

Tabela 5

Grau de Urbanização dos Municípios, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Regiões Econômicas, 1980-2000				
Grandes Áreas	Regiões Econômicas	Grau de Urbanização		
		1980	1991	2000
LITORAL	RMS	96,02	96,99	98,42
LITORAL	Extremo Sul	27,23	61,54	73,27
LITORAL	Litoral Sul	49,35	56,61	68,01
LITORAL	Litoral Norte	55,98	64,68	67,12
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	48,90	60,19	65,29
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	44,11	54,96	65,16
SEMI-ÁRIDO	Baixo Médio São Francisco	37,21	54,49	59,78
SEMI-ÁRIDO	Irecê	37,36	46,90	58,57
LITORAL	Recôncavo Sul	45,51	51,93	57,97
CERRADO	Oeste	30,56	43,34	53,82
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	30,82	39,92	51,23
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	27,27	37,14	43,40
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	28,86	36,18	42,96
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	26,40	33,60	41,48
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	19,84	27,30	36,13
BAHIA		49,29	59,12	67,12

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Como se pode depreender a partir da Tabela 6, o processo de urbanização do espaço baiano avançou com maior rapidez nas regiões mais próximas ao litoral. Tal situação remete ao próprio perfil do processo de colonização da Bahia – iniciado na porção litorânea e com características eminentemente urbanas – e à sua dinâmica de expansão econômica. Desse modo, ainda pelos dados de 2000, os níveis mais elevados de urbanização foram encontrados em quatro das cinco regiões situadas na porção costeira.

Em relação ao peso relativo dessas populações no conjunto estadual, mais uma vez a RMS apresentou posição destacada nos três anos censitários, sempre englobando mais de 30% dos moradores urbanos do estado. Apesar dessa posição de destaque, sua participação relativa vem declinando progressivamente frente ao conjunto urbano do estado (Tabela 6). A mesma tendência de retração de importância relativa foi observada nas regiões Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul e Sudoeste, que figuravam entre as mais urbanizadas da Bahia em 2000. Acrescente-se que, em relação às regiões Litoral Norte e Litoral Sul, a perda de peso relativo pode estar associada, também, ao fato de seu crescimento urbano, além de estar em queda, ter sido dos mais baixos dentre as Regiões Econômicas.

Em contraposição, as seis regiões com os menores contingentes urbanos elevaram sua contribuição na composição do contingente urbano do Estado: Oeste, Serra Geral, BMSF, Irecê, Chapada Diamantina e MSF. Seguiram também essa tendência o Extremo Sul e Nordeste. De todo modo, as regiões permaneceram na mesma posição no que se refere à importância de sua população urbana em relação à Bahia em 1980, 1991 e 2000. Assim, por exemplo, a RMS sempre comportou a maior população urbana e o Médio São Francisco, a menor.

Tabela 6

Participação Relativa da População Urbana das Regiões no Total do Estado, Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia - Regiões Econômicas, 1980-2000

Grandes Áreas	Regiões Econômicas	Participação no Estado (%)		
		1980	1991	2000
LITORAL	RMS	36,40	34,51	33,90
LITORAL	Litoral Sul	11,92	11,15	10,55
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	9,33	9,35	9,29
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	9,01	8,66	8,45
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	4,99	5,26	5,56
LITORAL	Extremo Sul	2,67	4,68	5,55
LITORAL	Recôncavo Sul	5,53	4,66	4,52
LITORAL	Litoral Norte	4,73	4,27	4,06
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	2,96	3,43	3,32
CERRADO	Oeste	2,21	2,71	2,99
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	2,57	2,78	2,80
SEMI-ÁRIDO	Baixo Médio São Francisco	2,29	2,66	2,78
SEMI-ÁRIDO	Irecê	2,21	2,41	2,49
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	1,64	1,87	2,09
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	1,55	1,61	1,65
BAHIA		100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Conforme o último censo, vê-se que as regiões podem ser divididas em quatro grandes grupos, de acordo com o porte demográfico urbano. A RMS detinha quase 3 milhões de moradores. Três regiões registraram mais de 500 mil e menos de 1 milhão de habitantes (Litoral Sul, Paraguaçu e Sudoeste). Entre 300 e 500 mil, estavam as regiões Nordeste, Extremo Sul, Recôncavo Sul e Litoral Norte. As demais, Piemonte da Diamantina, Serra Geral, BMSF, Irecê, Chapada Diamantina e MSF, no Semi-Árido, e Oeste, no Cerrado, registraram menos de 300 mil moradores urbanos.

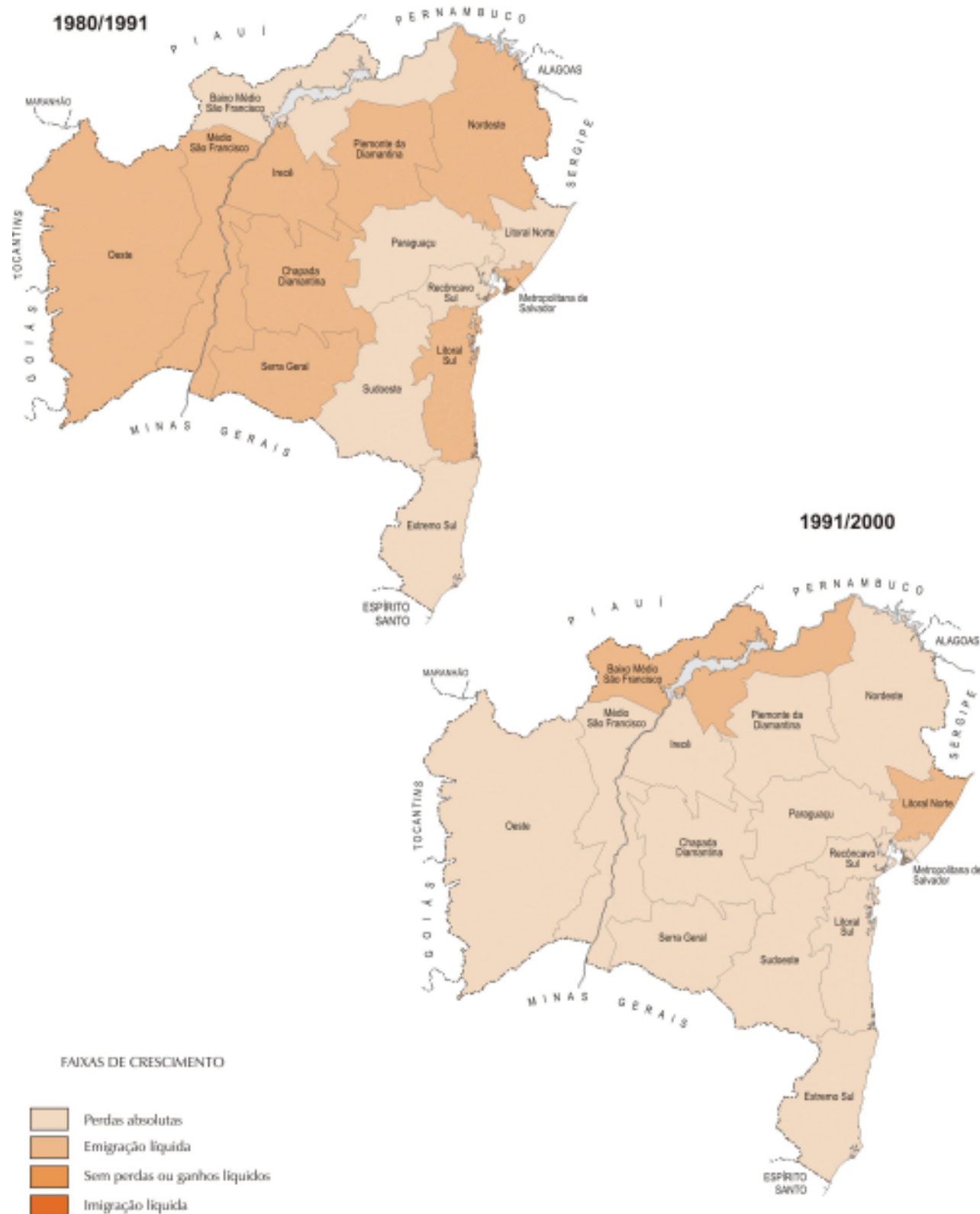
GENERALIZADA AMPLIAÇÃO DAS PERDAS DEMOGRÁFICAS RURAIS

Entre 1991 e 2000, a Bahia pela primeira vez experimentou redução absoluta de população rural, refletindo-se na taxa de crescimento demográfico de -1,32% ao ano. Isso significou a elevação das perdas líquidas já verificadas entre 1980 e 1991 (0,11% ao ano). Deve ser observado, contudo, que, apesar de os estudos e projeções apontarem para a tendência à diminuição da população rural no estado, a redefinição dos limites das áreas urbanas que avançaram sobre as rurais não permite afirmar que as taxas de crescimento observadas reflitam exclusivamente emigração; pode-se mesmo dizer que parte das perdas rurais decorreu da própria transformação de povoados rurais em distritos ou da incorporação daqueles por áreas urbanas preexistentes.

No Cartograma 4 pode-se comparar-se os ritmos de crescimento demográfico das Regiões Econômicas entre 1980-1991 e 1991-2000. Verifica-se que todas experimentaram emigração líquida nos dois períodos. Entre 1980-91, em nove das REs, as taxas mesmo baixas, eram positivas. No período seguinte, somente o Litoral Norte e o Baixo Médio São Francisco não revelaram redução absoluta de moradores.

Cartograma 04

Crescimento Demográfico da População Rural por Região Econômica
Bahia, 1980 - 2000



Observando-se a Tabela 7 verifica-se que o Extremo Sul, Paraguaçu, Irecê, Piemonte da Diamantina, Litoral Sul e RMS cresceram em ritmos inferiores ao do conjunto rural baiano.

Tabela 7

População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, Por Ordem Decrescente em 2000 Bahia - Regiões Econômicas, 1980-2000						
Crescimento/ Grande Área	Regiões Econômicas	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
		1980 (1)	1991	2000	1980/ 1991	1991/ 2000
Sugestivo de Emigração Líquida						
LITORAL	Litoral Norte	173.259	163.785	174.551	-0,51	0,71
SEMI-ÁRIDO	Baixo Médio São Francisco	180.038	155.878	163.889	-1,30	0,56
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População						
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	439.069	402.014	394.071	-0,80	-0,22
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	318.925	329.894	319.814	0,31	-0,34
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	177.614	198.950	192.511	1,04	-0,36
LITORAL	Recôncavo Sul	308.476	302.319	287.746	-0,18	-0,55
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	648.308	729.647	688.261	1,08	-0,65
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	308.539	348.605	324.071	1,12	-0,81
CERRADO	Oeste	233.895	248.710	224.896	0,56	-1,11
LITORAL	Extremo Sul	332.164	205.092	177.739	-4,29	-1,58
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	550.927	537.434	435.548	-0,23	-2,31
SEMI-ÁRIDO	Irecê	173.015	191.750	154.514	0,94	-2,37
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	309.312	362.350	277.376	1,45	-2,93
LITORAL	Litoral Sul	570.237	599.612	435.223	0,46	-3,50
LITORAL	RMS	70.264	75.181	47.692	0,62	-4,93
	BAHIA	4.794.042	4.851.221	4.297.902	0,11	-1,34

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Para verificar onde majoritariamente residia a população rural da Bahia, a Tabela 8 mostra que, em 2000, os cinco maiores contingentes pertenciam, predominantemente, a regiões que compõem o Semi-Árido – Nordeste (16,01%), Paraguaçu (10,13%), Sudoeste (9,17%) e Chapada Diamantina (7,54%) – e, apenas uma, a Litoral Sul (com 10,13% do total da população rural baiana e o 4º maior contingente rural do estado) situava-se na área litorânea. Nessas cinco regiões encontravam-se mais de 50% dos moradores rurais do Estado. De todo modo, a distribuição dos habitantes no meio rural mostrou-se bem mais equilibrada do que aquela verificada no meio urbano.

Numa visão mais abrangente, a RMS constituía-se no menor contingente rural da Bahia, com seus 47.651 moradores. Por seu turno, a RE Nordeste – com a quarta maior população e o segundo menor grau de urbanização da Bahia – seguidamente figurou como a RE de maior população rural (com 687.498 habitantes em 2000) e apresentou elevação contínua de sua importância relativa frente ao estado (13,52% em 1980, 15,04% em 1991 e 16,01% em 2000) ainda que apresentando taxas de crescimento demográfico decrescentes (1,08% a.a. e -0,65% a.a.).

Tabela 8

**Participação Relativa da População Rural das Regiões no Rural do Estado,
Por Ordem Decrescente em 2000
Bahia - Regiões Econômicas, 1980-2000**

Grande Área	Regiões Econômicas	Participação no Estado (%)		
		1980	1991	2000
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	13,52	15,04	16,01
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	11,49	11,08	10,13
LITORAL	Litoral Sul	11,89	12,36	10,13
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	9,16	8,29	9,17
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	6,44	7,19	7,54
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	6,65	6,80	7,44
LITORAL	Recôncavo Sul	6,43	6,23	6,70
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	6,45	7,47	6,45
CERRADO	Oeste	4,88	5,13	5,23
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	3,70	4,10	4,48
LITORAL	Extremo Sul	6,93	4,23	4,14
LITORAL	Litoral Norte	3,61	3,38	4,06
SEMI-ÁRIDO	Baixo Médio São Francisco	3,76	3,21	3,81
SEMI-ÁRIDO	Irecê	3,61	3,95	3,60
LITORAL	RMS	1,47	1,55	1,11
BAHIA		100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

OBSERVAÇÕES GERAIS DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS ENTRE 1991 E 2000

A análise comparativa dos aspectos demográficos das 15 Regiões Econômicas da Bahia se, por um lado, revelou tendências de crescimento comuns, por outro evidenciou dinâmicas diferenciadas no que se refere ao porte e intensidade de ritmos de crescimento total ou por local de residência. As mesmas diferenças se repetem no interior de cada uma das regiões, ou seja, o estudo das 415 unidades municipais do Estado⁷ permite verificar que, nas últimas décadas do século XX, permaneceram, e, em alguns casos, até intensificaram-se, as elevadas discrepâncias de perfis e dinâmicas de crescimento demográfico.

Considerou-se importante apresentar, portanto, aqueles municípios baianos com maior ou menor expressão em termos de porte e ritmos de crescimento, particularmente entre 1991 e 2000. Ressalva-se que se pretende apenas traçar um quadro geral, não havendo intenção de desenvolver uma análise detalhada da evolução das tendências demográficas das unidades municipais do estado, nem de analisar os diferentes aspectos que contribuíram para sua determinação.

Em relação às taxas de crescimento, entre 1991 e 2000, em 68 municípios identificou-se crescimento por imigração líquida. Paralelamente, em outros

⁷ Entre 1991 e 2000 foram criados dois municípios, Barrocas e Luís Eduardo Magalhães, de modo que o Estado passou a contar com 417 unidades. No entanto, os dados até agora divulgados não permitem o ajuste dos censos de 1991 e de 1980, para que se possa estabelecer a comparabilidade necessária às análises. Portanto, para efeito desse item, consideramos apenas os municípios criados até 1991, ou seja, 415.

278 houve emigração líquida, sendo que 146 municípios (35% do total) registraram perda absoluta de população. Em termos gerais, no último período censitário, as taxas de crescimento oscilaram entre 15,49% a.a. e -4,66% ao ano, o que representou uma expressiva diferença de 20,34 pontos entre elas. Nas Tabelas 9 e 10 observam-se, respectivamente, os municípios que registraram as maiores e menores taxas de crescimento demográfico em 1991-2000.

Na Tabela 9 estão todos os municípios com taxas médias anuais superiores a 4% ao ano no último período censitário. Em conjunto, cresceram 5,56% a.a. – ritmo bastante superior à média baiana – e representaram 25,20% do incremento total da Bahia em 1991-2000. Somaram 785.420 hab. no último censo e seis desses municípios encontravam-se em regiões situadas na Grande Área Litoral. Além disso, as duas taxas de crescimento demográfico mais elevadas foram obtidas por unidades municipais do Extremo Sul, região do estado de maior crescimento no período: Santa Cruz Cabralia (com 15,49% a.a., mais que triplicou seu número de residentes) e Porto Seguro (11,94% a.a.).

Tabela 9

População e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual dos Municípios com Taxas Superiores a 4% ao Ano, Por Ordem Decrescente Bahia, 1991-2000

Região Econômica	Municípios	População		Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)
		1991	2000	
Extremo Sul	Santa Cruz Cabralia	6.535	23.888	15,49
Extremo Sul	Porto Seguro	34.661	95.721	11,95
Sudoeste	Mirante	8.189	13.666	5,86
Chapada Diamantina	Érico Cardoso	7.307	12.160	5,82
Chapada Diamantina	Ibicoara	8.726	14.453	5,77
Sudoeste	Barra do Choça	24.844	40.818	5,67
RMS	Lauro de Freitas	69.270	113.543	5,64
Sudoeste	Caatiba	9.707	15.508	5,34
Extremo Sul	Mucuri	17.606	28.062	5,32
Serra Geral	Piripá	10.416	16.128	4,98
Sudoeste	Encruzilhada	21.362	32.924	4,92
Sudoeste	Boa Nova	13.505	20.544	4,77
Serra Geral	Guajeru	8.534	12.836	4,64
Nordeste	Rodelas	4.298	6.260	4,27
RMS	Dias D'Ávila	31.260	45.333	4,22
Oeste	Barreiras	92.640	131.849	4,00
RMS	Camaçari	113.639	161.727	4,00
Total		482.499	785.420	5,56

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000

Quanto ao porte das populações dos municípios listados na Tabela 9, o maior era o de Camaçari (na RMS), com 161.727 habitantes e 3,96% de crescimento médio anual. Mais dois municípios contavam com populações superiores a 100 mil habitantes (Lauro de Freitas, também na RMS, e Barreiras, no Oeste) e um, Porto Seguro, contava com pouco mais 95 mil moradores. Os quinze restantes apresentavam menos de 50 mil habitantes cada um, seis dos quais com menos de 20 mil habitantes em 2000.

Os municípios com os menores ritmos de crescimento (listou-se os que registraram taxas de crescimento demográfico inferiores a -3% a.a.) situavam-se majoritariamente no Semi-Árido: sete no Paraguaçu, cinco no Piemonte da Diamantina, um no Sudoeste, um em Irecê. Os cinco restantes estavam no Litoral Sul. Ao todo, agregavam 213.180 habitantes e apresentaram taxa média de crescimento demográfico -3,85% ao ano em 1991-2000, acumulando uma perda demográfica da ordem de 90.414 pessoas (Tabela 10). Com populações de pequeno porte, excetuando-se Anagé (31.060 hab.), Uruçuca (20.300 hab.) e Mundo Novo (21.273 hab.), todos os demais apresentavam menos de 15 mil habitantes em 2000, estando incluídos no grande grupo de municípios baianos com menos de 20 mil habitantes.

Tabela 10

População e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual dos Municípios com Taxas Inferiores a -3% ao Ano, Por Ordem Decrescente Bahia, 1991-2000

Região Econômica	Municípios	População		Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)
		1991	2000	
Litoral Sul	Piraí do Norte	13.759	10.425	-3,04
Litoral Sul	Cairu	15.217	11.410	-3,15
Sudoeste	Anagé	41.544	31.060	-3,18
Piemonte da Diamantina	Caém	17.116	12.563	-3,38
Paraguaçu	Tanquinho	10.280	7.460	-3,50
Paraguaçu	Nova Fátima	10.445	7.536	-3,56
Piemonte da Diamantina	Caldeirão Grande	15.815	11.395	-3,58
Litoral Sul	São José da Vitória	8.768	6.210	-3,76
Paraguaçu	Lajedinho	6.225	4.352	-3,90
Paraguaçu	Capela do Alto Alegre	17.142	11.898	-3,98
Piemonte da Diamantina	Antônio Gonçalves	14.082	9.716	-4,04
Paraguaçu	Mundo Novo	30.854	21.273	-4,05
Litoral Sul	Nova Ibiá	10.502	7.166	-4,16
Piemonte da Diamantina	Quixabeira	13.927	9.466	-4,20
Paraguaçu	Gavião	7.118	4.792	-4,30
Litoral Sul	Uruçuca	30.763	20.323	-4,50
Piemonte da Diamantina	São José do Jacuípe	14.100	9.233	-4,60
Irecê	Itaguaçu da Bahia	17.341	11.309	-4,64
Paraguaçu	Ichu	8.596	5.593	-4,66
Total		303.594	213.180	-3,85

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Mais especificamente, em 2000, 44,09% dos municípios baianos detinham entre 10 e 20 mil habitantes e em 17,11% havia menos de 10 mil moradores. Por outro lado, apenas 2,89% contavam com mais de 100 mil hab. e, dentre esses, somente a capital do estado possuía mais de 500 mil residentes. A observação da Tabela 11 evidencia, portanto, que mais de 60% dos municípios baianos apresentavam porte demográfico bastante reduzido, inferior a 20 mil habitantes.

Em geral, isoladamente, tais municípios não possuem uma dinâmica econômica autônoma e uma estrutura urbana capaz de atender às demandas de seus cidadãos. Tais pessoas tendem a buscar fora do seu município de residência o atendimento de suas necessidades, principalmente as de emprego,

educação e saúde. Por exemplo, em alguns municípios da Região Nordeste, como Coronel João Sá e Santa Brígida, os habitantes dirigem-se comumente a Paulo Afonso (na própria região) ou a Aracaju (em Sergipe), dentre outros motivos, quando necessitam de atendimento médico.

Tabela 11

Número de Municípios Por Faixa de Tamanho de População Bahia, 2000		
Faixa de Tamanho de População	Quantidade de Municípios	Participação (%)
Acima de 500 mil	1	0,24
de 100 a 500 mil	11	2,65
de 50 a 100 mil	26	6,27
de 20 a 50 mil	123	29,64
de 10 a 20 mil	183	44,09
menos de 10 mil	71	17,11
Total	415	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

Os onze menores municípios baianos em 2000 – com menos de 5.500 habitantes – estão na Tabela 12. Todos eles registraram emigração líquida, sendo que apenas Cravolândia não diminuiu seu contingente em termos absolutos entre 1991 e 2000. Dessa forma, esses municípios experimentaram tendência à retração de seu porte demográfico e de acordo com o censo de 2000, representavam menos de 0,4% do total de moradores da Bahia. Em termos de localização, sete situam-se no Semi-Árido (Firmino Alves, Cravolândia, Gavião, Ibiquera, Lajedinho, Contendas do Sincorá e Lafayete Coutinho), três no Litoral (Aiquara, Dom Macedo Costa e Lajedão) e um, o menor, no Cerrado (Catolândia).

Tabela 12

Municípios Com Menos de 5.500 Habitantes e Participação Relativa na População do Estado Bahia, 2000			
Região Econômica	Municípios	População	Participação no Estado (%)
Litoral Sul	Aiquara	5.315	0,04
Sudoeste	Firmino Alves	5.170	0,04
Sudoeste	Cravolândia	5.001	0,04
Paraguaçu	Gavião	4.792	0,04
Paraguaçu	Ibiquera	4.495	0,03
Paraguaçu	Lajedinho	4.352	0,03
Serra Geral	Contendas do Sincorá	4.264	0,03
Sudoeste	Lafayete Coutinho	4.102	0,03
Recôncavo Sul	Dom Macedo Costa	3.748	0,03
Extremo Sul	Lajedão	3.409	0,03
Oeste	Catolândia	3.092	0,02
	Total	47.740	0,37

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

Em contraste com esse conjunto, a capital do estado, Salvador, comportava 18,69% do total da população da Bahia, com 2.443.107 habitantes – detendo sozinha um contingente superior ao de todas as REs da Bahia, excetuando-se, obviamente, apenas a RMS.

Nenhum outro município chegou sequer a 500.000 habitantes em 2000. O segundo e terceiro maiores municípios eram Feira de Santana e Vitória da Conquista, que respondiam, respectivamente, por 3,68% e 2,01% dos habitantes baianos. Juntas, essas três maiores unidades municipais concentravam 24,38% da população do estado. Conforme a Tabela 13, os demais municípios que registravam mais de 100 mil moradores representavam, isoladamente, menos de 2% do contingente total da Bahia.

Tabela 13

Municípios Com Mais de 100.000 Habitantes por Região Econômica e Participação na População do Estado Bahia, 2000			
Região Econômica	Municípios	População	Participação no Estado (%)
RMS	Salvador	2.443.107	18,69
Paraguaçu	Feira de Santana	480.949	3,68
Sudoeste	Vitória da Conquista	262.494	2,01
Litoral Sul	Ilhéus	222.127	1,70
Litoral Sul	Itabuna	196.675	1,50
Baixo Médio S. Francisco	Juazeiro	174.567	1,34
RMS	Camaçari	161.727	1,24
Sudoeste	Jequié	147.202	1,13
Oeste	Barreiras	131.849	1,01
Litoral Norte	Alagoinhas	130.095	1,00
RMS	Lauro de Freitas	113.543	0,87
Extremo Sul	Teixeira de Freitas	107.486	0,82
	Total	4.571.821	34,98

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

A observação da mesma tabela evidencia que os maiores contingentes demográficos estão em municípios localizados predominantemente na Grande Área do Litoral (Salvador, Ilhéus, Itabuna, Alagoinhas, Camaçari, Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas, os três últimos com imigração líquida entre 1991 e 2000). O maior município do Cerrado, Barreiras (Região Oeste), teve um crescimento bastante acentuado revelando ganhos demográficos nas últimas duas décadas, muito provavelmente graças ao cultivo da soja e as atividades dele decorrentes que – implantado na região no final dos anos 1970 – atraiu intensas correntes migratórias tanto da Bahia quanto de outros estados brasileiros.

Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié e Juazeiro, integrantes do Semi-Árido, há muito colocam-se entre os mais destacados municípios baianos, importantes como centro comerciais e situados em ponto de confluência de rodovias estaduais e federais que ligam o estado a outras unidades da Federação. Particularmente Juazeiro, separado de Petrolina (em Pernambuco) pelo Rio São Francisco, elevou seu contingente demográfico entre 1980 e 2000 por imigração líquida, processo possivelmente relacionado à ampliação dos perímetros irrigados destinados à fruticultura. Dessa forma, seu crescimento total decorreu em muito do alto ritmo de crescimento demográfico rural.

A mesma discrepância de porte demográfico, identificada para as populações totais, foi verificada para as áreas urbanas em 2000. A maior parte delas (351 ou 74,57% do total) possuía menos de 20 mil moradores. Destas, 268 possuíam entre 1.000 e 10 mil moradores e um total de 1.242.341 habitantes.

Ao mesmo tempo, as maiores populações urbanas do estado – aqui consideradas como as 11 que comportavam 100 mil ou mais habitantes – agregavam mais de quatro milhões de pessoas ou 47,96% do total urbano de 2000 (Tabela 14). Com larga diferença em relação a Salvador, o segundo maior conjunto urbano encontrava-se em Feira de Santana: 431.730 hab. (4,92% do total). Além destes, apenas Vitória da Conquista (225.545 hab.) e Itabuna (191.184 hab.) possuíam, individualmente, mais de 2% do total urbano do estado.

Tabela 14

Municípios Com as Maiores Populações Urbanas por Região Econômica e Participação na População Urbana do Estado Bahia, 2000			
Região Econômica	Municípios	População	Participação no Estado (%)
RMS	Salvador	2.442.102	27,84
Paraguaçu	Feira de Santana (*)	431.730	4,92
Sudoeste	Vitória da Conquista (*)	225.545	2,57
Litoral Sul	Itabuna	191.184	2,18
Litoral Sul	Ilhéus	162.125	1,85
RMS	Camaçari (*)	154.402	1,76
Baixo Médio S. Francisco	Juazeiro (*)	133.278	1,52
Sudoeste	Jequié	130.296	1,49
Oeste	Barreiras (*)	115.784	1,32
Litoral Norte	Alagoinhas	112.440	1,28
RMS	Lauro de Freitas (*)	108.385	1,24
	Total	4.207.271	47,96

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

(*) Município com taxa de crescimento superior a 2% a.a. entre 1991 e 2000.

Dos 11 maiores agregados urbanos da Bahia, seis apresentaram taxas de crescimento elevadas entre 1991 e 2000 (destacados na Tabela 14), dos quais, apenas Juazeiro não teve avanço de áreas urbanas sobre as rurais. Entre os cinco restantes, Salvador manteve-se numa faixa de crescimento em que não ocorreram nem perdas nem ganhos migratórios significativos. Itabuna apresentou crescimento urbano com ritmo indicativo de perdas líquidas.

Observou-se ainda, que a população considerada urbana tendeu a se concentrar nas sedes municipais. Em outras palavras, na Bahia em 2000, inexistem áreas urbanas com alguma relevância demográfica fora das sedes municipais. Por exemplo, em Salvador e Itabuna, a população da sede equivalia ao total do contingente urbano. Além destes, em Lauro de Freitas, por exemplo, mais de 90% da população urbana residia em seu distrito sede.

Dentre os municípios com os menores contingentes urbanos, alguns não chegavam a abrigar sequer 0,1% do total da população estadual. Na Tabela 15 estão relacionadas todas as unidades municipais cujos contingentes urbanos mostraram-se inferiores a 1.500 habitantes, três das quais (Dom Macedo Costa, Lajedinho e Catolândia) figuravam entre os menores municípios baianos em 2000. Somadas, as populações urbanas desses municípios representavam apenas 0,16% do contingente da Bahia urbana. Sobre seus ritmos de crescimento, excetuando-se Pedrão, Catolândia (ambos com perdas demográficas líquidas) e Érico Cardoso (que cresceu sem ganhos ou perdas migratórias expressivas), as demais unidades revelaram taxas de crescimento urbano associadas à imigração líquida entre 1991 e 2000.

Tabela 15

Municípios Com Menos de 1.500 Residentes Urbanos por Região Econômica e Participação na População Urbana do Estado Bahia, 2000

Região Econômica	Municípios	População	Participação no Estado (%)
Nordeste	Ribeira do Amparo (*)	1.459	0,02
Litoral Norte	Pedrão	1.457	0,02
Sudoeste	Caraíbas (*)	1.424	0,02
Chapada Damantina	Érico Cardoso	1.322	0,02
Recôncavo Sul	Dom Macedo Costa (*)	1.297	0,01
Sudoeste	Mirante (*)	1.279	0,01
Extremo Sul	Vereda (*)	1.276	0,01
Paraguaçu	Santanópolis (*)	1.250	0,01
Paraguaçu	Lajedinho (*)	1.154	0,01
Médio S. Francisco	Muquém do São Francisco (*)	997	0,01
Oeste	Catolândia	848	0,01
	Total	13.763	0,16

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

(*) Município com taxa de crescimento superior a 2% a.a. entre 1991 e 2000.

No ano 2000, em 180 municípios, ou 43,37% do total do estado, a maior parcela da população residia em áreas urbanas, sendo que em 97 deles o grau de urbanização revelou-se inferior ao do estado. Dessa forma, mesmo com a conversão de parte do território e do contingente rural em urbano, mencionada anteriormente, 235 municípios conservavam a maior parcela da sua população em áreas rurais.

A Tabela 16 revela que dos 20 municípios com os mais elevados graus de urbanização em 2000, oito deles situavam-se na RMS, um no Recôncavo Sul, um no Litoral Sul e dois no Extremo Sul. Portanto, 12 dos municípios com mais de 90% de residentes urbanos estavam no Litoral. No mais urbanizado do estado, Itaparica, a totalidade dos habitantes (pouco mais de 18 mil) era urbana, quer dizer, inexistia área ou população rural nesse município. Em seguida, encontravam-se Salvador, com 99,96% dos seus moradores vivendo em ambiente urbano, e Saubara, com pouco mais de 10 mil habitantes e grau de urbanização equivalente a 98,85%.

Observa-se, pela mesma tabela, que elevados graus de urbanização puderam ser encontrados em municípios de diferentes portes demográficos.

Tabela 16

População Total dos Municípios com os Maiores Graus de Urbanização, por Ordem Decrescente de Urbanização Bahia, 2000

Região Econômica	Municípios	População Total	Grau de Urbanização
RMS	Itaparica	18.945	100,00
RMS	Salvador	2.443.107	99,96
Recôncavo Sul	Saubara	10.193	98,85
Litoral Sul	Itabuna	196.675	97,21
RMS	Madre de Deus	12.036	96,37
RMS	Camaçari	161.727	95,47
RMS	Lauro de Freitas	113.543	95,46
Sudoeste	Itapetinga	57.931	95,25
RMS	Dias D'Ávila	45.333	94,13
Extremo Sul	Eunápolis	84.120	94,10
Sudoeste	Santa Inês	11.027	94,08
RMS	Vera Cruz	29.750	93,69
Irecê	Irecê	57.436	92,53
Baixo Médio S. Francisco	Sobradinho	21.325	91,93
Extremo Sul	Teixeira de Freitas	107.486	91,81
RMS	Candeias	76.783	90,03
	Total	3.447.417	95,05

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

Dentre as unidades com os mais baixos percentuais de moradores urbanos, à exceção de Jucuruçu (Extremo Sul, no Litoral), todos localizavam-se no Semi-Árido. Ademais, excluindo-se Monte Santo, Anagé e Serra do Ramalho (com populações variando entre, aproximadamente, 30.000 e 50.000), os demais apresentavam menos de 20 mil habitantes. Em outras palavras, nos municípios com os menores graus de urbanização da Bahia, em 2000, preponderavam unidades de pequeno porte (Tabela 17). Nestes, o grau de urba-

Tabela 17

População Total dos Municípios com os Menores Graus de Urbanização do Estado, por Ordem Decrescente de Grau de Urbanização Bahia, 2000

Região Econômica	Municípios	População Total	Grau de Urbanização
Extremo Sul	Jucuruçu	12.377	14,95
Serra Geral	Dom Basílio	10.427	14,59
Paraguaçu	Santanópolis	8.644	14,46
Serra Geral	Maetinga	13.686	14,42
Sudoeste	Anagé	31.060	13,55
Serra Geral	Guajeru	12.836	13,42
Nordeste	Monte Santo	54.552	13,25
Nordeste	Pedro Alexandre	16.953	12,57
Médio S. Francisco	Serra do Ramalho	32.600	11,48
Paraguaçu	Ipecaetá	18.383	11,23
Médio S. Francisco	Muquém do São Francisco	9.052	11,01
Chapada Diamantina	Érico Cardoso	12.160	10,87
Nordeste	Ribeira do Amparo	13.903	10,49
Sudoeste	Mirante	13.666	9,36
Sudoeste	Caraíbas	17.164	8,30
	Total	277.463	12,26

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

nização variou de 14,95% a 8,30% – ou 12,26% em média. Em dois municípios ainda havia menos de 10% de moradores em meio urbano, Mirante (9,36% num total de 13.666 hab.) e Caraíbas (8,30% de um total de 17.164 moradores), ambos pertencentes à Região Sudoeste.

Porte das populações rurais dos municípios

Quanto à população rural, observou-se um nível de concentração bastante inferior ao da população urbana. De fato, em 2000, tal como demonstra a Tabela 18 – com todos os contingentes rurais municipais da Bahia superiores a 30 mil habitantes – as maiores populações somadas agrupavam apenas 10,36% do total rural baiano. Isoladamente, nenhum município detinha, ao menos, 1,50% do conjunto estadual e, o maior deles, Ilhéus, registrou 60 mil pessoas. Ademais, excetuando-se Juazeiro (cujo contingente rural cresceu por imigração líquida em 1991-2000) e Macaúbas (com ritmo de crescimento que não revelou perdas ou ganhos migratórios significativos), os demais municípios experimentaram perdas demográficas rurais, a maioria deles reduzindo o número de habitantes de 1991 para 2000.

Conforme a mesma Tabela 18, apenas Ilhéus localizava-se no Litoral, os municípios restantes concentravam-se no Semi-Árido.

Tabela 18

Municípios Mais de 30 Mil Habitantes Rurais por Região Econômica e Participação na População Rural do Estado Bahia, 2000

Região Econômica	Municípios	População Rural	Participação no Estado (%)
Litoral Sul	Ilhéus	60.002	1,40
Paraguaçu	Feira de Santana	49.219	1,15
Nordeste	Monte Santo	47.326	1,10
Baixo Médio S. Francisco	Juazeiro (*)	41.289	0,96
Piemonte da Diamantina	Campo Formoso	40.939	0,95
Paraguaçu	Ipirá	38.426	0,89
Nordeste	Serrinha	37.263	0,87
Sudoeste	Vitória da Conquista	36.949	0,86
Nordeste	Tucano	32.351	0,75
Nordeste	Araci	31.395	0,73
Chapada Diamantina	Macaúbas	30.125	0,70
	Total	445.284	10,36

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

(*) Município com taxa de crescimento médio rural superior a 2% ao ano entre 1991 e 2000.

Em 2000, encontravam-se populações muito pequenas no meio rural, sete das quais, as menores, detinham menos de 1.500 habitantes. Juntas, equivaliam a 0,14% do total dos habitantes rurais da Bahia. Saubara apresentou o menor contingente rural dentre os municípios baianos: 114 habitantes, correspondendo a 0,003% do total rural do estado, e em um município, Itaparica, como já mencionado, não havia população rural. Nesse grupo, Rodelas, Madre de Deus e Saubara verificaram crescimento positivo, ainda que não associado a ganhos demográficos por imigração; os demais apresentaram emigração líquida com taxas de crescimento negativas e acentuadas; a menor foi obtida por Saubara (-28,98% a.a.) entre 1991 e 2000 (ver Tabela 19).

Tabela 19

Municípios com Populações Rurais Inferiores a 1.500 Habitantes e Participação na População Rural do Estado Bahia, 2000

Região Econômica	Municípios	População Rural	Participação no Estado (%)
Nordeste	Rodelas	1.474	0,03
Sudoeste	Firmino Alves	1.364	0,03
Litoral Sul	São José da Vitória	1.056	0,02
RMS	Salvador	1.005	0,02
Sudoeste	Santa Inês	653	0,02
RMS	Madre de Deus	437	0,01
Recôncavo Sul	Saubara	114	0,00
RMS	Itaparica	–	–
	Total	6.103	0,14

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerou-se, neste estudo, a divisão da Bahia em Regiões Econômicas, e a localização destas em relação às Grandes Áreas – Litoral, Semi-Árido e Cerrado – para apresentar as características dos processos demográficos ocorridos nos diferentes espaços do território baiano.

Inicialmente foram comparados os ritmos de crescimento de cada região, de 1980-1991 a 1991-2000, o que evidenciou a desaceleração das taxas de crescimento demográfico em doze delas, sendo que em apenas duas regiões os ritmos de crescimento demográfico indicaram imigração líquida no segundo período: o Extremo Sul e a RMS. Esta última permaneceu sucessivamente como a região mais densamente povoada, concentrando cerca de 23% dos moradores da Bahia, de acordo com os dados do último censo. Na RMS, Salvador, com 18% da população baiana, bem como Camaçari e Lauro de Freitas – o 7º e 11º maiores contingentes demográficos do Estado –, registraram imigração líquida em 1991-2000.

O Litoral Sul, segunda RE mais populosa, com pouco mais de 10% do contingente total da Bahia em 2000, comportava municípios com significativo peso demográfico, como Itabuna e Ilhéus, os quais possuíam mais de 100 mil moradores cada um. Feira de Santana, com quase 500 mil habitantes, 3,7% do total da Bahia, também revelou importante participação no contingente da RE Paraguaçu, a 3ª maior região em 2000.

O ritmo de crescimento por situação de domicílio contou com os efeitos do avanço do espaço urbano sobre o rural, decorrentes de atos dos poderes públicos municipais, motivo pelo qual não se podem tecer maiores considerações a respeito das tendências de crescimento dessas áreas.

Com relação à população urbana, as regiões de maior contingente eram a RMS, o Litoral Sul e o Paraguaçu. Nelas, os municípios de Salvador, Itabuna

e Ilhéus e Feira de Santana, respectivamente, foram os que mais contribuíram para a composição das populações urbanas regionais.

Litoral Sul e Paraguaçu também figuravam como as regiões com os maiores portes demográficos rurais de 2000, inferiores apenas à RE Nordeste. No Litoral Sul estava o município com maior contingente rural da Bahia, Ilhéus, e Feira de Santana, no Paraguaçu, era o segundo de maior porte. Na RE Nordeste, com 688 mil habitantes rurais (16% do estado), estavam Monte Santo, Serrinha, Tucano e Araci, quatro dos maiores portes demográficos rurais municipais, conforme o último censo demográfico.

Em termos gerais, a observação da distribuição da população no território baiano revelou a permanência da forte concentração de pessoas em determinados municípios, principalmente naqueles situados no Litoral. Verificou-se, ainda, a ampliação do peso da população urbana em todas as regiões, encontrando-se os maiores núcleos também, predominantemente, no Litoral. Por outro lado, os habitantes do meio rural majoritariamente distribuíam-se em regiões do Semi-Árido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELAS, Angela. Dinâmica demográfica baiana: tendências gerais e diferenciações internas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *BAHIA 2000*. Salvador, SEI, 1999.

BORGES, A. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, CEI, v.3, n. 2, set. 1993.

LOPES, Diva Maria Ferlin; DIAS, Patricia Chame. Litoral, Semi-Árido e Cerrado: grandes áreas da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 11, n.3, p. 61-68, dez. 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mão-de-obra agrícola na Bahia*. Salvador: SEI, 2000. 118 p. (Série estudos e pesquisas, 46).

_____. *Bahia: crescimento populacional 1980-1996*. Salvador: SEI, 1998. 244 p. (Série estudos e pesquisas, 39).

_____. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Baixo Médio São Francisco*. Salvador: SEI, 2000. 94 p. (Série estudos e pesquisas, 47).

_____. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Oeste*. Salvador: SEI, 2000. 124 p. (Série estudos e pesquisas, 49).